



PROGRAMA
FRONTEIRA
INTEGRADA



Fronteiras da Amazônia

Arco Norte e Rondônia

PANORAMA GERAL - PARÁ

Síntese do Produto 1 - Diagnósticos socioeconômicos, com base em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco Norte e Rondônia.

Execução:



Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

**Fronteiras da Amazônia
Arco Norte e Rondônia**

PANORAMA GERAL - PARÁ

**Síntese do Produto 1 - Diagnósticos socioeconômicos, com base
em informações secundárias, referentes aos Estados do Arco
Norte e Rondônia**

Março, 2025

Lista de Figuras

Figura 1 - Marco Legal das Fronteiras.....	13
Figura 2 - Cadeia produtiva agroindustrial organizada.....	66

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Pará	22
Gráfico 2 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Pará (2015-2023).....	25
Gráfico 3 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais	49
Gráfico 4 - Saldo da balança comercial - 2017 a 2021	51
Gráfico 5 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023.....	52
Gráfico 6 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Pará em 2021	52
Gráfico 7 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021	53
Gráfico 8 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021	55
Gráfico 9 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> mensal, em salários mínimos - 2022	58
Gráfico 10 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor:	62
Gráfico 11 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais).....	63
Gráfico 12 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: castanha - Principais municípios	64
Gráfico 13 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: açaí. Principais municípios em VP	65
Gráfico 14 - Taxas de homicídio dos estados do Arco Norte e Rondônia em 2022	80
Gráfico 15 - Taxas médias de homicídio nos municípios fronteiriços do estado do Pará, 2018-2020.....	83

Lista de Mapas

Mapa 1 - Macrodivisão da Faixa de Fronteira terrestre brasileira.....	9
Mapa 2 - Divisão Sub-regional dos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	16
Mapa 3 - Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia	18
Mapa 4 - População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia	19
Mapa 5 - Áreas legalmente atribuídas e distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Pará	21
Mapa 6 - Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca	28
Mapa 7 - Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos.....	29
Mapa 8 - Índice de risco de impacto para deslizamento	30
Mapa 9 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.....	31

Mapa 10 - Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	37
Mapa 11 - Hidrografia e Portos (em operação, em obras e planejados) nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.....	39
Mapa 12 - Geração de energia elétrica, em operação nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	42
Mapa 13 - Infraestrutura de telefonia celular nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.....	44
Mapa 14 - Classificação do IDHM nos municípios do Arco Norte e Rondônia.....	54
Mapa 15 - Classificação do Índice de Gini nos municípios do Arco Norte e Rondônia.....	56
Mapa 16 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais -2022.	59
Mapa 17 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único - 2020.....	61
Mapa 18 - Regiões Turísticas nos municípios na Faixa de Fronteira.....	68
Mapa 19 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.....	71
Mapa 20 - Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	73
Mapa 21 - Territórios Quilombolas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	76
Mapa 22 - Percentual de população quilombola na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	77
Mapa 23 - Taxa média de homicídios dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia	82

Lista de Quadros

Quadro 1 - Características das Áreas Protegidas e Restrições à Mineração na RENCA	23
Quadro 2 - Municípios dos Estados da Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia identificados na Faixa B (Intemediária Avançada).....	32
Quadro 3 - Categorias e Órgãos Federais presentes na Faixa de Fronteira	36
Quadro 4 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte nos Estados da Região Norte	41
Quadro 5 - Informações das oito (08) infovias do Programa Norte Conectado.....	45
Quadro 6 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Pará... 83	

Lista de Tabelas

Tabela 1 - População por Estado e nas suas respectivas Faixas de Fronteira (2022)	17
Tabela 2 - Perfil Demográfico Municípios do Pará	19
Tabela 3 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Pará.....	33
Tabela 4 - Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)..	47
Tabela 5 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)	50
Tabela 6 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos estados do Arco Norte e Rondônia	60
Tabela 7 - Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023	63
Tabela 8 - Dados das Regiões Turísticas do Pará.....	69

Tabela 9 – Terras Indígenas localizados na Faixa de Fronteira do Pará	71
Tabela 10 - Territórios Quilombolas Certificados localizados no Pará – em territórios fora da Faixa de Fronteira.....	75

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
MARCO LEGAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA	9
ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO	15
CARACTERIZAÇÃO GERAL	15
CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA	16
EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA	20
CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA	21
GESTÃO AMBIENTAL	24
CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA	24
GESTÃO CLIMÁTICA	26
EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO	35
INFRAESTRUTURAS DE GOVERNO	36
INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA	37
INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES	40
SANEAMENTO BÁSICO	46
EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL	48
INDICADORES ECONÔMICOS	49
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	53
ÍNDICE DE GINI	55
RENDIMENTO DOMICILIAR	57
CADASTRO ÚNICO	59
ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS	61
MAPEAMENTO PRELIMINAR DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS	65
POTENCIAL TURÍSTICO	67
EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS	70
POVOS INDÍGENAS	70
COMUNIDADES QUILOMBOLAS	74
EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA	78
CONTEXTOS DAS MIGRAÇÕES NO ARCO NORTE E RONDÔNIA	78

CONTEXTOS DAS MIGRAÇÕES NO PARÁ.....	79
CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO ARCO NORTE E RONDÔNIA	79
CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO PARÁ.....	81

APRESENTAÇÃO

Este documento consiste na síntese do primeiro produto do projeto Fronteiras da Amazônia – Arco Norte e Rondônia, referente ao **Estado do Pará**. O trabalho está vinculado ao contrato N. 22400030, celebrado entre Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), cujo objeto é assessoria especializada para a elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFFs) e apoio à estruturação dos Núcleos Estaduais de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, sob coordenação do Ministério Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), a cargo da Secretaria Nacional de Políticas de Desenvolvimento Regional e Territorial (SDR/MIDR).

Trata-se de um documento técnico que reúne os diagnósticos socioeconômicos dos territórios e cidades fronteiriças, essencial para o processo de trabalho e construção da leitura desses territórios. Seu objetivo principal é reunir e organizar informações e dados secundários sobre a Faixa de Fronteira Amazônica, bem como analisar a realidade local a partir dos grandes temas associados à política de integração da fronteira brasileira. Neste produto, optou-se por apresentar um recorte específico para o estado do Pará, priorizando a seleção e o tratamento de dados com foco territorial sempre que possível. É importante considerar que este é um documento de um processo em curso, voltado à sistematização de informações para subsidiar a elaboração dos PDIFFs. Evidentemente, as abordagens assumidas indicam preocupações que deverão ser objeto de propostas. E, ao serem discutidas as propostas, possivelmente aspectos do diagnóstico terão que ser analisados mais profundamente e/ou melhor compreendidos.

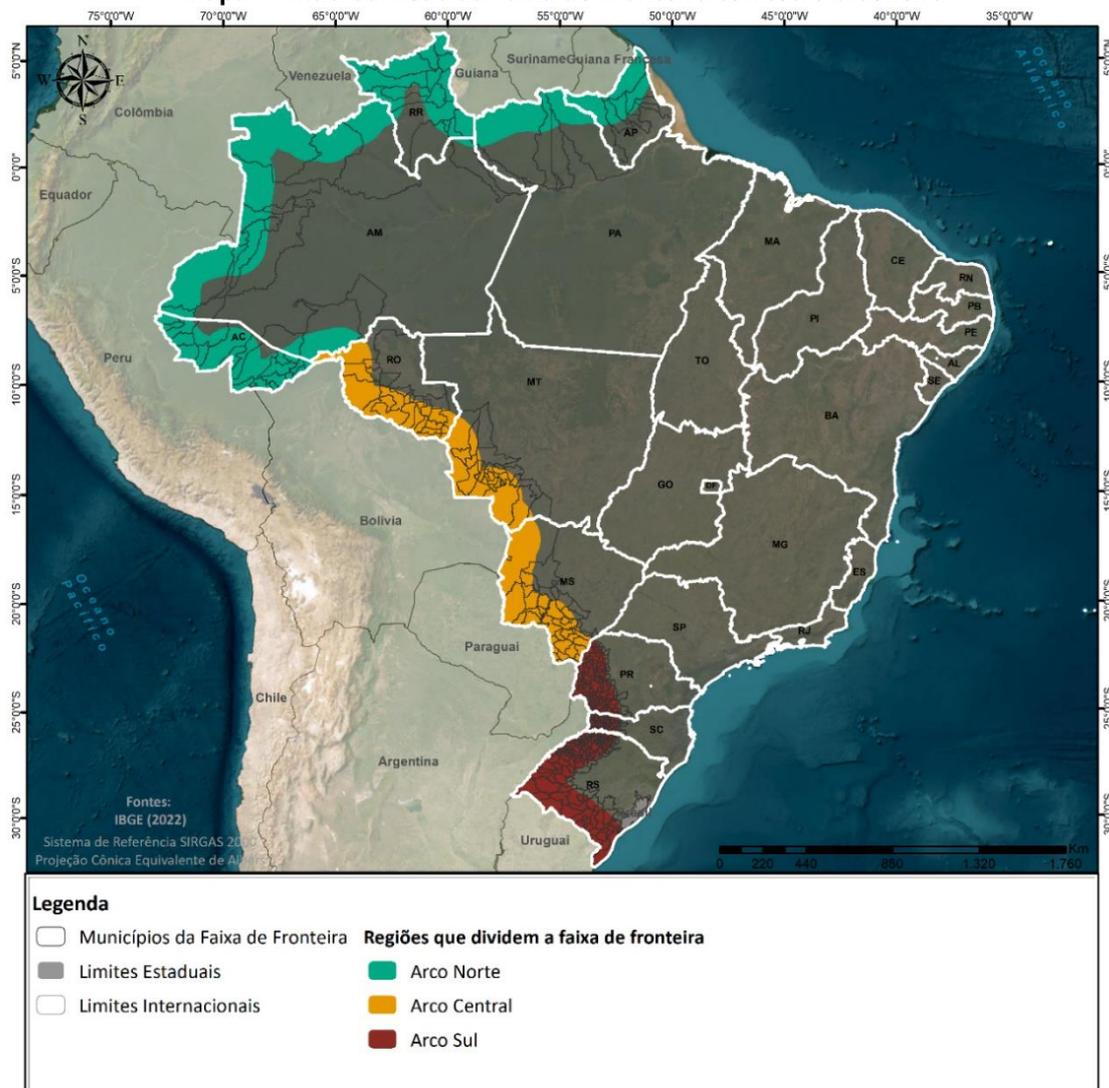
Exatamente pelo seu caráter de subsídio ao processo de elaboração dos PDIFFs, o diagnóstico foi construído como um panorama geral, mais do que um diagnóstico aprofundado dos temas envolvidos, que deverá servir como material de referência para a realização das Oficinas de Planejamento Territorial e elaboração de propostas. As análises aqui desenvolvidas poderão ser aperfeiçoadas à medida que ocorrerem as trocas com os setores governamentais, as organizações da sociedade civil e agentes sociais que tenham interesse em participar dos debates e das oficinas.

A Faixa de Fronteira é uma região de interseções de disputas e projetos que incidem de modos distintos no território. O trabalho aqui desenvolvido tem os planos estaduais como produto final. Entretanto as dinâmicas socioeconômicas e as condicionantes ambientais não são circunscritas a limites políticos administrativos, o que se reflete na estrutura deste documento a partir dos eixos temáticos, ainda que sempre se buscando iluminar aspectos mais relevantes em cada estado. Dessa forma, opera-se em diferentes escalas simultaneamente, de modo a compreender os diferentes processos e os impactos locais, bem como oferecer subsídios para se pensar políticas públicas integradas que equilibrem o desenvolvimento econômico com a inclusão social e a preservação ambiental, respeitando as especificidades de cada território.

MARCO LEGAL DA FAIXA DE FRONTEIRA BRASILEIRA

A Faixa de Fronteira interna do Brasil com os países vizinhos foi estabelecida em 1979 pela Lei nº 6.634/1979 e regulamentada pelo Decreto nº 85.064/1980. A lei estabelece como Faixa de Fronteira, indispensável à Segurança Nacional, a faixa interna de 150 Km de largura, paralela à linha divisória terrestre do território nacional. A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 20, § 2º, apontou o caráter estratégico e a importância das fronteiras para a defesa do território nacional e em 1991, foi determinada como competência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) a proposição de “critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira”. A Faixa de Fronteira do Brasil abrange a área de 150km ao longo da fronteira, de norte a sul, subdividida em Arcos Norte, Central e Sul. Ao longo de seus 15.719 quilômetros, abrange 11 Estados e 588 Municípios com aproximadamente 11,7 milhões de habitantes, conforme os dados do Censo Demográfico 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mapa 1 - Macrodivisão da Faixa de Fronteira terrestre brasileira



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

A área objeto deste trabalho engloba o Arco Norte e o estado de Rondônia, que integra o Arco Central, compreendendo a chamada Faixa de Fronteira terrestre amazônica, que se estende pelo território de 97 Municípios, em 6 unidades da federação. A região do Arco Norte, formada pelos estados do Amapá, Pará, Roraima, Amazonas e Acre, destaca-se por suas características singulares, marcadas pela diversidade cultural, pela presença de vastas áreas de floresta pública e terras indígenas e por sua importância estratégica para o desenvolvimento nacional. O estado de Rondônia, embora tenha sido alocado no Arco Central devido a particularidades na base produtiva e em indicadores socioeconômicos, está integralmente no bioma Amazônia, tendo sido incluído no escopo do trabalho.

Coexistem nesta região espaços territoriais especialmente protegidos, como terras indígenas, unidades de conservação e assentamentos, intercalados com áreas de grande urbanização. A presença de grupos indígenas e populações tradicionais reforça essa diversidade, mesmo fora das terras legalmente atribuídas, compondo um mosaico territorial complexo.

A extensão territorial da fronteira nessa região é, certamente, um desafio para monitoramento e gestão. Essa realidade evidencia a necessidade de fortalecer e aproximar a administração pública das demandas locais, buscando compreender as dinâmicas socioeconômicas no território e conciliar estratégias de desenvolvimento local com a preservação da sociobiodiversidade da região, de modo a favorecer, pela combinação dessas duas dimensões, tanto a segurança na fronteira como a integração com os países vizinhos.

Ao longo das décadas de 2000 e 2010 foram desenvolvidos diversos debates e estudos técnicos que subsidiaram a elaboração de propostas para enfrentar os múltiplos problemas sociais existentes nos municípios que formam esse extenso território nacional. Um dos principais documentos de referência é a Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, elaborado em 2005, pelo Grupo Retis do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob a liderança da professora Lia Osorio Machado, para o então Ministério da Integração Nacional.

Em 2009, a Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, apresentou estratégias de implementação para um Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF e em 2010, foi elaborado o documento Bases para uma proposta de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira, juntamente com outros ministérios, como Defesa, Turismo, Fazenda e incluindo representantes do Fórum de Governadores da Amazônia Legal e da Frente Nacional de Prefeitos.

A partir de 2011, uma série de leis e decretos que tratam sobre planos e programas sobre as fronteiras foram instituídos. O primeiro deles, o decreto nº 7.407/2011 instituiu o Plano Estratégico de Fronteiras que, entretanto, não foi levado a diante.

Entre 2015 e 2016¹, no âmbito de uma auditoria operacional do Tribunal de Contas da União (TCU), foi realizada uma avaliação de governança de políticas públicas em fortalecimento da faixa de fronteira, que resultou na elaboração de acordos que apontavam a necessidade de uma coordenação de Fronteira centralizada com maior alcance, integração e monitoramento.

Em resposta, foi instituído o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, o PPIF, conforme Decreto 8.903/2016², com o propósito de fortalecer a prevenção, o controle, a fiscalização e a repressão aos delitos transfronteiriços. Como órgão de governança foi instituído um Comitê Executivo do programa, que hoje é composto 18 órgãos de 8 ministérios, além do Ministério Público Federal. A coordenação das ações do Comitê-Executivo é realizada pela Secretaria de Acompanhamento e Gestão de Assuntos Estratégicos (SAGAE), por meio de seu Departamento de Assuntos da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (DACREDEN).

Uma das resoluções do PPIF foi o estabelecimento da participação dos Estados baseada em instrumentos de cooperação entre os ministérios participantes e os órgãos federais que compõem o Programa, além da instituição de seus Gabinetes de Gestão Integrada de Fronteiras (GGIFs), considerando a importância da coordenação entre os níveis federal, estadual e municipal de governo para a realização de um trabalho integrado.

No âmbito do Ministério de Integração Regional, foi criada, em 2010, a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira (CDIF)³. A Comissão tem, entre suas competências, propor ações que visem ao desenvolvimento regional que considerem a importância de programas para a integração fronteiriça e para a integração sul-americana e apresentar planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços. À CDIF também compete a interação com núcleos estaduais estabelecidos para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços em cada estado.

Já em 2019 foi institucionalizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), através do Decreto nº 9.810/2019 com a finalidade de reduzir desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, sendo a faixa de fronteira considerada como uma sub-região especial de escala da abordagem da política de desenvolvimento.

Em 2020, o MIDR chegou a atualizar o Manual para os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEFs), material que apresenta diretrizes gerais de incentivo a criação de núcleos a se repensarem enquanto instituições e se reconhecerem como atores centrais e aliados federativos no estímulo ao progresso sociopolítico e econômico da região fronteiriça.

¹ Vale destacar que no mesmo período, entre 2015 e 2017, o MIN, em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), realizou diversas oficinas sobre o tema das fronteiras, consolidando insumos para estruturação de projetos em diversos estados nos três arcos.

² O decreto nº 11.273, de 5 de dezembro de 2022, alterou o Decreto nº 8.903/2016, com atualizações sobre a atuação de unidades da administração pública federal para execução do PPIF.

³ A CDIF foi revisada no decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019.

Finalmente, em 2024, foi criada a Política Nacional de Fronteiras (PNFron) que ampliou o escopo da política de fronteiras com vistas não só a promoção da segurança nacional, mas também do desenvolvimento sustentável, da integração regional, dos direitos humanos, cidadania e proteção social nas fronteiras brasileiras, de modo a orientar as ações do Poder Executivo federal para a atuação coordenada com os entes federativos e com as instituições privadas. A política ressalta a interdependência entre esses eixos e distribui suas responsabilidades entre quatro ministérios: o Ministério da Defesa (responsável pelo eixo I - segurança), o Ministério das Relações Exteriores (eixo II - integração regional), o Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (eixo III - desenvolvimento sustentável) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (eixo IV - direitos humanos, cidadania e proteção social).

A PNFron institui os seguintes instrumentos de sua política:

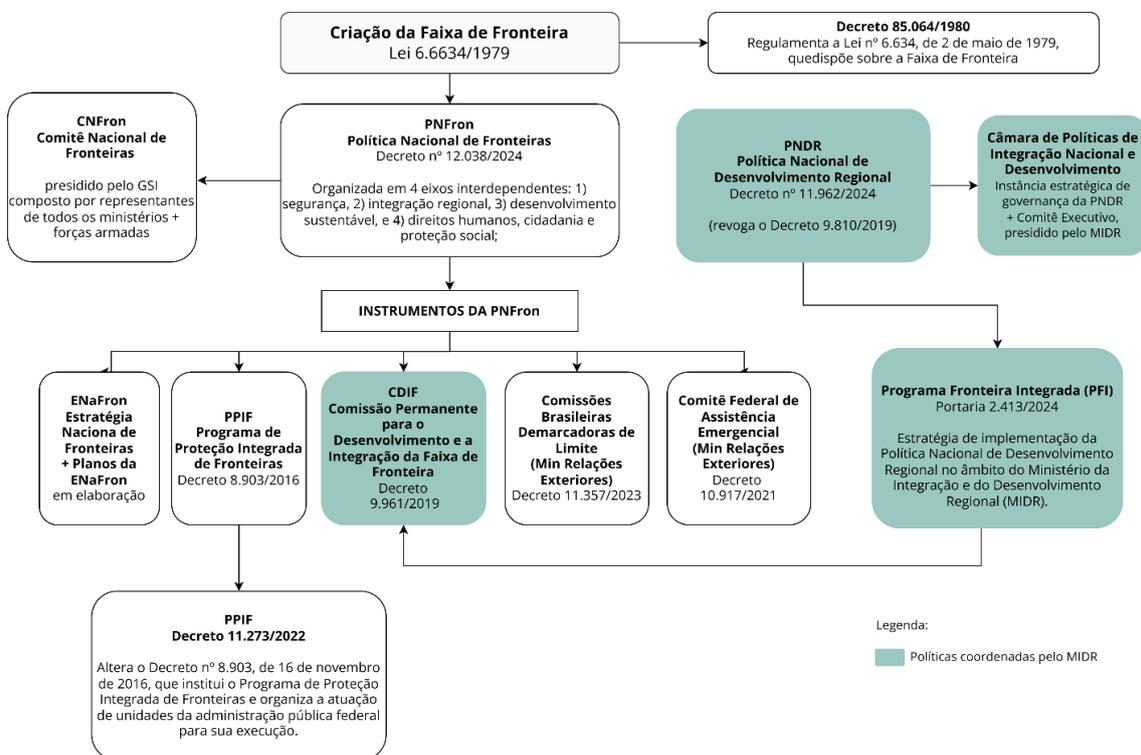
- I - a Estratégia Nacional de Fronteira (ENaFron);
- II - os planos decorrentes da ENaFron;
- III - o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, de que trata o Decreto nº 8.903, de 16 de novembro de 2016;
- IV - a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira, instituída pelo Decreto nº 9.961, de 8 de agosto de 2019;
- V - as Comissões Brasileiras Demarcadoras de Limites, subordinadas ao Ministério das Relações Exteriores, de acordo com o disposto no Decreto nº 11.357, de 1º de janeiro de 2023; e
- VI - o Comitê Federal de Assistência Emergencial, de que trata o Decreto nº 10.917, de 29 de dezembro de 2021.

A estrutura de governança criada no âmbito da PNFron foi o Comitê Nacional de Fronteiras, que é presidido pelo GSI/PR e composto por 28 ministérios, além de quatro órgãos do Poder Executivo Federal. Cabe ao CNFron coordenar a elaboração da Estratégia Nacional de Fronteiras, além de sugerir a elaboração de planos decorrentes da Estratégia Nacional de Fronteiras, que orientem as ações dos órgãos e das entidades nas fronteiras. Ao CNFron compete ainda promover a articulação e a cooperação interinstitucional nos temas definidos pelos eixos estruturantes da Política, zelando pela interdependência e complementariedade das ações estratégicas em prol das fronteiras brasileiras.

Também em 2024, a PNDR foi atualizada, mantendo a Faixa de Fronteira como uma subregião especial da política. Na sequência, o MIDR lançou o Programa Fronteiras Integradas (PFI), como estratégia de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e da Política Nacional de Fronteiras. O PFI tem como objetivo geral o incentivo ao desenvolvimento econômico, social e produtivo no território da faixa de fronteira, por meio da cooperação entre os países vizinhos, visando à criação de oportunidades que resultem em atração de investimento, crescimento econômico, inovação, redução das assimetrias e desigualdades, geração de trabalho e renda por meio de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional sustentável que beneficiem as populações localizadas nas regiões de fronteira. O Fluxograma a seguir reúne as

principais informações sobre o marco legal vigente das fronteiras e as interações entre as diferentes políticas, programas e projetos sobre o tema:

Figura 1 - Marco Legal das Fronteiras



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

As recentes alterações dos marcos legais e institucionais da Faixa Fronteira, em especial com a aprovação do novo marco da PNFron, revelam algumas sobreposições de iniciativas e até de estruturas de governança que devem ser observadas. Parece corresponder a um processo, provavelmente ainda inconcluso, de definições de papéis dos diferentes órgãos do próprio governo federal que está ligado também à compreensão da própria questão da fronteira.

Nesse sentido, Garzon (2024) aponta, corretamente, que “o marco legal instituído ora dá peso na questão da segurança nacional, ora no desenvolvimento sustentável”⁴. Diante deste cenário e considerando o caráter transversal da atuação do governo federal e sua articulação com outras esferas no tema das fronteiras, o autor analisa os atributos e competências do marco regulatório, identificando os seguintes gargalos e desafios para a efetivação das políticas de fronteira:

- “Sobreposição continuada de Marcos Regulatórios, evidenciada pela regência de transversalidades inerentes às políticas nacionais e setoriais de cada ministério em

⁴ Trabalho realizado no âmbito de uma consultoria individual através do Projeto de cooperação técnica MIDR- IICA BRA/IICA/13/001 voltada à análise de políticas públicas territoriais e governança visando o desenvolvimento regional sustentável na Faixa de Fronteira terrestre da Região Amazônica.

um marco de gestão agregado à compressão do marco normativo da CDIF no interior de um marco paralelo proposto pela PNFRon, como observado no Artigo 15º do Decreto 12.038.

- Desarticulação multiescalar entre as diretrizes pautadas pelo CDIF e as normativas municipais e estaduais, especialmente as políticas públicas de ordenamento territorial em nível municipal.
- Limitações quanto à integração entre órgãos governamentais, sobretudo no atingimento da coordenação das prefeituras envolvidas pela Faixa de Fronteira, refletindo na dificuldade de enfrentar de forma eficaz os problemas e gargalos da Região, aliado ao foco desproporcional em questões de segurança em detrimento do desenvolvimento e integração.
- Limitações das capacidades institucionais e operacionais, considerando a hierarquização de prioridades e abordagens, além da sobreposição e lacunas na atuação devido à falta de definição clara das competências e responsabilidades.
- Baixa participação dos órgãos públicos nos colegiados e falta de comprometimento com as reuniões e ações planejadas conjugada com a falta de uma ferramenta eficaz de comunicação e gerenciamento.
- Baixa alocação de recursos e poder decisório limitado, além de deficiências de apoio e recursos nas unidades das agências públicas na fronteira.
- Desalinhamento Estratégico na programação orçamentária das ações pertinentes aos diversos atores governamentais.” (Garzon, 2024)

O movimento de elaboração de Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) que foram assinados recentemente parecem trabalhar no sentido de dirimir alguns dos paralelismos entre os marcos regulatórios e seus programas. O ACT MIDR/GSI/2024, celebrado entre Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) busca atuar no sentido de estabelecer objetivos comuns e promover atividades conjuntas na promoção das políticas de fronteira. No âmbito do escopo deste trabalho, que envolve os estados do Arco Norte e Rondônia, há de considerar também ACT MIDR/CAL/2023, parceria do MIDR com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal (CAL), que tem por objeto a pactuação de uma agenda de desenvolvimento regional, com foco em projetos no segmento de Bioeconomia e na elaboração dos PDIFFs.

Por fim, vale destacar que na região de estudo, há dois Núcleos Estaduais de Fronteira instituídos na região do Arco Norte e Rondônia. Criada por meio do Decreto nº 32.729, de 22 de Agosto de 2012 e atualizado pelo Decreto nº 44.473, de 30 de agosto de 2021, o Núcleo Estadual de Fronteira do estado do Amazonas – NIFFAM tem por finalidade assessorar a atuação do Governo do Amazonas na sua faixa de fronteira, articulando e mobilizando atores e instituições, propondo medidas e ações efetivas prioritárias ao desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira estadual, sob a coordenação da Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEDECTI).

Rondônia também possui um núcleo instituído, denominado Núcleo Estadual para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira de Rondônia (NEIFRO). Criado pelo decreto nº 24.821, de 21 de fevereiro de 2020, o órgão está vinculado à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) e foi reativado recentemente, com o intuito de atualizar o Plano de Desenvolvimento e Integração Fronteiriço do Estado de Rondônia.

ORGANIZAÇÃO DO DOCUMENTO

Considerando a estruturação dos planos de fronteira, o presente documento foi organizado a partir dos grandes eixos temáticos que deverão orientar a realização das oficinas de planejamento. Desta forma, o documento está organizado nos seguintes tópicos:

- Caracterização Geral
- Caracterização Sociodemográfica
- Eixo Temático 1: Ordenamento Territorial, Regularização Fundiária e Gestão Ambiental e Climática
- Eixo Temático 2: Infraestrutura para o Desenvolvimento
- Eixo Temático 3: Fomento às Atividades Produtivas Sustentáveis e Inclusão Social
- Eixo Temático 4: Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais
- Eixo Temático 5: Integração Regional, Migrações e Segurança

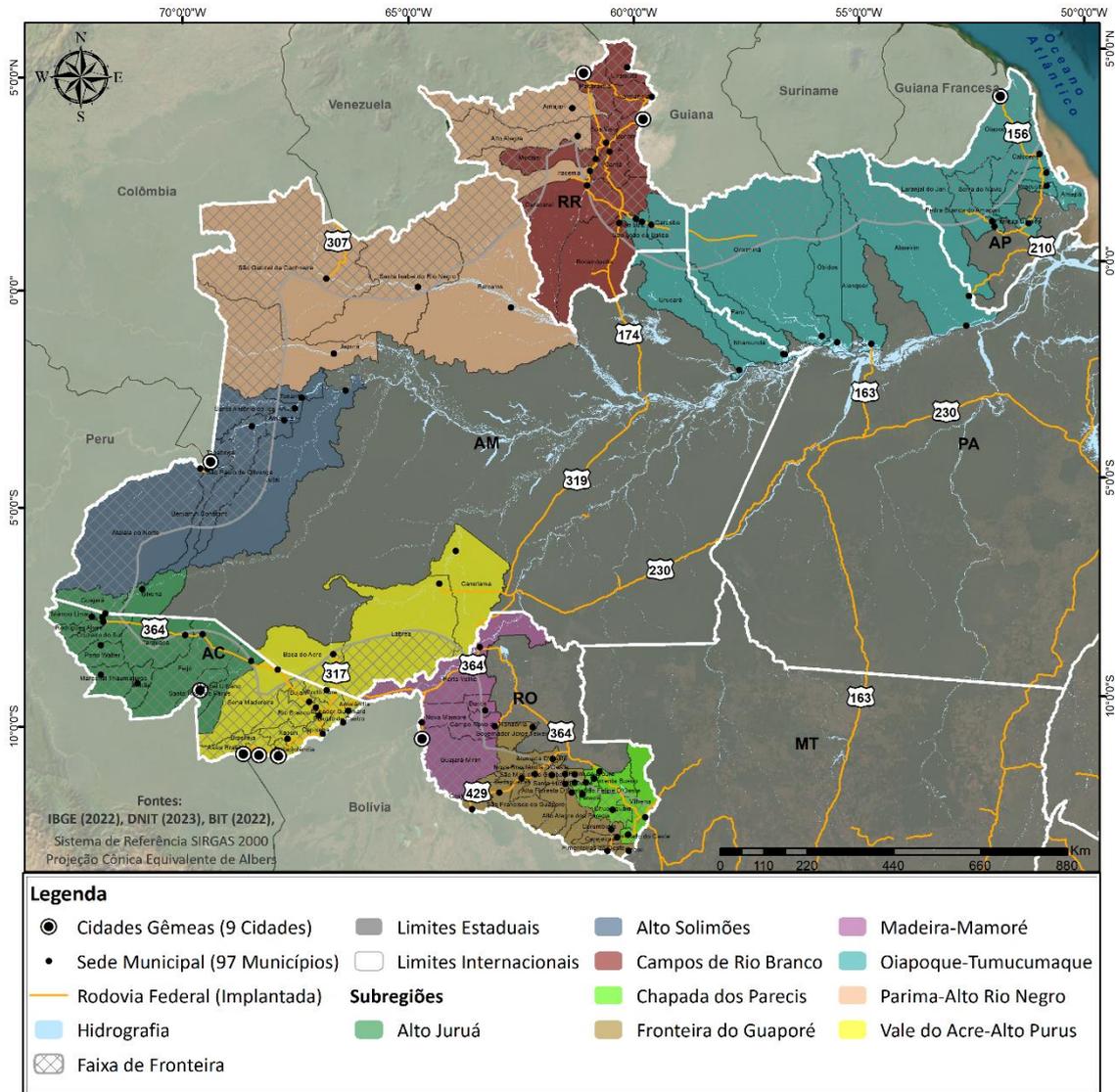
CARACTERIZAÇÃO GERAL

A Faixa de Fronteira do estado do Pará é formada por parte dos municípios de Almeirim, Óbidos e Oriximiná, Alenquer e Faro, localizada na região conhecida como baixo Rio Amazonas, nos limites territoriais da Guiana e do Suriname.

A Faixa de Fronteira do Pará pertence à subregião⁵ Oiapoque-Tumucumaque, que é atravessada pelos rios Oiapoque, Jari e Trombetas, abrangendo uma vasta extensão de floresta equatorial amazônica, além de áreas de campos e savanas, que se estende desde a foz do Oiapoque até o sul de Roraima e o noroeste do estado do Amazonas. Faro (PA) forma um arranjo populacional com Nhamundá (AM), configuração que revela uma articulação mínima entre os dois municípios, sustentada por vínculos econômicos e sociais, embora sua influência permaneça limitada ao entorno imediato. Já Almeirim forma um arranjo populacional com Laranjal do Jari, no Amapá.

⁵ Conforme os estudos do, à época, Ministério de Integração Nacional (2005), os municípios da Faixa de Fronteira foram classificados segundo subregiões, utilizando critérios como localização geográfica, características populacionais e base produtiva. Isso porque as dinâmicas socioeconômicas, culturais e ambientais não se restringem aos limites administrativos dos estados. A estrutura das subregiões considera elementos como a presença de áreas protegidas, populações indígenas, assentamentos rurais, atividades econômicas e de logística.

Mapa 2 - Divisão Sub-regional dos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Os municípios da Faixa de Fronteira amazônica abrigam uma população de 3.277.578 habitantes. Dois estados, Roraima e Acre, possuem todos os municípios, e quase a totalidade de seus territórios, inseridos na Faixa de Fronteira.

Tabela 1 - População por Estado e nas suas respectivas Faixas de Fronteira (2022)

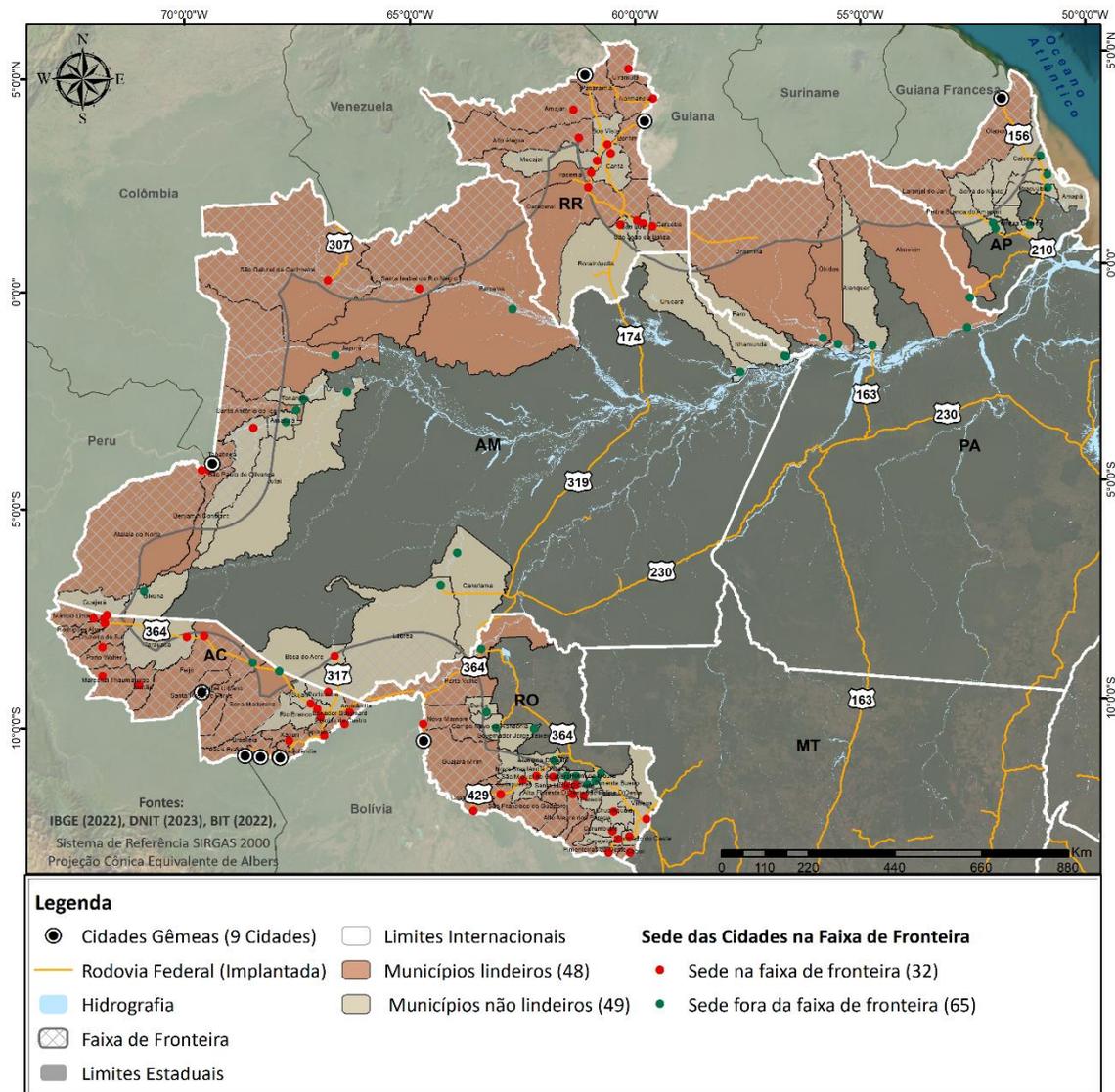
Estados		Faixa de Fronteira	
UF	População Total	Municípios	População dos Municípios Fronteiriços
Acre	830.018	22	830.018
Amapá	733.759	8	109.140
Amazonas	3.941.613	19	504.450
Pará	8.120.131	5	232.908
Rondônia	1.581.196	28	964.355
Roraima	636.707	15	636.707
Total	15.843.424	97	3.277.578

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir dos dados Censo IBGE, 2022.

Um aspecto relevante a se observar na análise populacional é a vasta extensão territorial de muitos municípios na área de fronteira, que, em alguns casos, supera a área de estados brasileiros ou até mesmo de países inteiros. Em algumas regiões, a dimensão municipal ultrapassa 700 km de largura, sendo bem superior a faixa de fronteira brasileira.

Para qualificar esta análise, é necessário considerar o grau de interação dos municípios com a linha de fronteira internacional. Conforme a classificação proposta pelo Ministério da Integração (2005), os municípios da faixa são divididos entre lindeiros, que possuem limites diretos com países vizinhos, e não lindeiros, cuja localização é mais afastada, embora ainda inserida na Faixa de Fronteira. Enquanto os primeiros lidam mais diretamente com questões específicas de controle e circulação transfronteiriça, os demais enfrentam desafios distintos, como o isolamento territorial, a baixa densidade populacional e a dificuldade de acesso às políticas públicas. Entre os lindeiros, há três subgrupos: I) aqueles cujo território e sede municipal fazem limite direto com o país vizinho, podendo ou não configurar uma cidade gêmea; II) os que fazem fronteira territorial, mas têm sede fora da linha internacional; e III) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede localiza-se além da faixa de fronteira. Já os não lindeiros se dividem em dois subgrupos: I) os que possuem sede dentro da Faixa de Fronteira, embora sem contato direto com a linha internacional; e II) aqueles cuja sede está situada fora da faixa, mas cujo território ainda se insere no limite da faixa definida. No caso do Pará, então, há 4 municípios lindeiros e 1 não lindeiro, que é o município de Faro.

Mapa 3 - Municípios Lindeiros e Não Lindeiros da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas do Arco Norte e Rondônia

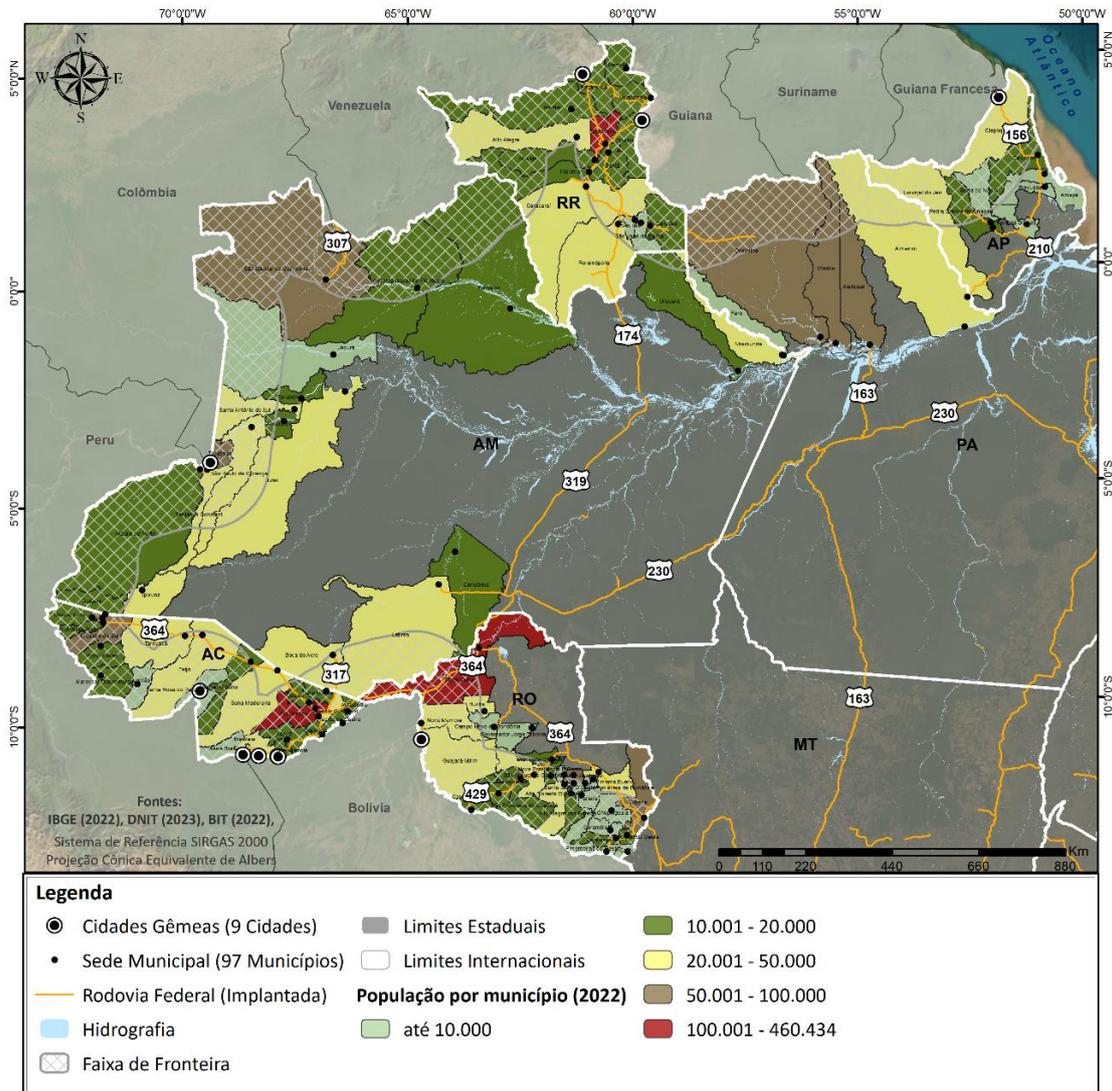


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

As dinâmicas demográficas na Faixa de Fronteira do Arco Norte são influenciadas por uma variedade de fatores, que vão desde o desenvolvimento econômico, a expansão agropecuária, a urbanização, até as políticas públicas e os desafios ambientais. O caso do Pará é particular uma vez que a Faixa de Fronteira do estado abriga apenas unidades de conservação e terras indígenas. Ainda que os municípios fronteiriços do Pará totalizem 232.908 habitantes, os dados dos setores censitários do IBGE (2022) revelam que o número de habitantes que se localiza, de fato, na região de Fronteira é de apenas 2.624 pessoas.

Assim, apesar de Óbidos, Oriximiná e Alenquer possuírem mais de 50.000 habitantes, como pode ser observado no mapa 4 a seguir, apenas 2.624 habitantes estão em setores censitários que integram a Faixa. Dos municípios estudados, somente Oriximiná apresentou taxa de crescimento anual acima de 2%, entre 2010 e 2022.

Mapa 4 - População dos municípios que compõem a Faixa de Fronteira Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Tabela 2 - Perfil Demográfico Municípios do Pará

Municípios	Pop 2022	Urbano 2022	Rural 2022	Taxa de Urbanização 2022 (%)
Almeirim	34.280	22.500	11.780	65,6%
Óbidos	52.229	31.699	20.530	60,7%
Oriximiná	68.294	47.358	20.936	69,3%
Alenquer	69.377	35.153	34.224	50,7%
Faro	8.728	7.198	1.530	82,5%

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Censo, 2022.

Com relação à alfabetização, de acordo com os dados do Censo Demográfico de 2022, as taxas de alfabetização para a população com 15 anos ou mais no estado do Pará é de 91,24%.

EIXO TEMÁTICO 1: ORDENAMENTO TERRITORIAL, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GESTÃO AMBIENTAL E CLIMÁTICA

O ordenamento territorial da faixa de fronteira brasileira, na região norte do país, representa um dos eixos centrais relativos à sua governança fundiária e ambiental. Com grande extensão e significativa diversidade de atores envolvidos, a faixa de fronteira abriga múltiplas sobreposições de interesses, desde áreas protegidas destinadas à conservação ambiental até territórios pressionados pelo agronegócio, mineração e expansão urbana desordenada. Nesse contexto, compreender as dinâmicas de acesso, uso e gestão da terra torna-se essencial para a formulação e implementação de políticas públicas.

A análise aqui empreendida aborda a distribuição das diferentes categorias fundiárias, a incidência de conflitos territoriais e as dinâmicas ambientais que moldam o uso da terra. Baseia-se em uma abordagem quali-quantitativa, que explora fontes diversas de informações para compreender as relações entre regularização fundiária, desmatamento e segurança jurídica dos territórios analisados. A dimensão quantitativa concentrou-se na análise de dados obtidos em fontes institucionais, enquanto a dimensão qualitativa buscou interpretar as dinâmicas socioespaciais, fornecendo um panorama sobre os fenômenos observados.

Dentre as questões investigadas, destacam-se os desafios da implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em áreas coletivas, a correlação entre a regularização fundiária e a redução dos conflitos, e os impactos das mudanças nas políticas ambientais sobre o avanço do desmatamento. Além disso, buscou-se identificar a necessidade de estratégias mais integradas para enfrentar a degradação ambiental e as disputas territoriais, de modo a promover um ordenamento fundiário mais equitativo e sustentável na faixa de fronteira. Os dados trabalhados foram coletados, organizados e analisados para identificar padrões, sobreposições e dinâmicas territoriais, contribuindo para uma compreensão abrangente do ordenamento territorial e fundiário dos estados da região analisada.

Com relação à gestão climática, foram sistematizados os dados Atlas Brasileiro de Desastres Naturais que apontam que os alagamentos, chuvas intensas, enxurradas, estiagem e seca, incêndio florestal, inundações, vendavais e ciclones e outros, são desastres naturais comuns a todos os Estados dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira. O Sistema de Informações e Análises sobre Impactos das Mudanças do Clima (AdaptaBrasil MCTI)⁶ indica que o risco de impacto presente e futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca e a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de

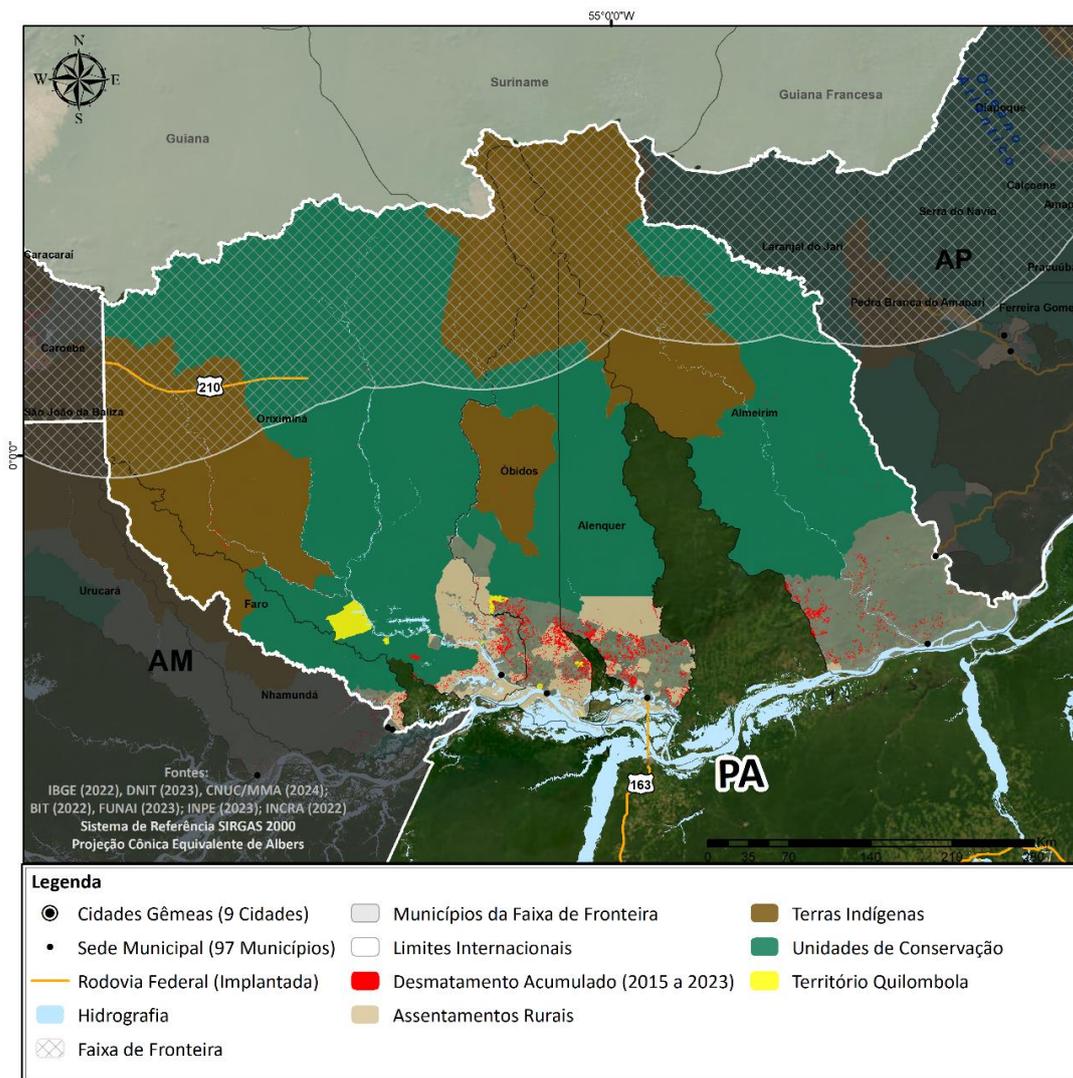
⁶ O AdaptaBrasil MCTI é desenvolvido por meio de uma cooperação entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Rede Nacional de Pesquisa e Ensino (RNP), sendo fomentado pelo Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). Sua governança é exercida por um Comitê Gestor composto por dois representantes, sendo um titular e um suplente, das três instituições supracitadas.

deslizamento de terra, inundações, enxurradas e alagamentos representam as vulnerabilidades quanto ao risco das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos e a capacidade adaptativa. Quanto as emissões de gases de efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia), foram analisados os dados por Estado, para os anos de 2015, 2022 e 2023, disponibilizado pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), desenvolvido pelo Observatório do Clima.

CONFIGURAÇÃO FUNDIÁRIA

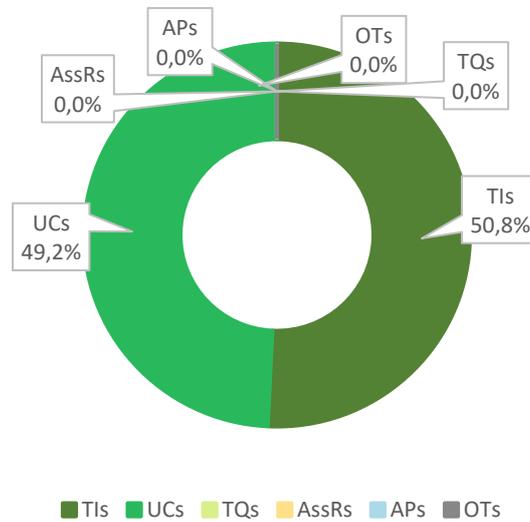
A faixa de fronteira do Pará é predominantemente ocupada por Terras Indígenas e Unidades de Conservação. As TIs, que totalizam 49.464,304 km² (50,8%), incluem áreas como o Parque Tumucumaque, Trombetas-Mapuera e Kaxuyana-Tunayana, habitadas por povos como os Wayana, Zo'é e Kaxuyana. Esses povos desempenham um papel fundamental na defesa dos direitos territoriais e na conservação ambiental dessa área da faixa de fronteira.

Mapa 5 - Áreas legalmente atribuídas e distribuição do desmatamento acumulado (2015-2023) no Pará.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Gráfico 1 - Distribuição das Áreas Legalmente Atribuídas na Faixa de Fronteira do estado do Pará.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados Incra, Funai, MMA (2025).

As UCs, que ocupam 47.982,483 km² (49,2%), foram estabelecidas como parte de um esforço para enfrentar pressões como desmatamento, grilagem e exploração madeireira. O mosaico inclui áreas como as Florestas Estaduais do Iriri, Faro, Paru e Trombetas, a Área de Proteção Ambiental (APA) do Triunfo do Xingu, a Reserva Biológica (Rebio) Maicuru e a Estação Ecológica (Esec) Grão-Pará. Esse conjunto, anunciado como a maior área de conservação ambiental contínua do planeta, visa proteger ecossistemas únicos, criar barreiras contra a degradação ambiental e promover o uso sustentável dos recursos naturais.

A criação de mosaicos de Tis e UCs na faixa de fronteira representa um marco significativo para a conservação na Amazônia, consolidando um modelo de proteção ambiental em larga escala. Entretanto, essas áreas protegidas frequentemente enfrentam pressões intensas de grandes empreendimentos, como a mineração, que ameaçam sua integridade ambiental e a segurança territorial dos povos que nelas habitam.

Um exemplo emblemático dessa tensão foi o debate em torno da extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados (RENCA), localizada entre os estados do Pará e Amapá. Criada em 1984, a RENCA abriga nove espaços territoriais especialmente protegidos, incluindo Unidades de Conservação de Proteção Integral, de Uso Sustentável e Terras Indígenas. Essas áreas possuem diferentes níveis de restrição à atividade minerária, conforme estabelecido pela legislação brasileira e pelos respectivos planos de manejo, quando aplicáveis. O Quadro 2 a seguir apresenta as principais características dessas áreas, destacando sua extensão, data de criação, situação do plano de manejo e permissões relacionadas à mineração.

Quadro 1 - Características das Áreas Protegidas e Restrições à Mineração na RENCA

Categoria	Nome	Data de Criação	Plano de Manejo	Conselho Gestor	Permissão para mineração
Proteção Integral	Estação Ecológica do Jari	1982	Sim	Sim	Não
	Parque Nacional (Parna) Montanhas do Tumucumaque	2002	Sim	Sim	Não
	Reserva Biológica (Rebio) de Maicuru	2006	Sim	Sim	Não
Uso Sustentável	Reserva (Resex) Extrativista Rio Cajari*	1990	Não	Sim	Não
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Iratapuru*	1997	Sim	Sim	Depende do plano de manejo
	Floresta Estadual (Floe) do Paru	2006	Sim	Sim	Possível em zonas específicas
	Floresta Estadual (Floe) do Amapá	2006	Sim	Sim	Não
Terras Indígenas	Waiãpi	1996	Não se aplica		Não
	Rio Paru D'Este	1997	Não se aplica		Não

* No estado do Amapá.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, adaptado de WWW (2017), p. 5; CNUC (2025).

A extinção da RENCA, proposta em 2017, buscava liberar a área para exploração mineral, gerando preocupações ambientais e sociais. Entre os principais riscos estavam o desmatamento em Unidades de Conservação, a pressão sobre povos indígenas e comunidades tradicionais, e o comprometimento dos recursos hídricos, afetando tanto as atividades produtivas sustentáveis quanto os modos de vida dessas populações. Esses impactos evidenciam a ameaça à integridade das áreas protegidas e reforçam a importância dos planos de manejo e da regulamentação restritiva da mineração em Terras Indígenas como medidas essenciais para conter a pressão econômica sobre o território.

Esse caso exemplifica os desafios da gestão territorial na Amazônia, onde a conservação ambiental frequentemente entra em conflito com interesses econômicos. A sobreposição entre TIs e UCs e a expansão da mineração e do garimpo reforçam a necessidade de estruturas institucionais mais robustas e recursos adequados para garantir a governança eficaz desses territórios. Além disso, episódios como o da RENCA evidenciam a importância de processos decisórios mais participativos e transparentes, envolvendo as populações locais e organizações da sociedade civil na definição do futuro dessas áreas protegidas.

A interação entre povos indígenas e comunidades tradicionais é essencial não apenas para a proteção ambiental, mas também para assegurar que os modelos de desenvolvimento adotados na Amazônia sejam sustentáveis e respeitem os direitos territoriais. O debate sobre a extinção da RENCA demonstra que, sem um planejamento integrado e uma governança territorial fortalecida, áreas protegidas podem se tornar vulneráveis a práticas predatórias, comprometendo tanto a conservação ambiental quanto a qualidade de vida das populações locais.

Portanto, assegurar que os mosaicos de TIs e UCs cumpram seus objetivos exige mais do que a alocação de recursos financeiros e humanos. É essencial fortalecer a articulação interinstitucional, aprimorar políticas públicas e consolidar mecanismos de controle eficazes para impedir a exploração desordenada dos recursos naturais e garantir a integridade desses territórios.

A ausência de categorias como Terras Quilombolas, Assentamentos Rurais e Áreas Privadas na Faixa de Fronteira paraense evidencia a predominância de uma política voltada para a conservação ambiental e a proteção indígena. Contudo, fora desse recorte geográfico, destaca-se a presença de diversas áreas quilombolas nos municípios de Alenquer, Oriximiná e Óbidos, que desempenham um papel essencial na proteção dos recursos naturais quanto na valorização das tradições e modos de vida quilombolas.

O cenário fundiário e ambiental da faixa de fronteira paraense reflete as características específicas da região, com a presença de espaços territoriais especialmente protegidos e menor pressão de desmatamento em comparação a outras partes do estado. Essa configuração, embora estratégica para a conservação, enfrenta desafios relacionados às sobreposições territoriais e aos potenciais impactos de atividades econômicas, como a exploração mineral, que podem comprometer a integridade de UCs e TIs na região.

GESTÃO AMBIENTAL

A análise de dados revela uma ausência quase total de registros do CAR na faixa de fronteira paraense, com apenas um único imóvel cadastrado em Alenquer, correspondente a 0,171 km², ou 0,01% da área total. Nos demais municípios, como Almeirim, Faro, Óbidos e Oriximiná, não há qualquer registro, seja de imóveis públicos ou privados.

CONFLITOS FUNDIÁRIOS E DESMATAMENTO NA FAIXA DE FRONTEIRA

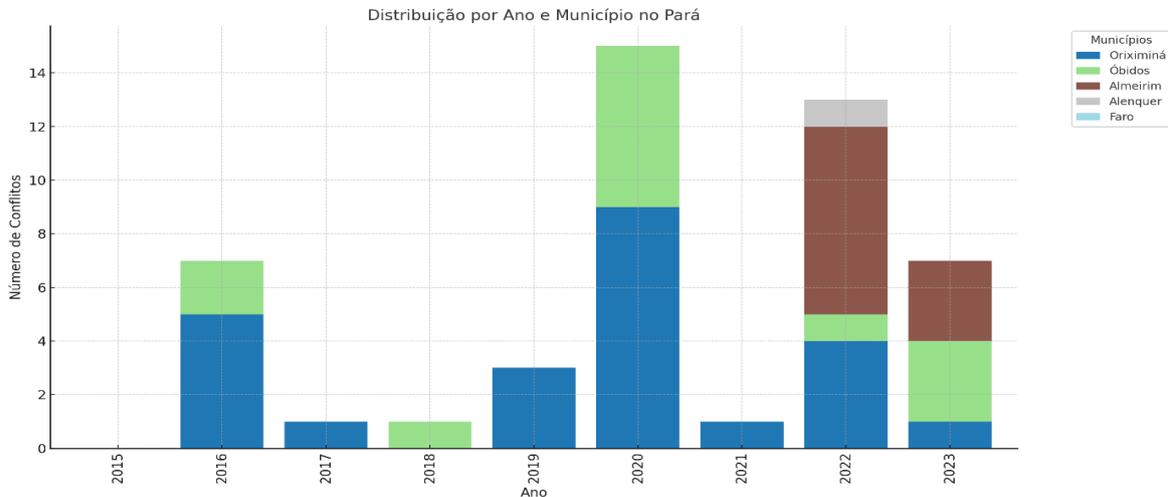
Os municípios paraenses analisados apresentam índices gerais de desmatamento classificados como baixos, variando entre 0,01 e 2,5 km² no período acumulado de 2015 a 2023 (vide Mapa 1). Entretanto, esses valores estão concentrados em áreas fora da faixa de fronteira. Além do mosaico de UCs e Terras TIs, que desempenha um papel fundamental na contenção do desmatamento, a precariedade das infraestruturas viárias existentes e o relativo isolamento da região também contribuem para a proteção ambiental. No entanto, mesmo com essas limitações, observa-se que as áreas alteradas se concentram

principalmente no entorno da rodovia PA-254, demonstrando que, apesar de sua estrutura deficiente, a rodovia ainda funciona como um fator de pressão sobre a margem esquerda do rio Amazonas, facilitando o acesso e incentivando a conversão do solo para usos agropecuários.

A esse respeito, a persistência de pressões econômicas e fundiárias é evidente mesmo dentro de áreas protegidas, como demonstra a Floresta Estadual (Floe) do Paru. Em 2022, o MapBiomas registrou 35 alertas de desmatamento na UC, seguidos por outros 27 em 2023 (MAPBIOMAS, 2023; 2024). Embora os índices gerais de desmatamento nos municípios sejam baixos, esses dados evidenciam que as áreas protegidas estão sob constante ameaça, especialmente na margem esquerda do rio Amazonas, onde o desmatamento já registrado pode facilitar a ocupação irregular.

Esse cenário reforça as vulnerabilidades na governança territorial, indicando que, apesar dos avanços na preservação, a pressão sobre os recursos naturais está presente, tornando esses territórios ainda mais suscetíveis à conversão para outros usos. A interação entre uma infraestrutura, ainda que precária, e áreas já degradadas dentro de Unidades de Conservação amplia os desafios da conservação ambiental e da gestão fundiária na região. O gráfico 2 apresenta a distribuição desses conflitos, destacando os principais municípios impactados e os picos de intensificação registrados ao longo do período analisado.

Gráfico 2 - Conflitos por terra e água nos Municípios da Faixa de Fronteira do Pará (2015-2023).



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de processamento automatizado de dados Conflitos no Campo Brasil (CPT, 2016-2024).

O gráfico evidencia uma evolução marcante nos registros de conflitos nos municípios da faixa de fronteira do estado do Pará entre 2015 e 2023. No primeiro ano da série, não foi identificado nenhum conflito nos territórios analisados, o que pode estar associado à baixa pressão territorial naquele momento ou, possivelmente, à subnotificação, considerando o caráter remoto e isolado de algumas áreas. Todavia, a partir de 2016, os conflitos começaram a surgir de forma gradual, inicialmente em Oriximiná e Óbidos.

Essa tendência de expansão continuou ao longo dos anos, com picos significativos, como o observado em 2020, quando Oriximiná registrou o maior número de conflitos (nove casos). Esse aumento pode ser explicado pela intensificação das pressões sobre recursos fundiários e naturais, somada a um contexto político que favoreceu a flexibilização da ocupação em áreas protegidas e terras públicas. A partir de 2022, os conflitos se expandiram para novos municípios, como Almeirim e Alenquer, sugerindo uma dispersão das tensões fundiárias e ambientais para áreas anteriormente menos impactadas. Essa expansão provavelmente reflete um padrão em que, à medida que os recursos em municípios historicamente afetados por conflitos se tornam mais disputados, os atores envolvidos migram suas atividades para regiões vizinhas.

Por outro lado, o município de Faro se destaca por não ter registrado conflitos ao longo de todo o período analisado. Esse padrão pode estar relacionado ao isolamento geográfico e à menor acessibilidade da região, fatores que limitam a presença de agentes econômicos e de disputas fundiárias. Entretanto, é importante considerar a possibilidade de subnotificação, dado o próprio contexto de isolamento, já que a ausência de registros não necessariamente implica a inexistência de tensões territoriais.

A análise geral sugere que UCs e TIs na região exerce um papel importante na contenção do desmatamento e dos conflitos em algumas áreas. Contudo, a expansão das tensões para municípios como Almeirim e Alenquer reforça a necessidade de estratégias mais abrangentes de governança territorial, que integrem a gestão das áreas protegidas com ações de fiscalização e apoio às populações indígenas e tradicionais. Essas dinâmicas ressaltam a importância de monitorar não apenas os territórios com histórico de conflitos, mas também aqueles considerados menos vulneráveis, que podem se tornar novos focos de disputa fundiária na faixa de fronteira paraense.

GESTÃO CLIMÁTICA

Os impactos das mudanças climáticas observados nos territórios brasileiros reforçam a urgência de repensar os modelos de ocupação e uso da terra—tanto urbanos quanto rurais—, além de aprofundar o entendimento sobre as características geoclimáticas locais, como o clima, o padrão das chuvas, o relevo e os tipos de solo

As mudanças climáticas também têm provocado transformações nos ciclos naturais da Floresta Amazônica, como os períodos de cheia e vazante dos rios. Em consequência das alterações no volume de chuvas e da elevação das temperaturas, tornam-se mais frequentes os eventos extremos, como secas severas e inundações intensas. Essas mudanças afetam diretamente os municípios ribeirinhos, cujas comunidades organizam seus modos de vida na região de várzea com base no calendário natural das águas. A alteração desses ciclos compromete práticas tradicionais de manejo, provoca prejuízos econômicos e ambientais e afeta a segurança alimentar das populações. Além de impactar atividades como a pesca e agricultura, as mudanças no regime hidrológico também comprometem a mobilidade e o abastecimento das comunidades. Nas secas extremas, como a de 2023-2024, por exemplo, centenas de localidades ficaram isoladas devido à interrupção das rotas fluviais, dificultando

o transporte de alimentos, medicamentos e combustíveis e o desenvolvimento de atividades econômicas—o que acentua a vulnerabilidade e compromete a permanência das populações em seus territórios.

Esses efeitos atingem com especial intensidade os povos e comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores artesanais, assentados e agricultores familiares—devido à forte dependência da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, bem como à precariedade de acesso a políticas públicas e infraestrutura adequada. Na faixa de fronteira do Pará, essas vulnerabilidades ganham contornos ainda mais complexos, diante das longas distâncias, da baixa densidade populacional e das limitações estruturais para a atuação pública em territórios de difícil acesso.

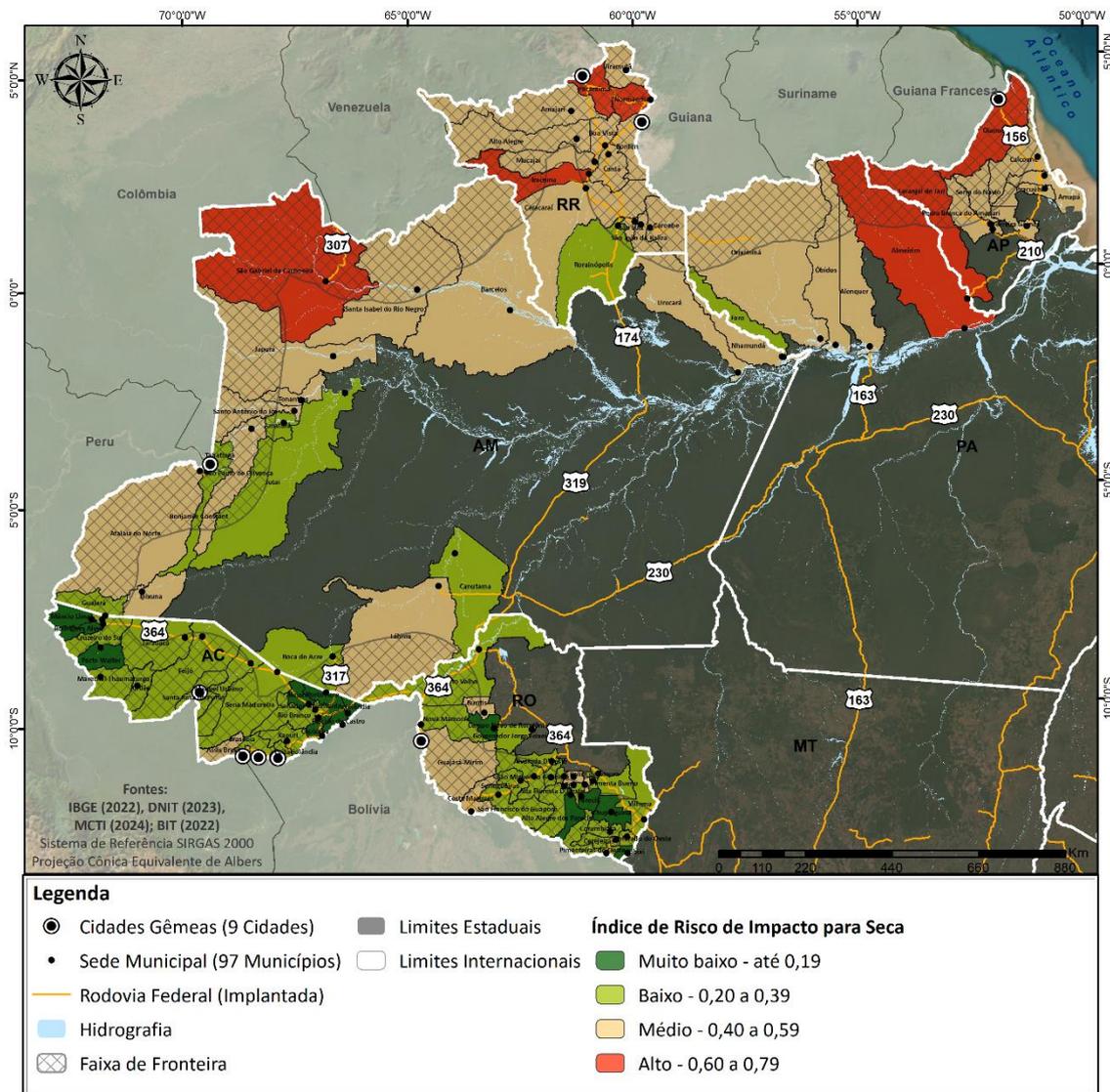
Embora essas vulnerabilidades se manifestem localmente, é importante considerar também os fatores climáticos de escala regional e global que contribuem para a intensificação dos eventos extremos na região. Cabe ressaltar que as alterações decorrentes das mudanças do clima não são fenômenos isolados na ocorrência dos desastres naturais. Os fenômenos naturais El Niño e La Niña⁷ contribuem com diferentes impactos no mundo e nas regiões do Brasil, conforme a periodicidade de suas ocorrências. No período de ocorrência do El Niño, as secas registradas na Região Norte, nos anos de 2023 e 2024, são os exemplos mais recentes de desastres naturais, na forma mais extrema que aconteceu na Amazônia, derivadas de uma combinação de diferentes sistemas meteorológicos que ocasionaram estiagens históricas.

Os principais desastres naturais ocorridos no período de 1991 a 2022, nos Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima, foram consolidados na versão atualizada do Atlas Digital de Desastres Naturais - Atlas Digital de Desastres no Brasil, desenvolvido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, por meio da Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC), em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça climática de seca, observou-se que os Municípios da Fronteira, em sua maioria, estão na classe de impacto climático média e baixa (39,17% e 41,23%, respectivamente). No Pará, dos cinco (05) Municípios pertencentes à Faixa de Fronteira, Almeirim apresenta risco alto para a seca. O Município de Faro apresenta o índice baixo, sendo Alenquer, Óbidos e Oriximiná, com índice médio de risco de impacto para a seca.

⁷ O El Niño e a La Niña são parte do fenômeno natural conhecido como El Niño Oscilação Sul (Enos), que ocorre no Oceano Pacífico Tropical. O El Niño é um fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal das águas do Oceano Pacífico, na sua porção equatorial, e a La Niña corresponde ao resfriamento anormal das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Fonte: <http://enos.cptec.inpe.br/>. Acesso em: 20 de dez. 2024.

Mapa 6 - Índice de risco de impacto para recursos hídricos, considerando a ameaça climática de seca.



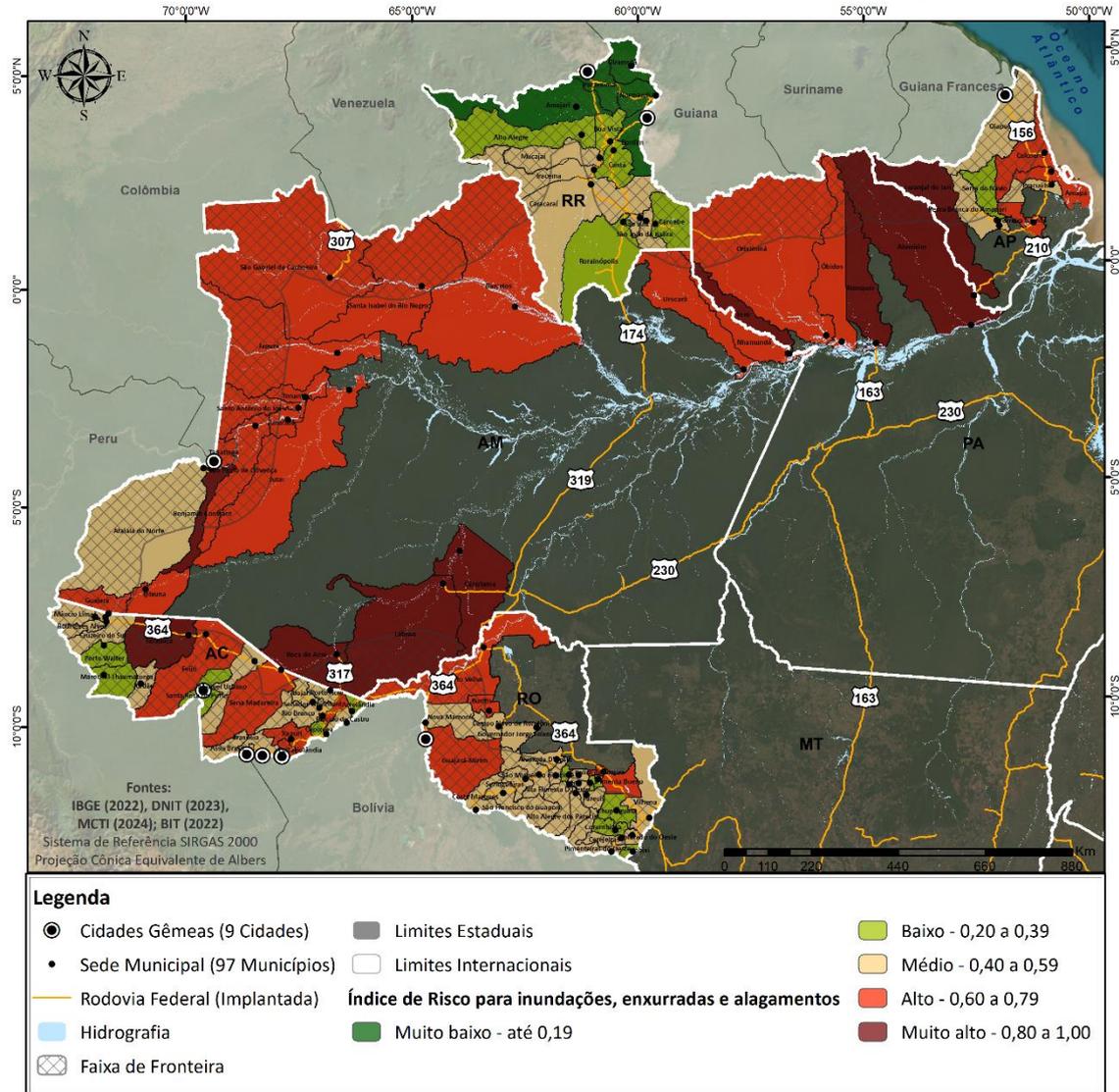
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Nesse aspecto, para diminuição do risco de impacto presente e futuro das mudanças climáticas nos recursos hídricos considerando uma situação de seca, o arcabouço legal existente, relacionado ao planejamento e gestão indicam que em sua maioria os Municípios do Estado de Pará na Faixa de Fronteira - Alenquer, Almeirim, Faro e Óbidos - apresentam a classe baixa. O Município de Oriximiná apresenta a classe muito baixo.

Quanto à implementação de programas ou ações de prevenção contra impactos relacionados à seca, os dados encontram-se indisponíveis em sua maioria. No Estado do Pará, os Municípios de Alenquer e Oriximiná foram reconhecidos como classe muito baixo, enquanto que nos Municípios de Almeirim, Faro e Óbidos, os dados se apresentam indisponíveis.

Sobre o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastres geo-hidrológicos no evento de inundações, enxurradas e alagamentos, os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) estão enquadrados predominantemente, entre as classes médio e alto. O Estado do Pará apresentam os índices muito alto, em Alenquer, Almeirim e Faro, e como índice alto nos Municípios de Óbidos e Oriximiná.

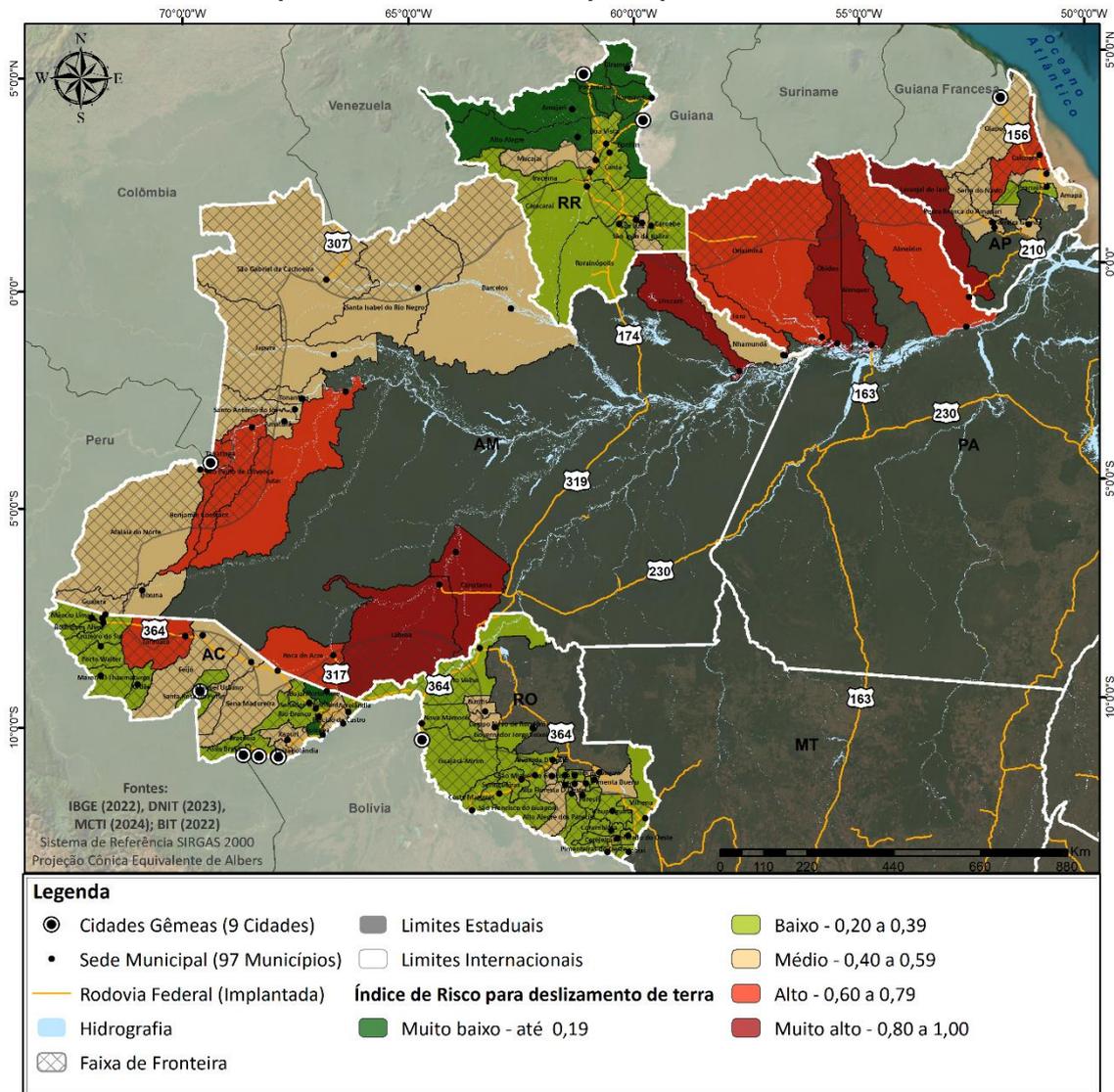
Mapa 7 - Índice de risco de impacto para inundações, enxurradas e alagamentos.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

Para o risco de impacto das mudanças climáticas em sistemas socioecológicos, considerando a ameaça de desastre geo-hidrológico no evento de deslizamento de terra, observou-se que Municípios como Alenquer e Óbidos apresentam índice muito alto para deslizamentos. Os Municípios de Almeirim, Faro e Oriximiná apresentam índice alto de risco para deslizamento de terra.

Mapa 8 - Índice de risco de impacto para deslizamento.



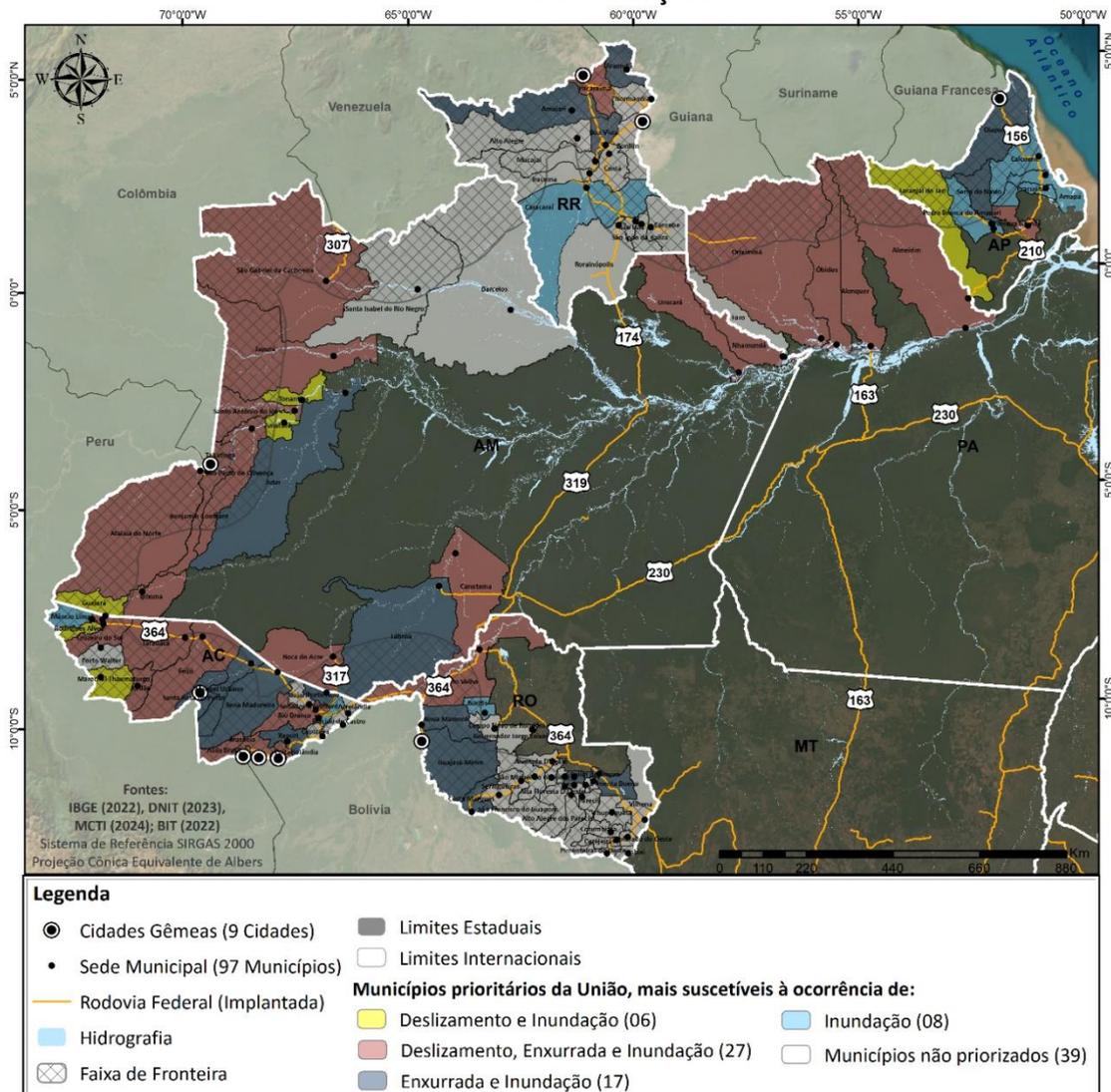
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Quanto à capacidade política e institucional em governança do risco, ações para redução e resposta em situação de desastre de deslizamento de terra, os Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia) estão enquadrados em sua maioria na classe muito baixa. No Estado do Pará, somente Alenquer está classificado como alto. Nos demais observa-se os índices médio (Óbidos e Oriximiná), baixo (Almeirim) e muito baixo (Faro), quanto à capacidade política e institucional em governança do risco, ações para redução e resposta em situação de desastre de deslizamento de terra.

Em 2023, com o objetivo de orientar o Governo Federal nas ações de prevenção e mitigação de desastres naturais no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especialmente no contexto do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), a Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, atualizou os critérios e indicadores para a identificação dos Municípios mais suscetíveis a deslizamentos, enxurradas e inundações.

A partir dos dados atualizados sobre desastres, vulnerabilidades e mapeamento de áreas de risco geológico e hidrológico⁸, foram selecionados 1.942 Municípios. Dos 97 Municípios situados na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, foram identificados 58 mais suscetíveis à ocorrência de desastres naturais relacionados a deslizamentos, enxurradas e inundações. No Pará, somente o Município de Faro foi identificado como não prioritário. Nos demais - Alenquer, Almeirim, Óbidos e Oriximiná - a ocorrência por tipo de risco corresponde a deslizamentos, enxurradas e inundações.

Mapa 9 - Municípios da Faixa de Fronteira, mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

⁸ As fontes de consulta dos dados históricos das últimas décadas, mapeamento atuais e informações do Censo 2022, bem como os indicadores e critérios adotados estão disponibilizadas na Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento - Casa Civil. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protacao-e-defesa-civil-sedec/copy_of_NotaTcnica12023SADJVISAMCCPR_SEI_00042.000497_2023_74.pdf?utm_source=

Estabelecido conforme os critérios presentes na mesma Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC) desenvolveu o Indicador de Capacidade Municipal (ICM)⁹, com o objetivo de retratar a capacidade dos Municípios em atuar na gestão dos riscos e desastres. Entre as Categorias de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) definidas, foram identificados na Faixa B (Intermediária Avançada). No Quadro 2, 22 (vinte e dois) Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Centro (Rondônia), no Perfil de Risco “Prioritário” e “Não Prioritário”. No Pará, somente o Município de Oriximiná foi classificado como Perfil de Risco “Prioritário”.

Quadro 2 - Municípios dos Estados da Faixa de Fronteira - Arcos Norte e Rondônia identificados na Faixa B (Intermediária Avançada)

Estado	Municípios	Perfil de Risco	
		Prioritário	Não Prioritário
Acre	Epitaciolândia		
	Feijó		
	Rio Branco		
Amazonas	Atalaia do Norte		
	Barcelos		
	Labrea		
	São Gabriel da Cachoeira		
Amapá	São Paulo de Olivença		
Pará	Macapá		
	Oriximiná		
Rondônia	Alto Alegre do Parecis		
	Alta Floresta d'Oeste		
	Governador Jorge Teixeira		
	Nova Brasilândia do Oeste		
	Pimenta Bueno		
	Porto Velho		
	São Francisco do Guaporé		
Roraima	Boa Vista		
	Bonfim		
	Cantá		
	Caroebe		
	Rorainópolis		

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Indicador de Capacidade Municipal (ICM), 2025.

⁹ O ICM é o principal indicador para o monitoramento do Programa 2318 - Gestão de Riscos e Desastres no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, que será considerado ao longo dos próximos quatro anos para avaliar o aprimoramento da capacidade dos Municípios em ações de gestão de riscos e desastres no Brasil. O ICM é composto por 20 (vinte) variáveis, distribuídos em três dimensões: Instrumentos de Planejamento e Gestão; Coordenação Intersectorial e Capacidades; e Políticas, Programas e Ações. O quantitativo de Municípios por Categoria de Gestão de Riscos e Desastres (GDR) foi distribuído em quatro categorias de índice: Faixa A (Alta); Faixa B (Intermediária Avançada); Faixa C (Intermediária Inicial) e Faixa D (Inicial). Ver mais em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/protecao-e-defesa-civil/icm>.

A análise da evolução das emissões de gases de efeito estufa nos Municípios dos Arcos Norte e Centro (Rondônia) da Faixa de Fronteira, disponibilizadas pelo Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)¹⁰, desenvolvido pelo Observatório do Clima¹¹, apontam para os anos de 2015, 2022 e 2023¹², que o principal setor - mudança de uso da terra e floresta, corresponde à maior parte das emissões brutas de gases de efeito estufa em todos do Municípios da Faixa de Fronteira Norte e Centro (Rondônia), seguido dos setores de agropecuária, energia e resíduos. A Tabela 3 apresenta as emissões de gases de efeito estufa dos Municípios do Estado do Pará, nos anos de 2015, 2022 e 2023.

Tabela 3 - Emissões e remoções de gases efeito estufa (GEE) dos Municípios da Faixa de Fronteira do Estado do Pará.

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Almeirim	2015	118.208	181.806	2.883.839	10.881	3.196.749
	2022	151.863	98.951	4.348.265	11.285	4.610.364
	2023	154.956	63.379	2.071.841	11.004	2.301.180
Alenquer	2015	404.520	58.805	2.856.848	16.423	3.336.596
	2022	473.162	20.765	3.175.892	22.828	3.692.647
	2023	553.905	21.973	3.195.344	24.696	3.795.918
Faro	2015	26.007	-	235.030	2.214	263.251
	2022	6.817	-	424.914	2.353	434.084
	2023	12.720	-	268.883	2.349	283.952
Óbidos	2015	278.898	25.404	1.596.284	14.874	1.915.460
	2022	358.788	15.680	2.463.351	21.858	2.859.677
	2023	372.538	16.236	1.303.263	27.801	1.719.838

¹⁰ O SEEG reúne e organiza as estimativas de emissões nos cinco setores, fontes de gases de efeito estufa (GEE), - agropecuária, energia, mudança de uso da terra e florestas, processos industriais e resíduos - para as 27 Unidades da Federação e os 5.570 Municípios do país. Os dados disponíveis nas coleções do SEEG formam uma série histórica que inicia em 1970 (com exceção do setor de mudança de uso da terra, que iniciou em 1990), limitando-se ao ano anterior ao lançamento de cada coleção.

¹¹ O Observatório do Clima (OC) é uma rede de organizações da sociedade civil, dedicada ao monitoramento das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no Brasil. As instituições integrantes da OC coordenam o trabalho técnico do SEEG: IPAM (mudança de uso da terra), IMAFLORA (agropecuária), IEMA (energia e processos industriais, e ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade (resíduos).

¹² Os anos selecionados para a análise representam o ano do compromisso assumido pelo Brasil no Acordo de Paris (2015), o último ano do período -2019 a 2022 - de enfraquecimento das políticas de controle do desmatamento (2022) e o ano da retomada das ações das medidas de fiscalização e de redução por setor de emissão (2023).

Município	Ano	Setor de Emissão (Mt)				
		Agropecuária	Energia	Mudança de Uso da Terra e Floresta	Resíduos	Total
Oriximiná	2015	305.592	254.857	1.267.011	38.269	1.865.729
	2022	293.562	277.860	1.513.668	41.669	2.126.759
	2023	296.846	261.199	975.349	43.743	1.577.137
Total Municípios	2015	1.133.225	520.872	8.839.012	82.661	10.577.785
	2022	1.284.192	413.256	11.926.090	99.993	13.723.531
	2023	1.390.965	362.787	7.814.680	109.593	9.678.025
Total		3.808.382	1.296.915	28.579.782	292.247	33.979.341

Fonte: Adaptado do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG), 2024

O Estado do Pará compreende os seguintes cenários, quanto a emissão de GEE nos Municípios da Faixa de Fronteira:

- Os Municípios na sua totalidade, têm como principal fonte de emissão o setor mudança de uso da terra e floresta, especialmente devido ao desmatamento e ao aumento das pastagens, seguida da atividade pecuária;

- A comparação das emissões por setor, nos anos de 2015 e 2023, aponta: (i) a redução da emissão de GEE no setor de mudança de uso da terra e floresta no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, com exceção dos Municípios de Alenquer e Faro; (ii) o aumento das emissões no setor da agropecuária no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, com exceção dos Municípios de Faro e Oriximiná; (iii) a redução da emissão de GEE no setor de energia nos Municípios de Almeirim, Alenquer e Óbidos, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015, com exceção de Oriximiná. O Município de Faro não apresentou dados neste setor de emissão; (iv) o aumento da emissão de GEE no setor de resíduos em todos os Municípios, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2015;

- A comparação das emissões por setor, nos anos de 2022 e 2023, aponta: (i) a redução da emissão de GEE no setor de mudança de uso da terra e floresta no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022; (ii) o aumento das emissões no setor da agropecuária no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022, em todos os Municípios; (iii) a redução da emissão de GEE no setor de energia nos Municípios de Almeirim e Oriximiná, no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022, e aumento da emissão de GEE nos Município de Alenquer e Óbidos. O Município de Faro não apresentou dados neste setor de emissão; (iv) o aumento da emissão de GEE no setor de resíduos no ano de 2023, em comparação ao ano de 2022, com exceção dos Municípios de Almeirim e Faro.

EIXO TEMÁTICO 2: INFRAESTRUTURAS PARA O DESENVOLVIMENTO

A implantação de infraestruturas no contexto da região Amazônica é marcada por desafios geográficos, socioeconômicos e políticos. De um lado, a expansão da infraestrutura possibilita a conexão de áreas onde a presença do Estado é fundamental para facilitar acesso a serviços, possibilitar o comércio com países vizinhos e promover ações de segurança nacional. Por outro lado, o próprio isolamento de determinadas regiões funciona como um mecanismo natural de proteção ambiental. Nesse contexto, o planejamento e os investimentos em infraestrutura devem ser conduzidos de forma criteriosa e territorialmente sensível, de modo a garantir os direitos das comunidades locais sem comprometer a sociobiodiversidade.

Este capítulo apresenta uma análise sobre as infraestruturas presentes na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia. Inicialmente, fez-se um levantamento dos principais órgãos federais atuantes no tema das fronteiras de modo a obter um panorama geral da presença do Estado nesse território. Identificar as estruturas de governo existentes é um primeiro passo para avaliar os possíveis gargalos para o desenvolvimento local, gestão do território e fortalecimento da atuação do poder público na região.

Em seguida, são apresentadas as informações referentes às infraestruturas viárias, tanto com relação ao transporte rodoviário, quanto fluvial, aéreo e ferroviário. A estruturação de rede de transporte integrada ainda representa um desafio para a integração da Região Amazônica ao restante do país e aos países vizinhos, em termos logísticos. Observa-se que há um esforço crescente por parte do Governo Federal e de organizações locais para investir nesse tipo de infraestrutura, especialmente com relação às rodovias, ampliação das hidrovias e desenvolvimento de portos. Desde os anos 2000, a crescente demanda por exportações e o aumento da atuação federal em projetos de infraestrutura resultaram em avanços significativos, com a revitalização e construção de novos trechos rodoviários, expansão da malha ferroviária e a modernização de aeroportos.

Também a infraestrutura energética e de comunicações nos Estados analisados apresenta desafios que impactam o desenvolvimento socioeconômico dessas regiões fronteiriças. Esse contexto demanda um exame atento sobre as políticas públicas, o planejamento e a execução de projetos estratégicos, com vistas a integração com o restante do Brasil e com os países vizinhos. Dentre as questões que merecem atenção, destaca-se a cobertura da rede elétrica, a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicações, a implantação de soluções tecnológicas inovadoras e de adaptação das infraestruturas existentes às necessidades locais. A proximidade com as fronteiras pode resultar em vulnerabilidades, tanto na segurança das infraestruturas, quanto na gestão das redes de comunicação e de energia.

Já com relação à gestão das infraestruturas de saneamento básico, particularmente nas cidades gêmeas, demanda-se uma abordagem integrada entre os países e estados, que possa fortalecer a cooperação e as sinergias locais, uma vez que tais questões estão intimamente ligadas a aspectos ambientais, sociais e de saúde pública.

Por fim, é fundamental destacar a preocupação com os impactos socioambientais da expansão dos grandes projetos de infraestrutura, especialmente aqueles relacionados à implantação de rodovias, geração de energia elétrica e instalação de linhas de transmissão. Historicamente, a implantação desses sistemas e redes vêm acompanhados de degradação ambiental e conflitos sociais, que abrangem o desmatamento, fragmentação de habitats e ameaças aos povos e comunidades tradicionais.

INFRAESTRUTURAS DE GOVERNO

O governo federal mantém uma rede de unidades espalhadas pelos municípios fronteiriços, com o objetivo de fiscalizar, proteger e planejar o uso de seu território. O levantamento aqui realizado busca um mapeamento preliminar das estruturas de governo presentes nos municípios da Faixa de Fronteira do estado do Pará, a partir da identificação de órgãos que atuam em áreas estratégicas para a discussão das fronteiras. Os órgãos mapeados foram organizados em quadro grandes categorias, com o intuito de oferecer um panorama geral sobre temas fundamentais como meio ambiente, segurança e gestão territorial. São eles:

Quadro 3 - Categorias e Órgãos Federais presentes na Faixa de Fronteira

<i>Categoria</i>	<i>Órgãos Federais</i>
Segurança, Defesa e Fiscalização	Receita Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Vigilância Agropecuária Internacional, Exército Brasileiro, Aeronáutica, Marinha do Brasil, Pelotão Especial de Fronteira.
Gestão Territorial e Comunidades Tradicionais	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
Meio Ambiente, Agricultura e Desenvolvimento	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)
Educação, Ciência e Tecnologia	Universidades e Institutos federais

Fonte: Elaborado pelo IBAM.

A região de fronteira do Pará conta com uma unidade do Pelotão Especial de Fronteira, em Oriximiná, responsável pelo patrulhamento terrestre em pontos estratégicos da fronteira. Há também duas unidades de atendimento da Receita Federal em Oriximiná e Óbidos, porém só voltadas ao atendimento ao contribuinte.

Além das instituições de segurança e fiscalização, há órgãos federais voltados ao monitoramento territorial e à proteção das comunidades tradicionais. Há duas agências do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos municípios de Óbidos e Alenquer. Em contrapartida não há unidades da FUNAI e do INCRA nesses territórios. Também não há presença de órgãos voltados para a preservação ambiental, como o IBAMA e a EMBRAPA.

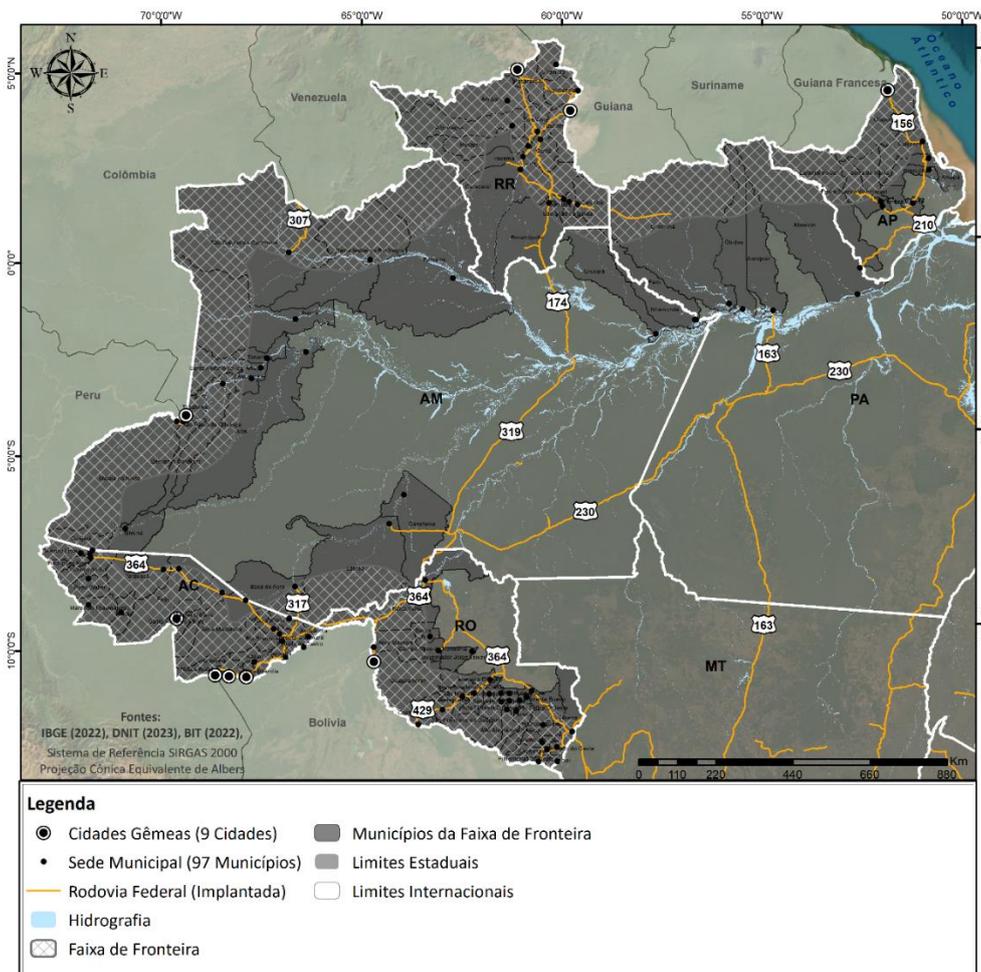
Há, porém escritórios dessas instituições em Santarém, que é um polo da região do baixo Amazonas.

Com relação ao mapeamento de instituições de educação, ciência e tecnologia, estes desempenham papel importante não só na qualificação de profissionais como polos de integração e cooperação transfronteiriça, fortalecendo laços entre os países vizinhos e impulsionando pesquisas voltadas às necessidades regionais. No Pará a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) possui dois *campi*, um em Óbidos outro em Oriximiná, consolidando-se como uma instituição de referência na região.

INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E LOGÍSTICA

O acesso à Faixa de Fronteira do Arco Norte é viabilizado, principalmente, por quatro Rodovias Federais: a BR-364 (Cuiabá - Porto Velho), a BR-319 (Manaus - Porto Velho), a BR-174 (Manaus - Boa Vista) e a BR-230 (Transamazônica). Projetadas no contexto dos Programas de Integração Nacional (PIN), durante o regime militar, essas rodovias tinham como objetivo conectar a Amazônia às demais regiões do Brasil, promovendo a ocupação dos chamados "espaços vazios" e a exploração econômica da região.

Mapa 10 - Rodovias Federais que interligam os Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



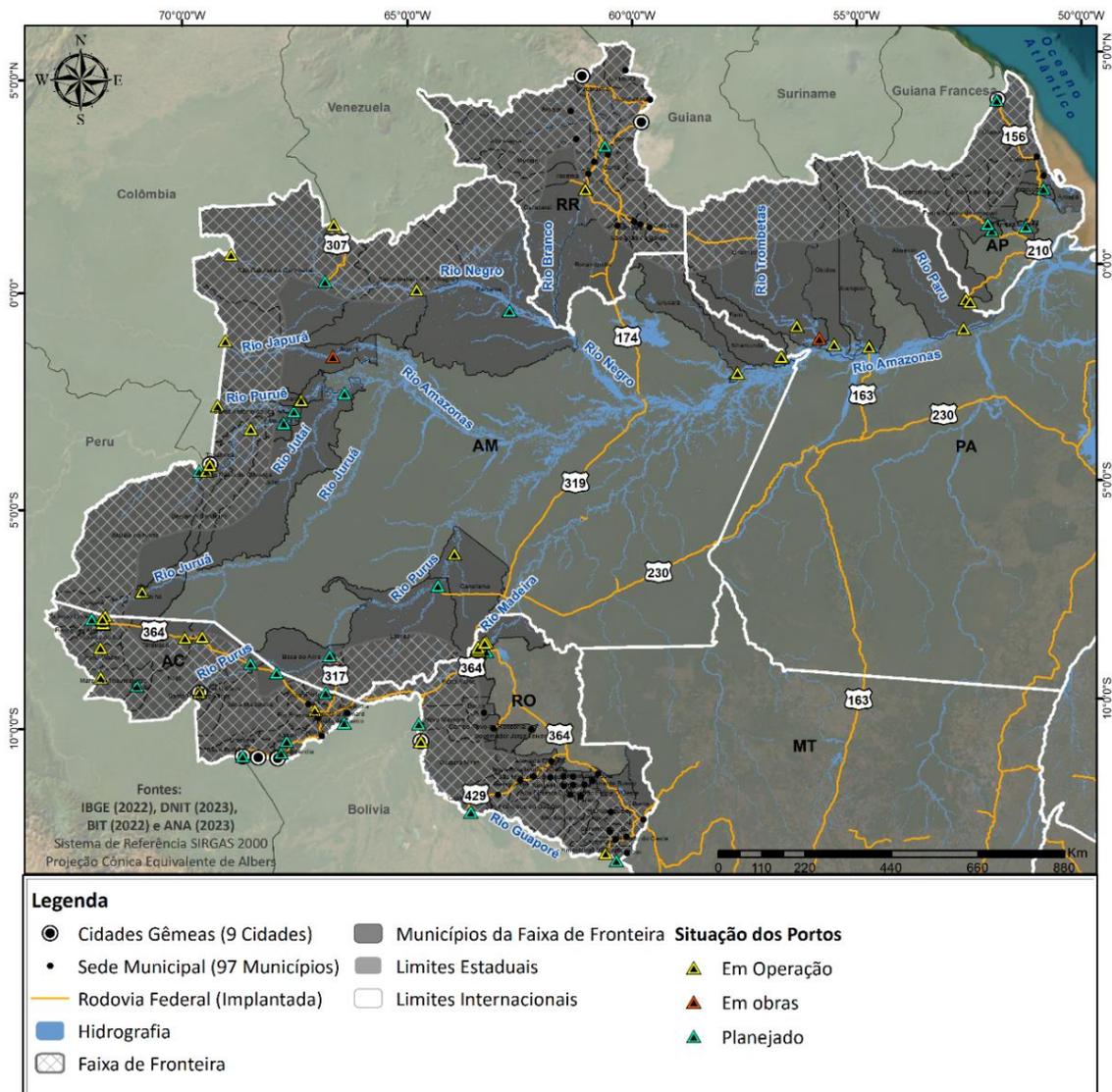
Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

As rodovias federais não alcançam os municípios fronteiriços no Pará. A BR-163, rodovia que integra o Sul ao Centro-Oeste e Norte do Brasil e tem importância para o escoamento da produção brasileira, se conecta à Santarém, existindo ainda um trecho complementar localizado entre as cidades de Oriximiná e Óbidos. Já uma parte da BR 210 alcança o município de Oriximiná. Conhecida como Perimetral Norte, a BR-210 é uma rodovia federal transversal brasileira projetada no período militar que previa a ligação dos estados de Roraima e Amapá, passando por Pará e Amazonas. Somente alguns trechos foram implantados nos estados de Amapá e Roraima.

Considerando a logística da região e dada a presença de extensos rios e cursos d'água, o transporte fluvial também representa papel importante na logística regional para o escoamento e abastecimento de bens e produtos, além da mobilidade das comunidades amazônicas e das cidades ribeirinhas dos Municípios da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia. Entre os rios navegáveis, os Rios Amazonas/Solimões, Negro, Branco, Madeira, Juruá e Purus, representam importantes meios de integração entre as cidades da região amazônica e Estados vizinhos.

Do conjunto dos portos existentes e previstos na região de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, 88 estão em operação, 05 estão em obras e 31 planejados. Os portos em operação se concentram nos Rios Amazonas, Juruá e Purus, sendo os principais para o comércio com os estados vizinhos, o escoamento de mercadorias, o transporte de cargas e o deslocamento da população. Nos municípios de Fronteira do Pará, segundo o levantamento do Banco de Informações e Mapas de Transportes (BIT), há portos públicos operando nos municípios de Almeirim, Alenquer, Óbidos e Oriximiná.

Mapa 11 – Hidrografia e Portos (em operação, em obras e planejados) nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Entre os modais disponíveis, o transporte fluvial desempenha papel fundamental na logística e integração regional na Amazônia, especialmente aos Municípios da Faixa de Fronteira, possibilitando o escoamento de produtos, o abastecimento de cidades ribeirinhas e a mobilidade das comunidades locais. Contudo, no contexto das alterações climáticas, com suas consequências na alteração da dinâmica dos rios, especialmente aos períodos de secas e estiagens, apresentam desafios significativos, afetando tanto a navegação, quanto as condições de vida das populações tradicionais. A adaptabilidade e a gestão eficiente das infraestruturas portuárias e fluviais serão essenciais para mitigar os impactos e favorecer a resiliência da população local.

Devido à vastidão territorial e à dificuldade de acesso terrestre, o transporte aéreo regional também possui importância essencial na conectividade entre cidades de difícil acesso. Devido ao modelo de ocupação, os primeiros aeroportos construídos foram destinados a

atender às demandas militares e governamentais. Ao longo das décadas, a infraestrutura aeroportuária foi ampliada para atender ao comércio e à população. O Pará possui três aeroportos regionais, que são localizados em Almeirim, Óbidos e Oriximiná.

No âmbito das propostas para implementação de infraestruturas de transporte e logística, vale destacar o Programa Rotas de Integração Sul-Americana. Criado em 2022, pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o programa tem como objetivo promover a integração logística entre os países da América do Sul, facilitar o comércio e reduzir tempo e custo do transporte de mercadorias entre o Brasil e seus vizinhos e a Ásia. Das cinco Rotas da Integração Sul-Americana definidas, apenas uma atravessa o Pará, no Município de Santarém que é um território que não pertence a Faixa de Fronteira: Rota 1: Ilha das Guianas (Roraima, Amazonas, Pará e Amapá - Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela)

A Rota 1 é multimodal, formada por rodovias e hidrovias. No Brasil, inclui integralmente os Estados de Roraima e Amapá, além da calha norte dos Estados Amazonas e Pará. Contempla, ainda, o norte da América do Sul: Guiana Francesa, Suriname, Guiana e Venezuela. É considerada a maior ilha marítimo- fluvial do mundo, por ser uma porção de terra banhada pelo oceano Atlântico e rodeada pelos rios Orinoco, Negro e Amazonas, além do canal de Casiquiare - que tem 326 km e liga as bacias hidrográficas do Orinoco e do Amazonas (MPO, 2024).

INFRAESTRUTURA ENERGÉTICA E DE COMUNICAÇÕES

As particularidades da matriz energética da Região Norte, as características geográficas remotas e os impactos dos empreendimentos de geração de energia elétrica instalados e previstos na Região Amazônica são aspectos significativos que devem ser considerados na análise da infraestrutura energética. Segundo dados do Balanço Energético Nacional (BEN, 2024), a Região Norte possui a capacidade instalada de geração de energia¹³ de 35.638 MW, o que representa 17,9% do total disponível no Brasil.

Da capacidade instalada no território brasileiro, os dados da Região Norte indicam que a fonte hidroelétrica (29,10%) representa a maior capacidade de geração, seguida da termoelétrica (7,6%) e do solar (0,4%).

No contexto do Arco Norte, os Estados do Amazonas (5,91%), Pará (59,43%) e Rondônia (23,53%), representam 88,87% da geração de energia. Nos Estados do Acre (0,30%), Amapá (2,15%), Roraima (1,70%), o potencial de geração corresponde a 4,15% do total da Região Norte.

¹³ A capacidade instalada de geração elétrica é a potência máxima que uma usina pode gerar, enquanto a geração de eletricidade por fonte é a quantidade de energia produzida a partir de uma fonte específica.

Quadro 4 - Capacidade instalada de geração de energia por tipo de fonte nos Estados da Região Norte¹⁴

Estados	Hidroelétrica		Termoelétrica		Solar		Total	
	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%	Total MW	%
Acre	0	0,0	104	2,88	1	2,17	106	0,30
Amapá	745	2,33	15	0,42	4	8,70	765	2,15
Amazonas	275	0,86	1.832	50,69	1	2,17	2.107	5,91
Pará	20.770	64,95	393	10,87	17	36,96	21.180	59,43
Rondônia	7.781	24,33	588	16,27	15	32,61	8.384	23,53
Roraima	10	0,03	593	16,41	2	4,35	605	1,70
Tocantins	2.395	7,49	89	2,46	6	13,04	2.491	6,99
Região Norte	31.977	90	3.614	10	46	0,00	35.638	100

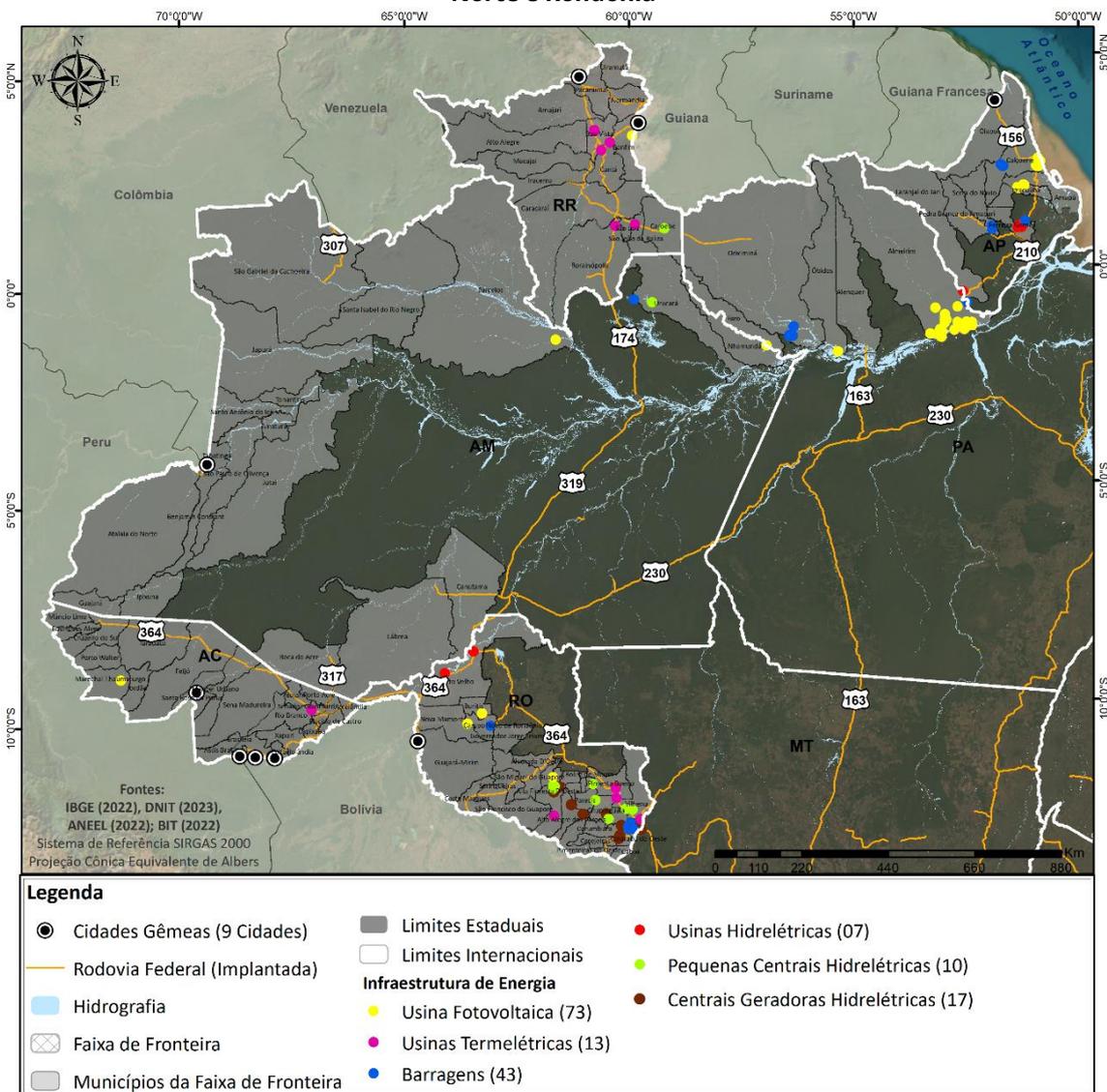
Fonte: Adaptado do BEN, 2025.

O Estado do Pará com um todo representa o maior potencial de geração de energia por fontes hidroelétrica (64,95%) e solar (36,96%). A expressiva geração de energia elétrica por fonte hidroelétrica se deve à operação de usinas hidrelétricas de grande porte em seus territórios. No Pará, se localizam as Usinas Hidrelétricas de Belo Monte (Rio Xingu), Tucuruí (Rio Tocantins), Marabá (Rio Tocantins) e Curuá-Una (Rio Curuá-Una).

O Mapa a seguir apresenta a geração de energia elétrica, proveniente de parques eólicos, usinas termelétricas, centrais geradoras hidrelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e usinas hidrelétricas, em operação nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia. Quanto a geração de energia elétrica na região de Fronteira se destaca a fonte por usina fotovoltaica, com número representativo de instalações localizadas na área urbana do Município de Almeirim. Tal ocorrência se deve a implantação de usina fotovoltaica própria, por meio de Parceria Público-Privada (PPP), na Modalidade Concessão Administrativa, que prevê ainda os serviços de eficiência, operação e manutenção do sistema de iluminação pública, implantação operação e manutenção da infraestrutura de telecomunicações. Conforme dados disponibilizados no Diário Oficial da União, a Prefeitura de Almeirim homologou a licitação à empresa vencedor, em setembro de 2020, com prazo de concessão de 26 anos.

¹⁴ Não há produção de energia eólica ou nuclear na região.

Mapa 12 - Geração de energia elétrica, em operação nos Estados da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias

Embora nas demais capitais e principais Municípios de cada Estado da Faixa de Fronteira estejam interligados ao SIN, grande parte das regiões interiores e de difícil acesso ainda dependem de sistemas isolados ou de geração própria, como pequenos sistemas fotovoltaicos ou hidrelétricas locais. A interligação completa dessas áreas ao SIN continua sendo um dos desafios das políticas públicas para garantir a universalização do acesso à energia elétrica.

Vale destacar que o Governo Federal, por meio do Ministério de Minas de Energia (MME), coordena o Programa Energias da Amazônia, iniciativa concentrada na melhoria do acesso à energia elétrica nas regiões remotas e isoladas da Amazônia. Na Região Norte estão reunidos os Sistemas Isolados (SISOL), não conectados ao SIN e atendidos por sistemas térmicos a óleo diesel, para fornecimento de energia elétrica. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), desde 2017, possui a atribuição de prever a carga e de planejar a

operação dos SISOL. Conforme dados disponibilizados pela Empresa de Pesquisas Energéticas (EPE) - Ciclo de Planejamento 2024 -, os Sistemas Isolados estão distribuídos em 45% do território nacional e se concentram especialmente no Estado do Amazonas. No Pará, há 17 sistemas isolados, com 59.704 unidades consumidoras que atendem 394,2 mil pessoas. Um desses sistemas está localizado em Faro.

Com o objetivo de promover o acesso à energia elétrica, por meio da extensão das redes de distribuição, principalmente em áreas rurais, o Governo Federal lançou em 2003, o Programa Luz para Todos (PLPT). Apesar do alcance e dos resultados, os desafios logísticos e técnicos encontrados nas regiões remotas da Amazônia Legal, conduziu o Governo Federal a instituir em 2020, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Amazônia Legal - Programa Mais Luz para a Amazônia (MLA), com o propósito de promover o acesso à energia elétrica, exclusivamente por fontes renováveis, para 219 mil unidades consumidoras, até 2022. Entretanto, após mais de dois anos e com menos de 5% da meta cumprida, o Governo Federal unificou os dois programas, incorporando as premissas e diretrizes do MLA ao PLPT.

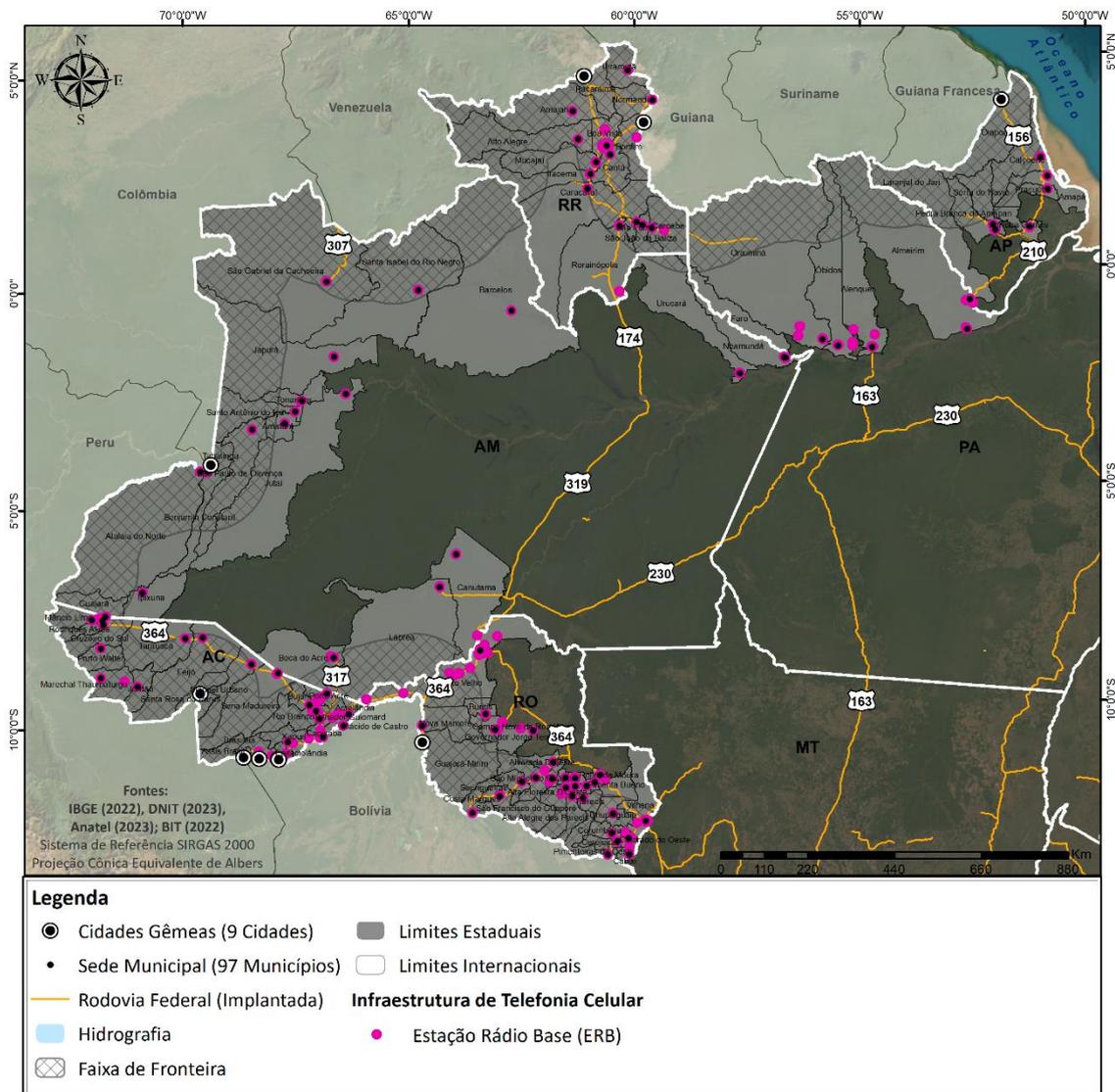
Para o planejamento e organização do fornecimento de energia elétrica a comunidades e localidades não conectadas à rede elétrica convencional, especialmente em áreas remotas e de difícil acesso, o MME coordena o Planejamento do Atendimento aos Sistemas Isolados. Para subsidiar o planejamento pelo MME, os resultados do Planejamento do SISOL são publicados pela EPE, com base nas informações fornecidas pelas distribuidoras de energia elétrica - Amazonas Energia, Energisa Acre, Energisa Rondônia, Equatorial Amapá, Equatorial Pará e Roraima Energia. Em fevereiro em 2024, o MME lançou o Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados (PASI)¹⁵, com o propósito de agregar informações atuais e a dimensão dos SISOL e dar maior transparência sobre os dados.

Sobre as infraestruturas de comunicações, a cobertura de telefonia móvel e internet de alta qualidade é limitada, especialmente em áreas rurais e remotas da Faixa de Fronteira, onde muitas localidades lidam com dificuldades de acesso de redes de comunicação, o que prejudica a inclusão digital, a comunicação e o desenvolvimento econômico. A baixa velocidade de internet, mesmo nas áreas onde há cobertura limita o uso de serviços.

O Mapa a seguir ilustra as Estações Rádio Base (ERB) distribuídas nas Sedes Municipais da Faixa de Fronteira dos Arcos Norte e Rondônia. As ERBs transmitem e recebem sinais de telefonia móvel celular e dados, formando a base da rede de telefonia celular e se conectam a outras estações e à central da operadora, permitindo a comunicação sem fio entre os usuários.

¹⁵ Disponível em: <<https://pasi.epe.gov.br/>>. Acesso em: 05 de fev. 2025.

Mapa 13 - Infraestrutura de telefonia celular nos Municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

A expansão da infraestrutura de comunicações na Região Amazônica, particularmente nos Municípios da Faixa de Fronteira, foi impulsionada nos últimos anos com o avanço de iniciativas, como o Programa Norte Conectado, que desde 2020, conecta 59 Municípios dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima e Rondônia, por meio da implantação de cabos de fibra óptica subfluvial. No Pará, os Municípios de Alenquer, Almeirim, Óbidos e Oriximiná, estão contemplados no Programa Norte Conectado.

Além de ampliar o acesso à internet na Região Amazônica, está prevista a integração aos países vizinhos, que compõem a Pan-Amazônica¹⁶. O Norte Conectado é composto de oito

¹⁶ Os países que compõem a Pan-Amazônica são: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela.

(08) infovias, que segundo dados do Ministério das Comunicações, beneficiará 10 milhões de pessoas.

Quadro 5 - Informações das oito (08) infovias do Programa Norte Conectado

Infovia	Trecho	Rio	Km	Cidades Impactadas
m	Macapá (AP) a Santarém (PA)	Rio Amazonas	770	Alenquer, Almeirim e Monte Alegre
01	Santarém (PA) a Manaus (AM)	Rio Amazonas	1.100	Curuá, Itacoatiara, Juruti, Óbidos, Oriximiná, Parintins, Autazes, Terra Santa e Urucurituba
02	Tefé (AM) a Atalaia do Norte (AM)	Rio Solimões	2.130	Alvarães, Amaturá, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, São Paulo de Olivença, Santo Antônio de Iça, Tabatinga, Tonantins e Uarini
03	Macapá (AP) a Belém (PA)	Rio Amazonas	600	Breves
04	Vila der Moura (AM) a Boa Vista (RR)	Rio Branco	870	Santa Maria do Boiaçu, Caracará, Iracema e Mucajá
05	Itacoatiara (AM) a Porto Velho (RO)	Rio Madeira	1.465	Apuí, Borba, Humaitá, Manicoré, Nova Aripuanã e Nova Olinda do Norte
06	Manacapuru (AM) a Rio Branco (AC)	Rio Purus	2.660	Anori, Beruri, Boca do Acre, Lábrea, Pauini e Tapauá
07	Novo Airão (AM) a São Gabriel da Cachoeira (AM)	Rio Negro	1.255	Barcelos e Santa Isabel do Rio Negro
08	Tabatinga (AM) a Cruzeiro do Sul (AC)	Rio Juruá	2.750	Carauari, Envira, Eirunepé, Guajará, Ipixuna e Itamarati

Fonte: Adaptado Ministério das Comunicações. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/norte-conectado>. Acesso em: 06 fev. 2025

Embora a infraestrutura de comunicações nos Municípios da Faixa de Fronteira tenha apresentado avanços, especialmente com a implementação de programas como o Norte Conectado, ainda persistem desafios logísticos e técnicos que precisam ser superados para assegurar a conectividade da região.

A integração de tecnologias, como satélites e redes móveis tem sido uma estratégia para superar a vastidão territorial, a densidade populacional reduzida e as dificuldades geográficas, mas a necessidade de investimentos contínuos e políticas públicas eficazes é fundamental para a inclusão digital nos Municípios da Faixa de Fronteira.

SANEAMENTO BÁSICO

A gestão do saneamento básico tem como principal objetivo a universalização dos serviços essenciais em seus quatro componentes abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. A precariedade nesses serviços tende a comprometer a qualidade de vida das populações locais, impactar a saúde pública e pode gerar consequências ambientais graves, como a contaminação dos rios, que são a principal fonte de água para muitas comunidades.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA, 2022), apresentados a seguir, observa-se que os índices dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia ainda são preocupantes e representam um dos grandes desafios para os gestores públicos.

Com relação ao abastecimento de água potável, Municípios lindeiros da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia enfrentam um déficit significativo nesse serviço, com localidades como Oiapoque (8,9%) e Uiramutã (4,1%) apresentando cobertura extremamente baixa. Dos municípios da Faixa de Fronteira do Pará, somente em Oriximiná, toda a população é atendida com abastecimento de água. Destaque para Alenquer onde menos de 20% da população é abastecida pela rede de água.

Apesar da disponibilidade hídrica na região Norte não ser um problema crítico em termos de volume de água, esses valores refletem não apenas a precariedade das infraestruturas de captação, tratamento e distribuição, mas também a dispersão populacional e as dificuldades logísticas para ampliação dos serviços.

Com relação ao abastecimento de água, chama atenção o município de Alenquer, onde apenas 17,34% da população possui abastecimento. Ou seja, cerca de 57.346 habitantes não estão ligados a rede de água.

Sobre os serviços de esgotamento sanitário, não há informações disponíveis no SNIS sobre os municípios de fronteira do Pará, evidenciando sua inexistência ou a falta de estrutura para o monitoramento desse serviço.

No que se refere à limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, dos municípios fronteiriços do Pará, Alenquer, Almeirim e Óbidos são os municípios onde mais de 75% da população é atendida com coleta de Resíduos Domiciliares.

Com relação a drenagem urbana, considerando a diversidade de indicadores, adotou-se para esta análise a parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação. Nos municípios lindeiros à Faixa de Fronteira do Pará, observa-se que em Almeirim há uma parcela maior de domicílios sujeitos a risco de inundação.

Tabela 4 – Saneamento Básico: índice de atendimento em relação à população total (%)

Municípios da Faixa de Fronteira do Pará	Abastecimento de água potável	Esgotamento Sanitário	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos	Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e manejo de águas pluviais urbanas
	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Índice de atendimento em relação à população total (%)	Taxa de cobertura da coleta domiciliar em relação à população total (%)	Parcela de domicílios não sujeitos a risco de inundação (%)
Alenquer	17,34	NI	75,69	74,8
Almeirim	81,68	NI	72,93	61,8
Faro	67,67	NI	41,77	100
Óbidos	35,26	NI	88,83	82,8
Oriximiná	100	NI	52,86	99,7
Estado	55,42	9,24	75,91	95,7
Brasil	84,9	56	90,4	95,7

NI = Não Informado

Fonte: Sinisa, 2022.

EIXO TEMÁTICO 3: FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS E INCLUSÃO SOCIAL

O desenvolvimento sustentável exige um equilíbrio entre o crescimento econômico, a conservação ambiental e a justiça social. Nesse contexto, o fomento às atividades produtivas sustentáveis surge como caminho para garantir que o aproveitamento dos recursos naturais ocorra de forma responsável e regenerativa. A bioeconomia, um dos pilares dessa abordagem, propõe a “produção, utilização e conservação de recursos biológicos, incluindo os conhecimentos relacionados, ciência, tecnologia e inovação, para fornecer informações, produtos, processos e serviços em diversos setores econômicos”, segundo definido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

Deste modo, o diagnóstico do eixo das atividades produtivas buscou sintetizar um panorama econômico geral sobre os estados do Arco Norte e Rondônia, para compreender o cenário econômico dessa região e as possibilidades de avanço em práticas de desenvolvimento sustentável. Inicialmente, analisou-se as informações extraídas de bases de dados quantitativas, principalmente do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), sobre a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), a composição setorial, o emprego formal, a balança comercial, e, mais especificamente sobre o setor agropecuário, incluindo a análise de estabelecimentos de Agricultura Familiar e Valor da Produção (VP) por tipo de atividade econômica agropecuária¹⁷.

Diversas atividades socioeconômicas da Faixa de Fronteira amazônica estão vinculadas aos recursos naturais da floresta. Segmentos relacionados à bioeconomia constituem potencialidades econômicas da região como o extrativismo de produtos florestais madeireiros sob manejo sustentável e de produtos florestais não madeireiros - frutos, óleos, resinas e ervas, pesca de manejo sustentável, cultivo de lavouras permanentes, temporárias e a hortifruticultura. Sem contar o desenvolvimento de novos mercados, como medicinais, fármacos e cosméticos, associados à biodiversidade; o ecoturismo e visitação às Unidades de Conservação, associada a navegação fluvial, e o conhecimento do artesanato e culinária das populações tradicionais locais.

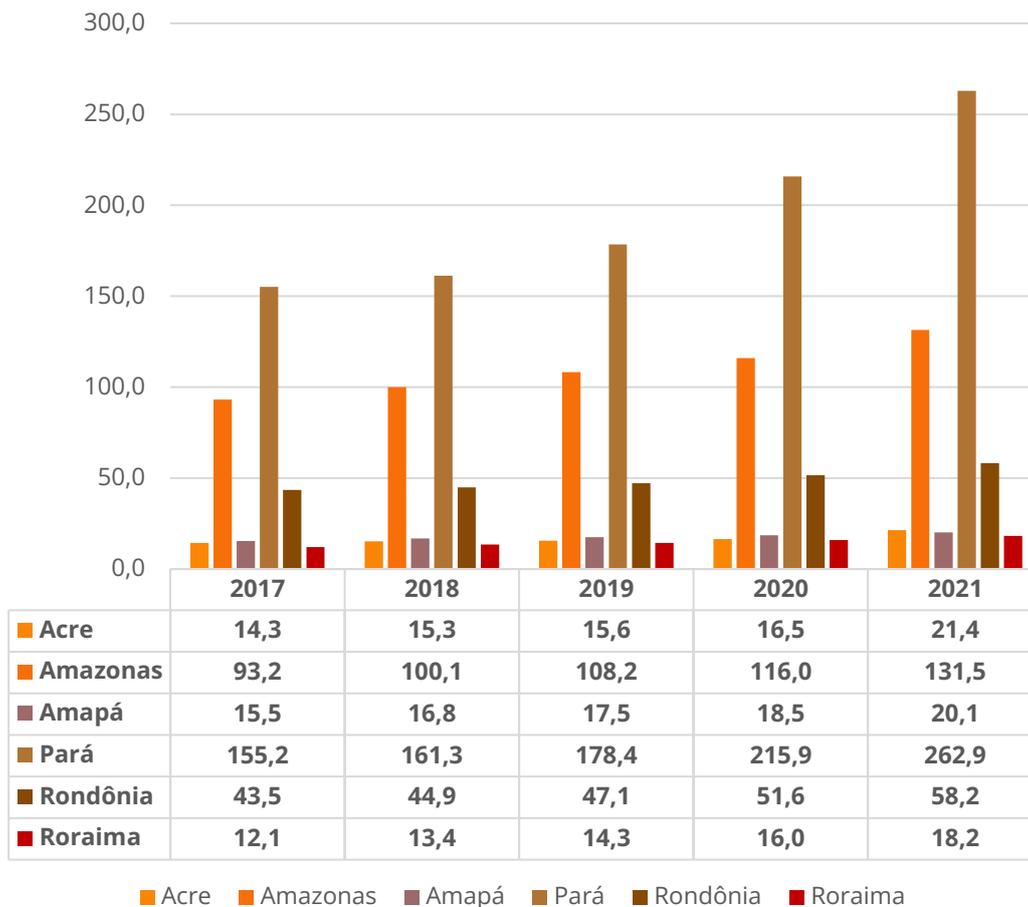
A importância socioeconômica desses produtos decorre da possibilidade de aproveitamento de elementos da cultura local, de comunidades e povos tradicionais, que podem integrar práticas tradicionais de agroextrativismo, respeitando a biodiversidade local, para gerar ganhos econômicos com inclusão produtiva, preservação e restauração ambiental.

¹⁷ Foi adotada a série de anos mais recentes, sendo para o PIB a evolução de 2017 a 2021, e para retratos atuais, o foco no último ano disponível para o dado em questão. No caso do PIB municipal e emprego formal, o ano de 2021; para as atividades agropecuárias; o ano de 2017, e para o extrativismo vegetal e exportações, o ano de 2023.

INDICADORES ECONÔMICOS

O Pará é o estado com a maior economia dos estados do Arco Norte e Rondônia, com Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 262,9 bilhões, duas vezes maior do que é o Amazonas que tem o PIB de 131,5 bilhões. No Gráfico 3, é possível observar o valor do PIB para a última série de cinco anos divulgada, nos seis estados.

Gráfico 3 - Produto Interno Bruto a preços correntes de mercado em bilhões de reais



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IPEADATA.

Para conhecer melhor o perfil da economia, analisou-se a participação do valor adicionado dos setores de agropecuária, indústria, serviços e administração pública¹⁸ no valor adicionado bruto total¹⁹. O setor de serviços tem grande relevância em todos os estados.

¹⁸ O setor de Agropecuária corresponde a: Agricultura, Pecuária e Produção Florestal; Pesca e Aquicultura. O setor Industrial corresponde a: indústria extrativa e mineral; indústria de transformação; produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana; construção civil. O setor "Serviços", agrega administração pública e os demais.

¹⁹ A definição de valor adicionado bruto é o valor que a atividade agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Dessa forma, ele mede a contribuição ao produto interno bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor bruto da produção e o

Porém, o setor industrial tem uma contribuição superior no Pará (46,4%), em especial a indústria extrativista:

Tabela 5 - Participação setorial no valor adicionado dos estados em 2021 (em %)

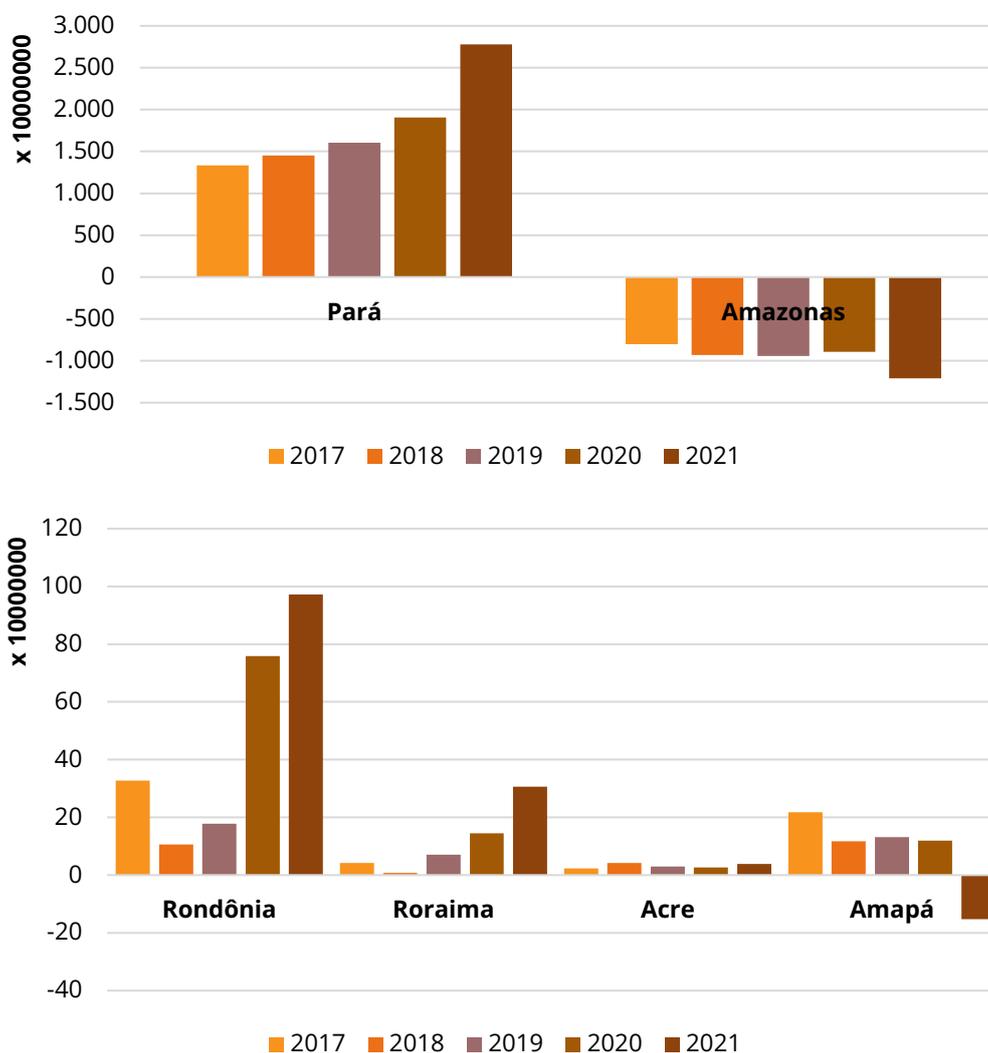
Setores econômicos	Acre	Rondônia	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá
Agropecuária	18,9	20,7	5,2	7,6	10,1	1,9
Indústria	7,1	15,1	38,3	9,4	46,4	12,8
Indústria extrativa	0,0	0,0	2,3	0,1	34,1	0,0
Indústria de transformação	2,1	1,7	27,6	1,4	4,3	1,7
Serviços industriais de Utilidade Pública (SIUP)	2,1	2,2	4,8	3,6	4,4	6,9
Construção	3,8	3,3	3,6	4,3	3,6	4,2
Serviços	74,0	64,2	56,5	83,0	43,5	85,3
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	14,2	12,7	11,0	15,4	8,7	12,3
Transporte, armazenagem e correio	1,1	1,1	3,7	2,2	2,1	1,3
Informação e comunicação	1,3	1,0	1,5	1,0	0,7	1,1
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3,3	3,6	1,9	3,3	1,6	2,1
Atividades imobiliárias	12,4	10,5	7,1	7,8	6,2	10,9
Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	40,8	34,4	20,8	44,0	16,6	46,4
Outros serviços	12,3	10,8	10,5	9,4	7,7	11,2

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Os saldos da balança comercial dos estados mostram a diferença entre o total das exportações e das importações, em reais. A importância do desempenho no estado do Pará fica evidente no gráfico a seguir, atingindo mais de R\$ 2,5 bilhões em 2021. Em compensação, o Amazonas é o estado que em todos os anos apresenta a balança negativa, ou seja, o valor das suas importações supera das suas exportações. Nos demais estados os resultados são abaixo de R\$ 100 milhões. Lembrando que no estado do Pará ocorrem importantes extrações de minérios com valor no mercado internacional.

consumo intermediário absorvido por essas atividades. Isto é, quanto efetivamente o setor contribui para o PIB total.

Gráfico 4 - Saldo da balança comercial - 2017 a 2021

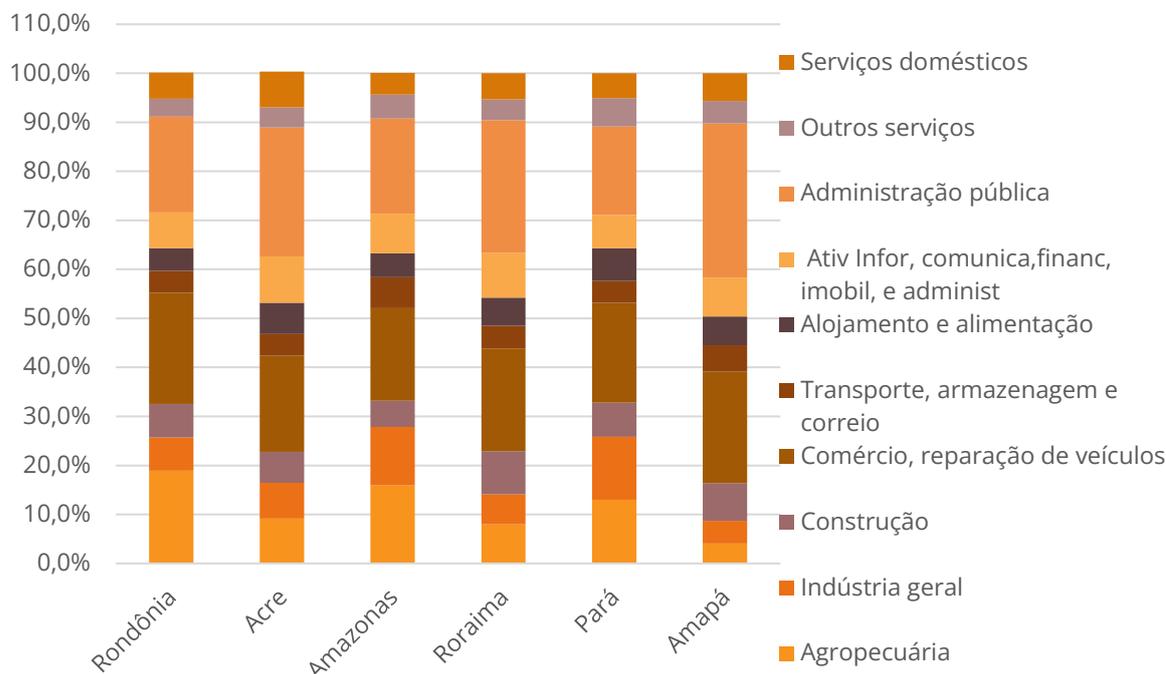


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do Ipeadata.

Com relação ao total de ocupados por setor de atividade, os dados da PNAD (2023) mostram que também o setor de serviços que aparece como principal setor empregador na economia desta região. Apesar da indústria contribuir num patamar elevado para o valor adicionado no Pará e no Amazonas, isto não se traduz na mesma proporção total de ocupados, cujos percentuais foram próximos a 12%.

A agropecuária nestes estados e em Rondônia chega a ultrapassar o total de ocupados na indústria, ressaltando a importância das atividades rurais para a região.

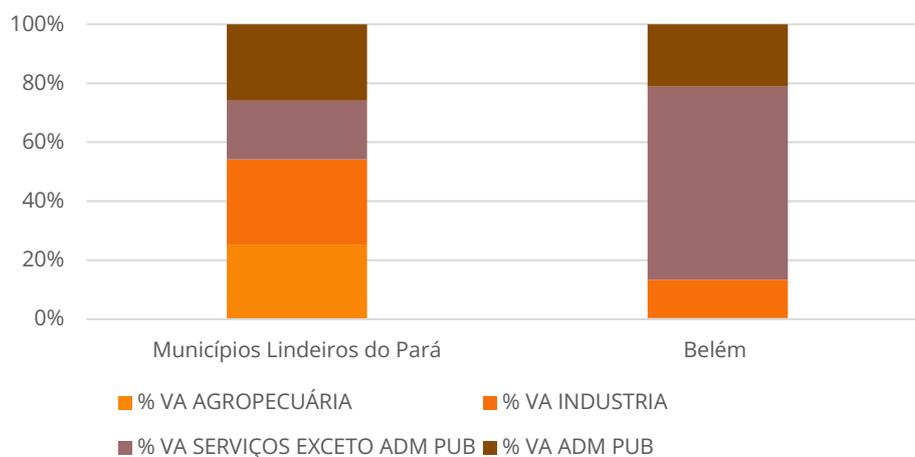
Gráfico 5 - Total de Ocupados por setor de atividade econômica nos estados em 2023



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2023).

Os municípios da Faixa de Fronteira no Pará têm uma baixa contribuição no PIB estadual (1,8%) assim como a capital Belém, que destoa do resultado comum às capitais, ao não apresentar o percentual municipal mais elevado no produto. Quanto ao setor agropecuário, este responde por 10% do valor adicionado, com 13% dos ocupados no estado.

Gráfico 6 - Participação dos setores no valor adicionado total da categoria territorial PDIFF no estado do Pará em 2021



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados do PIB dos municípios, IBGE

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)

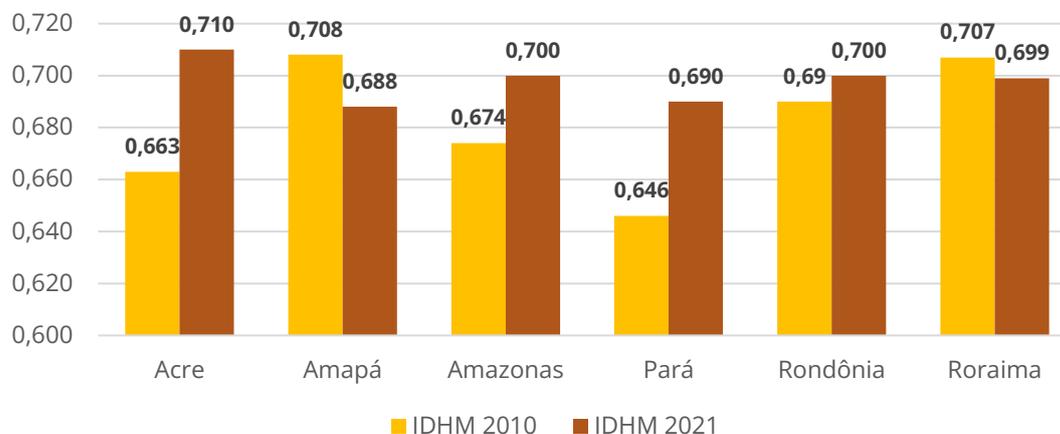
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, é uma metodologia complementar ao Produto Interno Bruto (PIB), que à época era a principal medida de desenvolvimento de um país. Em contraponto ao PIB, o IDH não só leva em consideração os dados econômicos, mas também a qualidade de vida e o bem-estar dos indivíduos, já que a avaliação do crescimento econômico, de maneira isolada, não implica na análise da qualidade de vida da população, e muitas vezes, pode intensificar as desigualdades.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma variação do IDH voltada para municípios, estados e regiões metropolitanas do Brasil. Criado pelo PNUD Brasil, em conjunto com o Ipea e a Fundação João Pinheiro, adequa a metodologia ao contexto brasileiro, utilizando os dados obtidos pelos censos realizados pelo IBGE. O Índice de Desenvolvimento varia entre 0 e 1; quanto mais próximo do 1 maior é o desenvolvimento humano naquela localidade. A metodologia envolve a análise de três dimensões que são: vida longa e saudável (Longevidade), acesso ao conhecimento (Educação) e padrão de vida (Renda). Os valores podem ser classificados da seguinte forma:

- 0,000 até 0,499 – Muito Baixo
- 0,500 até 0,599 – Baixo
- 0,600 até 0,699 – Médio
- 0,700 até 0,799 – Alto
- 0,800 até 1,000 – Muito Alto

Ao analisarmos o gráfico comparativo do IDHM entre os Censos de 2010 e 2021 dos estados que compõem a Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia, observa-se que, em 2021, alguns desses estados apresentaram um crescimento significativo em seus índices. O Pará é o estado com segundo menor IDHM dentre os estados da faixa de fronteira analisados, atrás do Amapá.

Gráfico 7 - Evolução do IDHM nos Estados do Arco Norte e Rondônia, 2010 e 2021

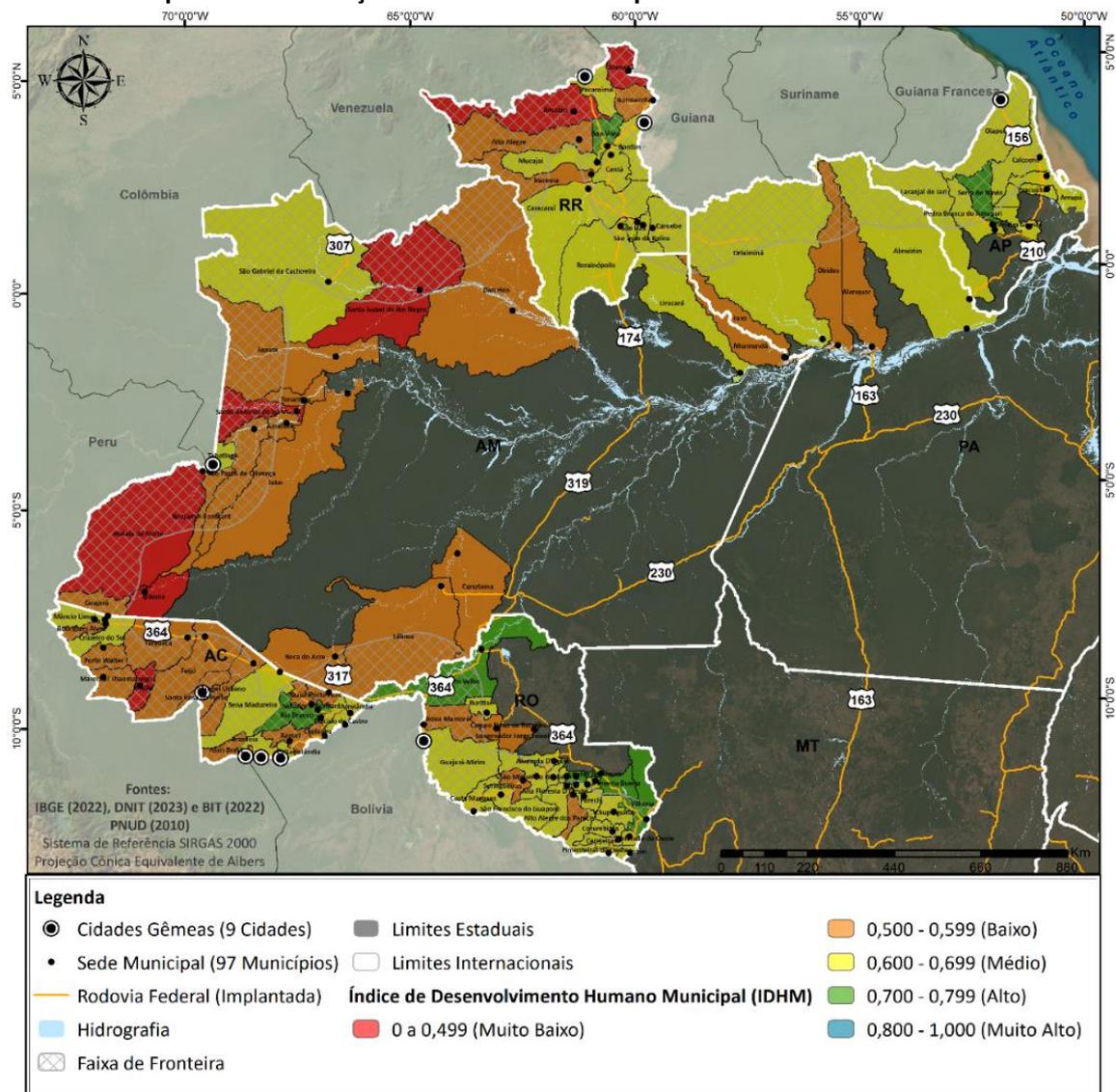


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

No ranking entre os estados brasileiros, o Pará ocupa a 23ª colocação. No que se refere aos componentes do IDHM, com relação à renda o Pará possui o segundo menor IDHM da região estudada. Já no indicador de Longevidade apresenta valor superior a 0,700, considerado elevado.

Quando se observa o IDHM dos municípios da Faixa de Fronteira da Amazônia, há variações significativas em relação ao IDH estadual. Vale destacar que, para os municípios, a informação de IDH mais atualizada é de 2010, uma vez que ainda não há atualizações referentes ao último Censo do IBGE divulgado. Dos 5 municípios pertencentes a faixa fronteira do Pará, apenas Almeirim e Oriximiná possuem indicadores de IDHM classificados como médios, sendo o restante classificado com IDHM baixo.

Mapa 14 - Classificação do IDHM nos municípios do Arco Norte e Rondônia

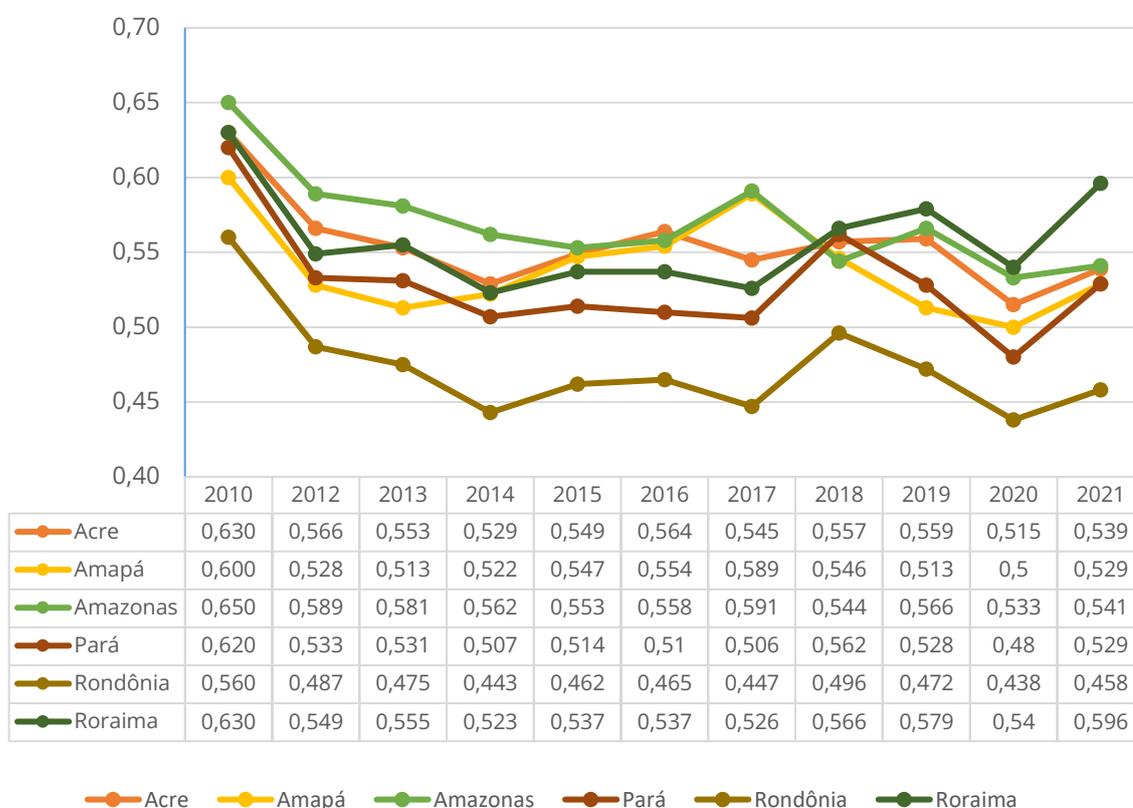


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

ÍNDICE DE GINI

O índice de Gini é indicador que serve de medida para a desigualdade socioeconômica. Ele sintetiza a análise da distribuição de rendimento domiciliar per capita. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, e varia de 0 a 1, sendo 0 a situação de perfeita igualdade na distribuição dos rendimentos e 1, de perfeita desigualdade, em que todo o rendimento estaria concentrado nas mãos de uma única pessoa. No Brasil, este índice pouco se alterou de 2010 a 2021, caindo um décimo de 0,60 para 0,59. Para os estados do Arco Norte e Rondônia, seguem os seguintes resultados:

Gráfico 8 - Evolução do Índice de Gini - 2010 a 2021



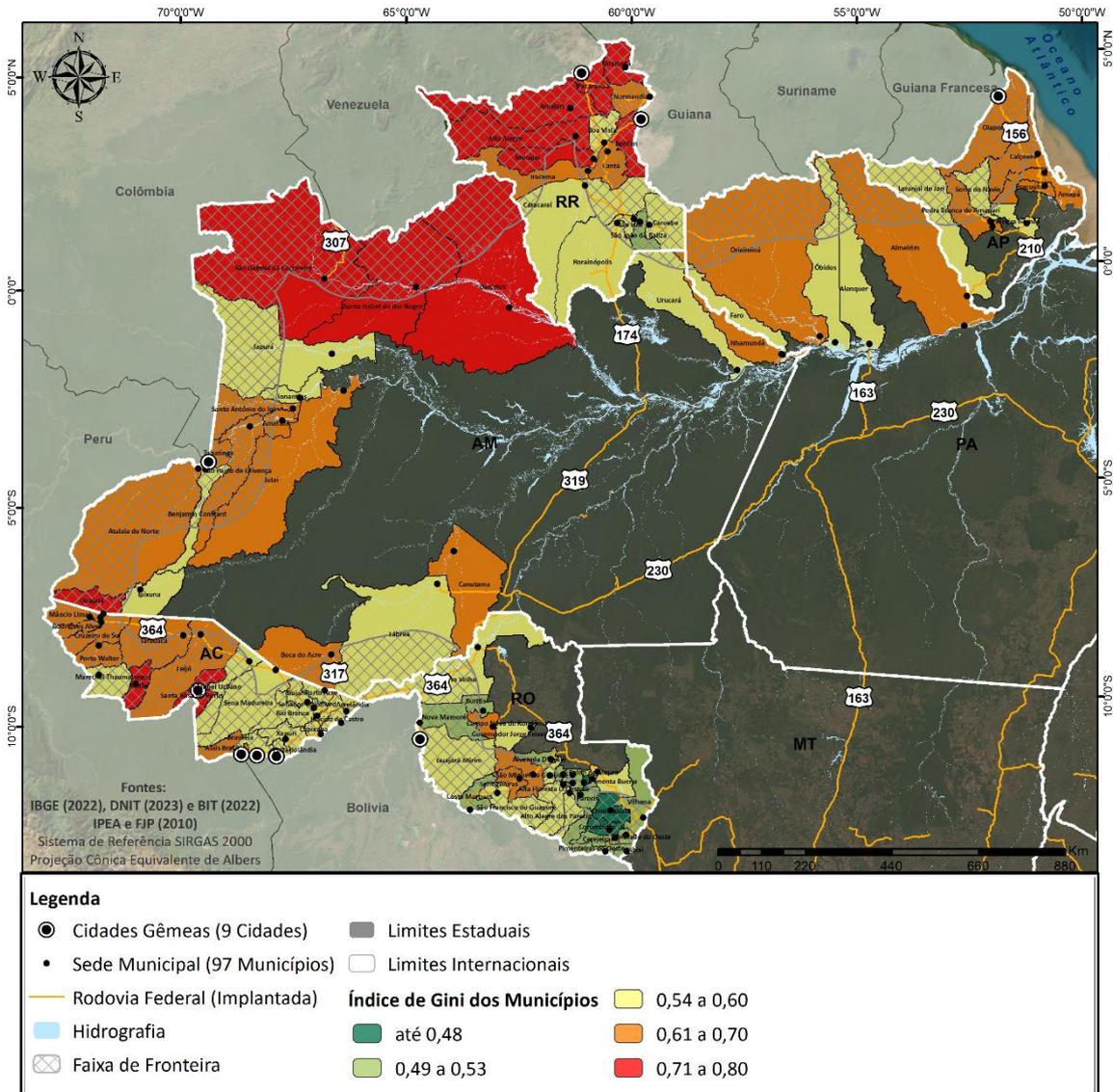
Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.

Observa-se que em relação ao resultado do Brasil, em 2010 os Estados apresentavam um índice maior, relevando maior desigualdade, à exceção de Rondônia, que obteve 0,560 e do Amapá, que obteve o mesmo índice de 0,600, números próximos a desigualdade a nível nacional. Ao longo da década, todos os estados reduziram o índice de Gini, com destaque para Rondônia, que atingiu os valores mais baixos entre os estados em todo o período, chegando a 0,438 em 2020 e subindo para 0,458 em 2021. Nota-se que houve redução nos primeiros anos da série com os benefícios de programas sociais, até 2015, registrando crescimento no período de 2016 a 2018, e estabilidade em 2019. Em 2020, um novo recuo é registrado com todos os Estados apresentando seus resultados mais baixos, em função da

introdução dos benefícios emergenciais de transferência de renda no período da pandemia. Observa-se posterior aumento em 2021, com o mercado de trabalho enfraquecido e a redução dos benefícios dos programas sociais emergenciais²⁰. De acordo com os dados de 2021, o estado do Pará aparece como segundo menor índice, juntamente com o Amapá.

Na sequência, foram analisados os municípios que integram a Faixa de Fronteira. Assim como no caso do IDHM, para esta análise foram utilizados dados de 2010, último dado disponível a nível municipal. No Pará, os municípios de Almerim e Oriximiná são os que apresentam maior desigualdade na Faixa de Fronteira do estado, com índice de 0,65 e 0,64 respectivamente. Os demais ficaram numa faixa entre 0,56 e 0,60, próximo à média brasileira.

Mapa 15 - Classificação do Índice de Gini nos municípios do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de fontes secundárias.

²⁰ Na publicação Síntese de Indicadores Sociais no Brasil em 2023, feita pelo IBGE, a análise por grandes regiões indicou o impacto dos benefícios dos programas sociais no índice, baseando na PNAD 2022.

RENDIMENTO DOMICILIAR

No Brasil, em média, 74,5% da renda das famílias advém dos rendimentos do trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD contínua, 2023) realizada pelo IBGE, outros 18,1% vêm de rendimentos de aposentadoria e pensões, 3,0% de benefícios e 4,4% de outras fontes. Conforme levantamentos recentes, é importante levar em consideração que quanto maior a faixa de salários da população, maior a participação dos rendimentos do trabalho no total da renda. Assim, para as famílias com menor renda, sinaliza-se maior percentual advinda de programas sociais²¹.

O relatório de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2023) demonstra a variação da economia brasileira e seus efeitos sobre o mercado de trabalho e rendimentos das famílias. A primeira metade da década registrou variação positiva do PIB, enquanto a sequência dos anos 2015 e 2016 quedas significativas, e então, houve uma pequena recuperação de 2017 a 2019. Em 2020, mais uma vez o quadro se reverteu no contexto da pandemia do Covid, devido à retração das atividades econômicas. A partir de 2021 iniciou-se a recuperação do crescimento do PIB, que se revelou maior em 2022. Somente em 2022, o processo de recuperação pós-pandemia veio a se consolidar e a refletir efetivamente na geração de postos de trabalho. Ou seja, segundo o mesmo relatório, em 2021 e 2022, tanto o PIB como o consumo das famílias registraram taxas positivas consecutivamente, favorecendo a recuperação do mercado de trabalho, demonstrada pelos indicadores de taxa de desocupação e nível de ocupação, este último ficando em patamar próximo ao registrado em 2019.

Analisar o rendimento segundo sua distribuição por classes de salário mínimo é uma forma de avaliar a incidência da desigualdade na sociedade brasileira. Para averiguar-se os rendimentos das famílias para os municípios do Arco Norte e Rondônia, de acordo com o resultado mais recente, trabalhou-se com dados do rendimento do trabalho formal do ano de 2022, levantados pela PNAD. Em que pese as limitações de considerar somente os rendimentos do trabalho formal, esta é a informação mais atualizada e organizada sistematicamente, que traz elementos que possibilitam um panorama dos municípios nas regiões estudadas.

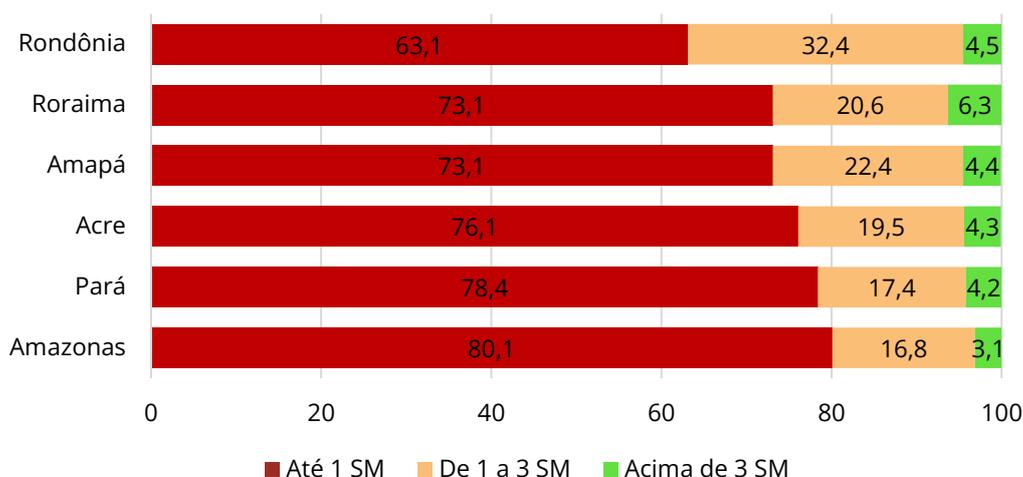
Para observar o efeito sobre o rendimento das famílias, selecionou-se o indicador “Rendimento domiciliar per capita médio”, que em 2022, foi de R\$ 1.586 mensais para o total da população. Em termos regionais, as Regiões Sul (R\$ 1.927), Sudeste (R\$ 1.891) e Centro-Oeste (R\$ 1.857) apresentaram os rendimentos domiciliares per capita médios mais elevados, enquanto os menores estavam nas Regiões Norte (R\$ 1.096) e Nordeste (R\$ 1.011). na Região Norte, o rendimento equivalia a 58,0% do rendimento domiciliar per capita médio

²¹ O período 2020-2022 foi marcado por alteração nos benefícios transferidos pelo governo nos programas de transferência de renda, em razão da pandemia do covid-19, quando foram aportados recursos de auxílio emergencial e depois de finalizados, transformou-se o Bolsa Família em Auxílio Brasil, com ampliação dos valores, que em 2023, retornou à denominação de Bolsa Família. Fonte: IBGE, Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2023. Este relatório utilizou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2022.

do Sudeste, o que demonstra a desigualdade econômica estrutural entre as Regiões do País²². Em 2020,2021,2022 o Amazonas teve a menor rendimento per capita dentre os estados, em 2019 e 2023 ele foi estado com o segundo menor rendimento.

Para todos os Estados do Arco Norte e Rondônia, observa-se que mais de 60% da população recebe até 1 salário mínimo. Pará é o estado com segundo maior percentual populacional na faixa até 1 SM, com 78,4%.

Gráfico 9 - Distribuição percentual da população total, por classes de rendimento domiciliar per capita mensal, em salários mínimos - 2022

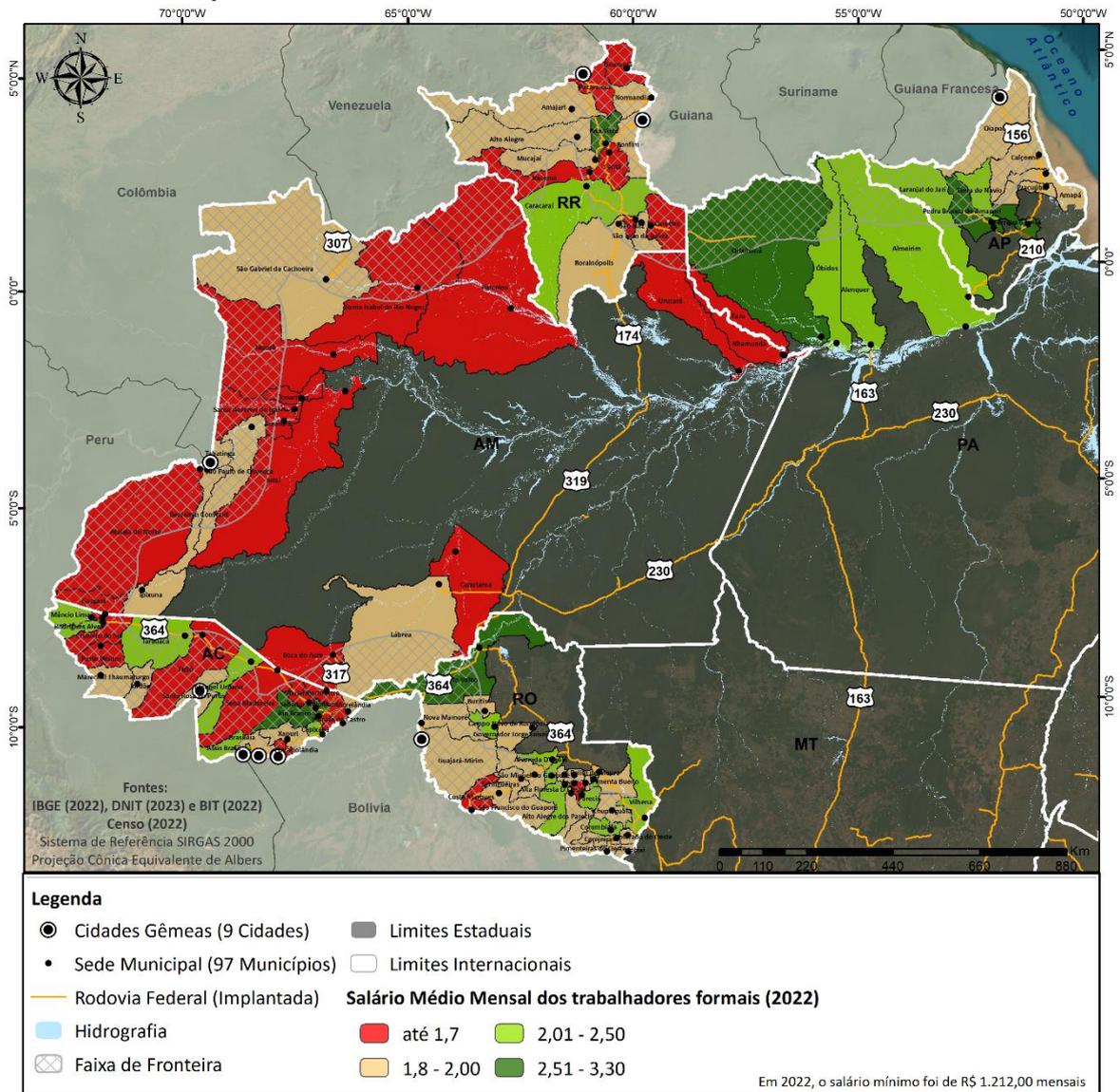


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de Síntese de Indicadores Sociais (IBGE) - SIS_RDPCMEDIO, 2023

O mapa a seguir apresenta uma análise do salário médio mensal dos trabalhadores formais a nível municipal. No Pará, os municípios a Faixa de Fronteira apresentam média de 2,3 SM. Oriximiná apresenta melhor cenário, onde o salário médio mensal dos trabalhadores formais é de 3,3 salários mínimos. Já Faro, apresenta índice mais baixo entre os estados paraenses de fronteira, com salário médio de 1,4 S.M.

²² Todos estes resultados encontram-se na divulgação Relatório Síntese de Indicadores Sociais (IBGE).

Mapa 16 - Salário médio mensal dos trabalhadores formais -2022.



Fontes: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

CADASTRO ÚNICO

No exercício de buscar novas fontes de dados atualizadas para a elaboração do diagnóstico, optou-se também por analisar as informações do Cadastro Único (CadÚnico). Criado em 2007 pelo Decreto Federal nº 6.135 e alterado pelo Decreto Federal nº 11.016 de 2022, o CadÚnico tem como finalidade ser um instrumento de coleta, processamento, sistematização e disseminação de informações sociais que permitem a identificação e a caracterização socioeconômica de famílias e indivíduos brasileiros de baixa renda. Trata-se do cadastro central, e por isso sua unicidade, para o acesso a diferentes políticas socioassistenciais, programas e benefício sociais. De maneira geral, sua base de usuários é

composta por famílias com renda familiar per capita de até 1/2 salário mínimo²³. Devido sua constante atualização (as famílias e indivíduos devem atualizar seus cadastros a cada 2 anos), o programa possui uma periodicidade cíclica e seus dados são coletados e disponibilizados com uma frequência mensal sendo uma ferramenta importante para a análise de determinadas características do contexto de vulnerabilização social.

O Pará apresenta o maior contingente de cadastrados no Cadastro Único, com mais de 4,5 milhões de pessoas inscritas. No estado, cerca de 56% da população depende de políticas assistenciais.

Tabela 6 - População e total de pessoas cadastradas no CadÚnico nos estados do Arco Norte e Rondônia

Estados	População (Censo 2022)	Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda)	% Pop. CadÚnico/ Pop. geral
Acre	830.018	479.629	58%
Amapá	733.759	432.133	59%
Amazonas	3.941.613	2.283.478	58%
Pará	8.120.131	4.577.125	56%
Rondônia	1.581.196	568.947	36%
Roraima	636.707	324.829	51%

Fonte: Dados do CadÚnico 2025 e do Censo 2022.

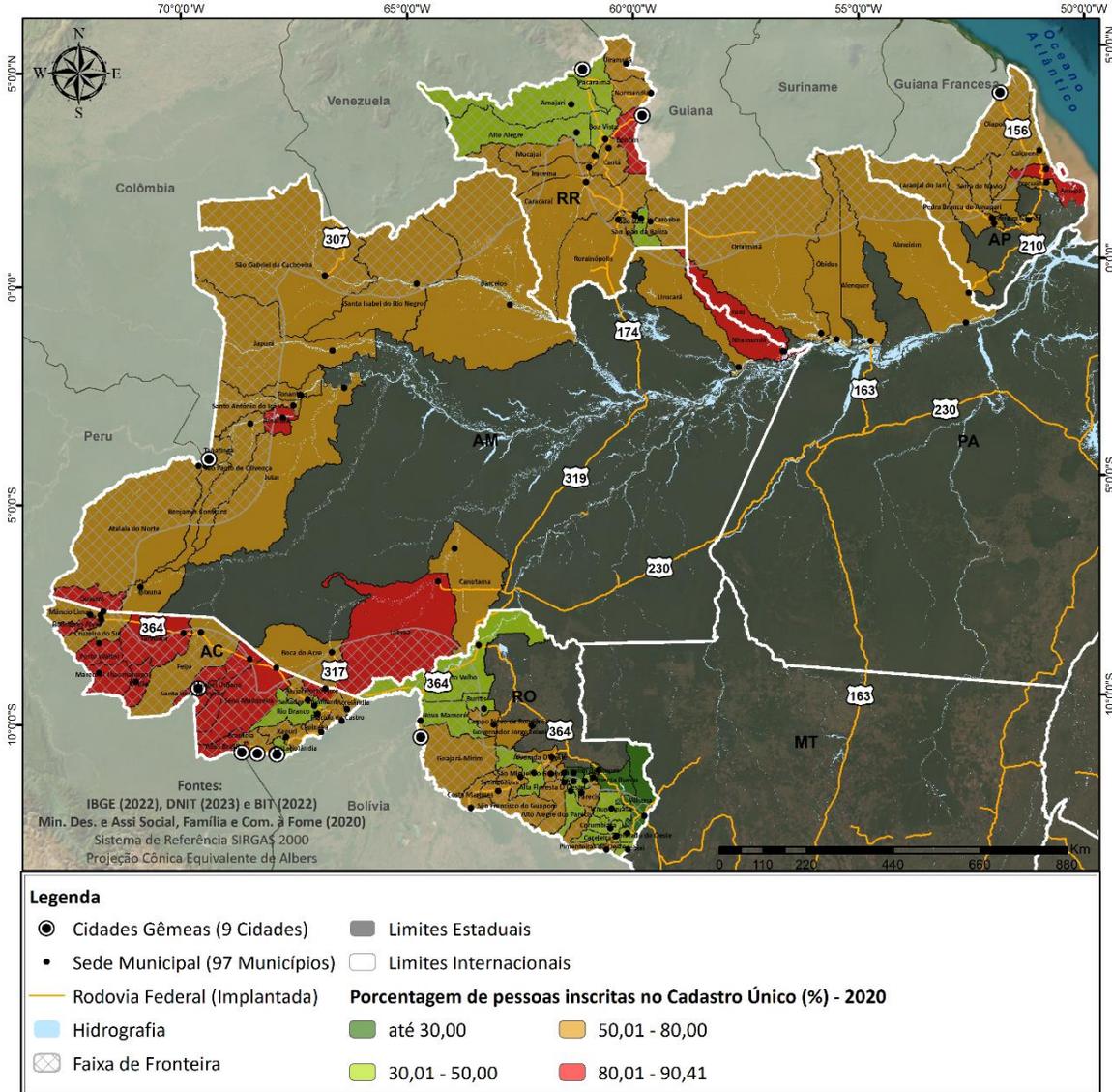
Na análise por município, nota-se que na região de fronteira amazônica a maior parte dos municípios (58) apresenta cenário em que mais de 50% da população está inscrita no Cadastro Único, indicando que ao menos metade dos habitantes se enquadra em critérios de baixa renda. Dezesete municípios possuem mais de 80% cadastrada no CadÚnico, evidenciando um contexto de maior vulnerabilidade socioeconômica. Nessas localidades, pelo menos oito em cada dez habitantes vivem em condições que qualificam para programas sociais, o que pode indicar dificuldades estruturais no mercado de trabalho formal e forte dependência de atividades informais.

No Pará, todos os municípios pertencentes a faixa de fronteira, tem mais de 50% da sua população no Cadastro Único, com destaque a Faro onde mais de 80% da população está

²³ A partir de 2023, a apresentação do banco de dados dos inscritos no CadÚnico foi alterada, separando grandes três categoria, por faixa de renda: Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias em situação de pobreza, segundo a faixa do Programa Bolsa Família, Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza linha administrativa de pobreza, de acordo com a legislação do Programa Bolsa Família (R\$ 0 a R\$ 218,00) + Baixa renda: linha baseada no salário mínimo (R\$ 218,01 a 1/2 salário mínimo) e Quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal acima de 1/2 salário mínimo. Esta última categoria inclui famílias com renda *per capita* superior que acessam políticas sociais específicas, como o benefício de prestação continuada, por exemplo. Nesta análise foram utilizados somente os dados referentes à quantidade de pessoas inscritas no Cadastro Único em famílias com renda per capita mensal até meio salário mínimo (Pobreza + Baixa renda).

cadastrada no sistema.

Mapa 17 - Porcentagem de pessoas inscritas no Cadastro Único - 2020



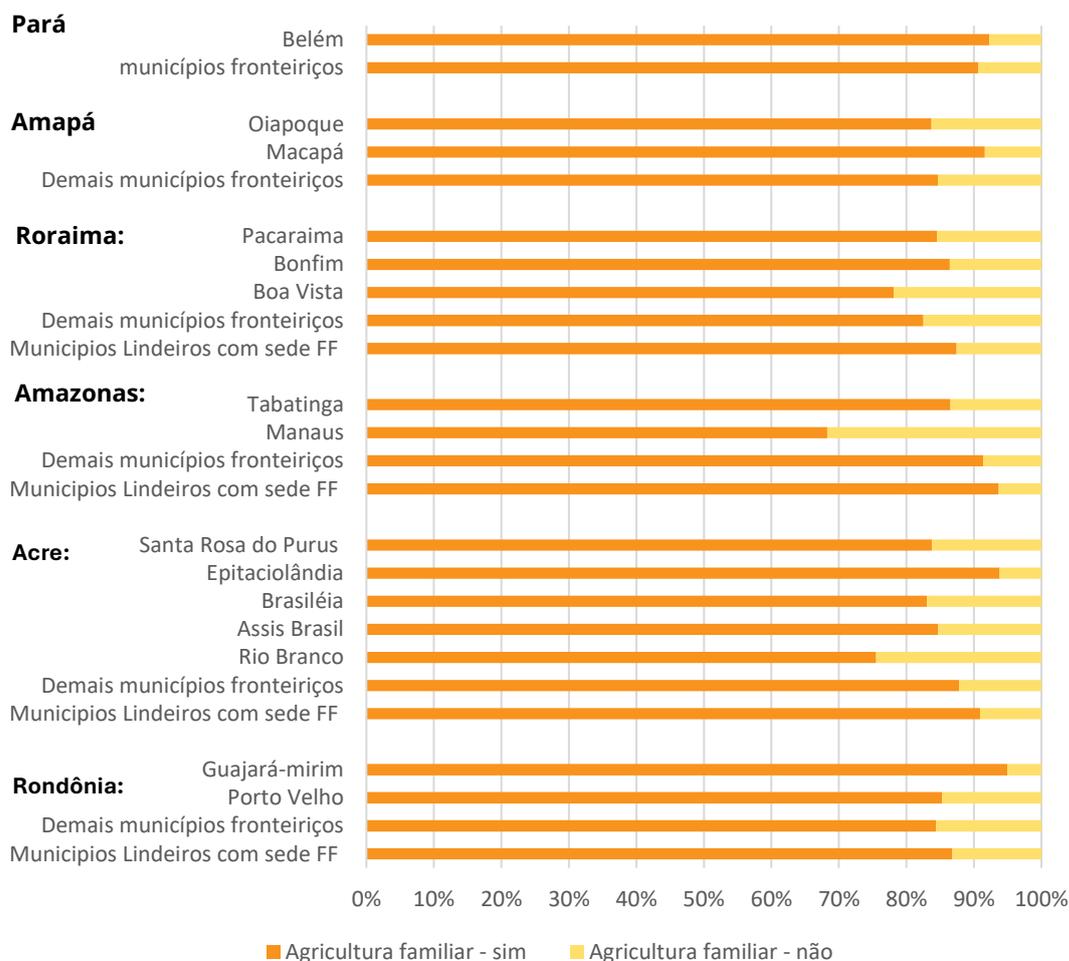
Fontes: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

Uma vez que o trabalho em questão envolve um foco maior na bioeconomia e cadeias produtivas sustentáveis e inclusivas dos produtos da sociobiodiversidade, foram analisados outros dados econômicos a fim de contribuir para o diagnóstico dessas atividades. Assim, foram selecionados dados secundários, especialmente vinculados ao setor agropecuário ou agroindustrial, a fim de demonstrar um panorama das atividades produtivas dos estados e municípios. O Censo Agropecuário e a pesquisa de extração vegetal e silvicultura, produzidos pelo IBGE correspondem a uma base de dados consolidada no Brasil, que fornecem informações relevantes para o conhecimento sobre o cenário da atividade agropecuária em todo o território brasileiro.

De modo geral, observa-se uma alta participação, em termos de número de estabelecimentos, da agricultura familiar nos municípios de faixa de fronteira e capitais. Em geral, eles apresentam mais de 80% sob condição de agricultura familiar.

Gráfico 10 - Número de Estabelecimentos por condição do produtor:

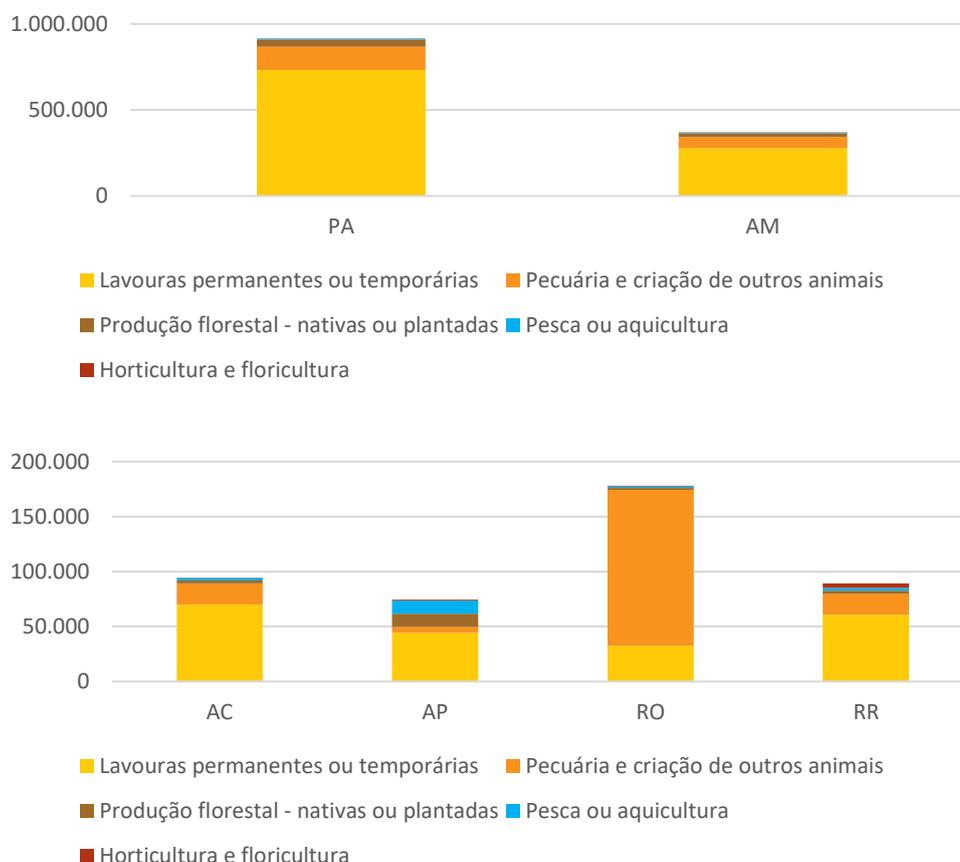


Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

As atividades econômicas exercidas pela agroindústria rural identificadas para essas regiões foram: produção de lavouras (permanentes e temporárias), pecuária e criação de animais, pesca e aquicultura, produção florestal (florestas nativas e plantadas) e horticultura ou floricultura.

Observa-se um padrão na produção do valor, em que as lavouras temporárias ocupam o primeiro lugar e a pecuária, o segundo, com exceção de Rondônia. O resultado do Pará, especialmente para as lavouras fica bem acima, o que contribuiu para distorções na visualização dos valores no gráfico com o Amazonas. A produção florestal aparece como terceira atividade relevante, principalmente no Pará, no Amazonas e no Amapá.

Gráfico 11 - Valor da Produção das atividades agropecuárias (em mil reais)



Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de Censo Agropecuário 2017, IBGE

Dados específicos sobre extração vegetal, também contribuem para o diagnóstico produtivo, sendo, no caso da bioeconomia, de extrema relevância. Pela pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS), seguem abaixo os principais produtos do extrativismo vegetal segundo seu valor da produção em 2023. Levando-se em conta o valor da produção total e o percentual dos estados que produzem maior valor em cada um, do primeiro ao terceiro, observa-se, no geral a predominância dos estados do Amazonas e do Pará nestes produtos.

Tabela 7 - Valor da produção dos principais produtos extrativos (em mil reais) - 2023

Produtos extrativos	Valor da Produção	1°		2°		3°	
		Estado	Porcentagem	Estado	Porcentagem	Estado	Porcentagem
Madeira em tora ²⁴	2.126.167	Pará	83,0%	Amazonas	6,4%	Rondônia	5,5%
Açaí (fruto)	799.986	Pará	81,4%	Amazonas	15,9%	Amapá	1,2%
Castanha	160.137	Acre	41,2%	Amazonas	27,2%	Pará	19,7%
Carvão vegetal	113.048	Pará	89,6%	Amapá	3,9%	Rondônia	2,6%

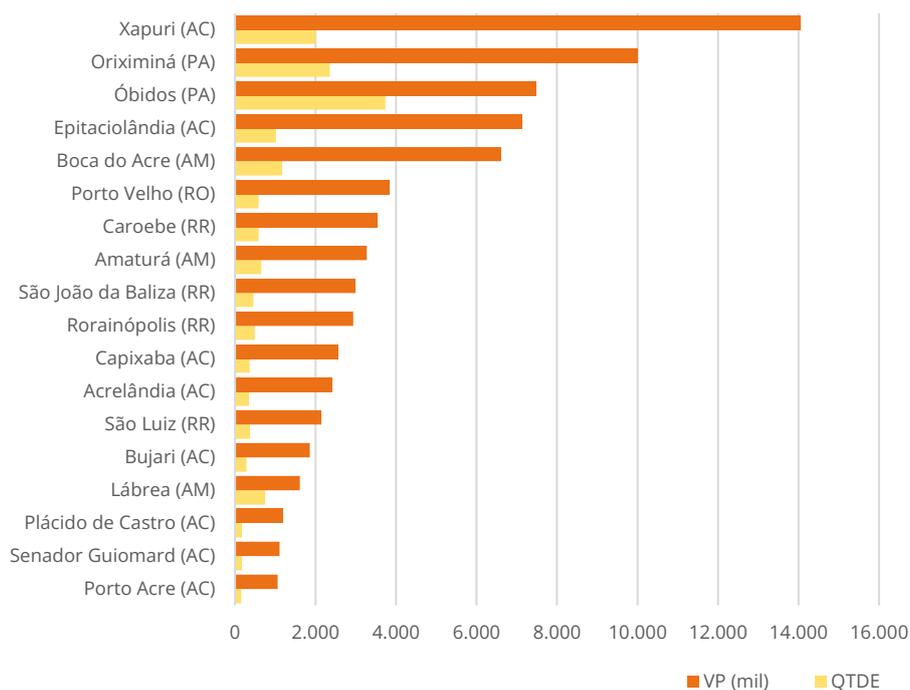
²⁴ No bioma Amazônico na presença das florestas nativas, o manejo florestal sustentável é a prática legal e adotada desde a Lei Federal nº 4.771/1965. Ressalva-se, que os dados representam a exportação de madeira, não estando em evidência a forma do seu manejo.

Produtos extrativos	Valor da Produção	1°		2°		3°	
		Estado	Porcentagem	Estado	Porcentagem	Estado	Porcentagem
Lenha (Met cub)	78.295	Pará	51,1%	Amapá	13,7%	Amazonas	13,7%
Hevea (látex coagu)	17.851	Acre	73,5%	Amazonas	21,4%	Rondônia	5,1%
Palmito	16.833	Pará	86,6%	Rondônia	13,4%		
Copaíba (óleo)	11.767	Amazonas	78,4%	Rondônia	21,6%		
Cumarú (amêndoa)	5.423	Pará	87,8%	Amazonas	12,2%		

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de PEVS 2023, IBGE.

Desses produtos, em termos de bioeconomia, os principais destaques são o açaí e a castanha conhecida como castanha-do-Brasil, castanha-do-Pará ou ainda castanha-da-Amazônia). Outros produtos configuram na lista, embora em menor escala de valor. O gráfico abaixo contém uma lista com os municípios com maior valor da produção na castanha da região, onde se observa a predominância de municípios do Acre. No caso do Pará, vemos a presença de Oriximiná e Óbidos em 2° e 3° lugar respectivamente.

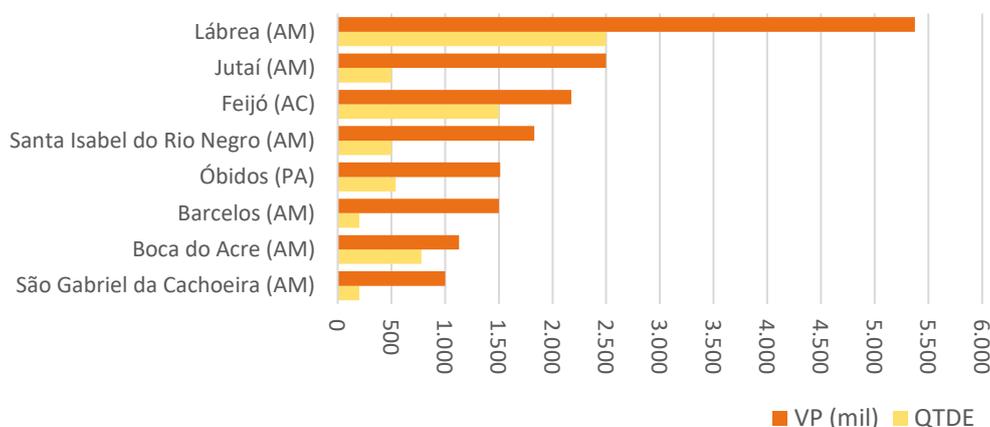
Gráfico 12 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: castanha - Principais municípios



Fonte: Pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS, 2023).

No caso do Açaí, este é o produto extrativo florestal não madeireiro com maior produção nos estados amazônicos deste estudo. É o maior produto não madeireiro com maior quantidade, valor da produção, e também, de número de municípios que realizam seu extrativismo. Apesar do estado do Pará ser aquele com maior produção do açaí, no recorte adotado do Arco Norte e Rondônia, os municípios do Amazonas que mais se destacam – Valor de Produção acima de R\$ 1.000 (em mil) - no ano de 2023. Em quinto lugar, encontra-se o município de Óbidos.

Gráfico 13 - Valor da produção na extração vegetal (em mil reais), 2023. Tipo de produto extrativo: açaí. Principais municípios em VP



Fonte: Pesquisa de extração vegetal e silvicultura do IBGE (PEVS, 2023).

MAPEAMENTO PRELIMINAR DE CADEIAS PRODUTIVAS SUSTENTÁVEIS

Faz parte do diagnóstico identificar as atividades produtivas em andamento no território do Arco Norte e Rondônia, assim como suas potencialidades econômicas. Tratando-se de economia regional, a noção de Arranjos Produtivos Locais (APLs) contribui de forma decisiva para esta caracterização produtiva, já que, por definição, os APLs são o conjunto de empresas, produtores e instituições que, em um mesmo território, mantêm vínculos de cooperação, interação, articulação e aprendizagem. Com produtos similares, participam da mesma cadeia produtiva, utilizam insumos comuns, necessitam de tecnologias semelhantes e informações sobre os mesmos mercados. Os APLs envolvem atores locais – governo, empresas, produtores, associações, instituições de crédito, ensino e pesquisa – constituindo prioridade nas regiões na construção do seu desenvolvimento econômico.

A cadeia produtiva é a base do arranjo produtivo local, pois trata-se de um processo de atividades e operações capazes de serem separadas e ligadas entre si por meio de um encadeamento técnico e, também, de um conjunto de relações comerciais e financeiras que se estabelecem entre os agentes econômicos que compõem a cadeia produtiva.

Por meio do estudo das cadeias produtivas dos produtos da sociobiodiversidade brasileira, é possível analisar a atuação em conjunto dos agentes econômicos; a estruturação das etapas e atividades da cadeia; de que modo os produtores locais estão inseridos; os problemas e lacunas para o seu funcionamento, assim como suas potencialidades; possibilidades de políticas públicas para o setor rural (como as políticas de extensão e de crédito rural) e outros segmentos envolvidos. O objetivo é fortalecer, colaborar para a estruturação e fomentar atividades existentes e potenciais, sejam incipientes ou em estágios intermediário ou avançado.

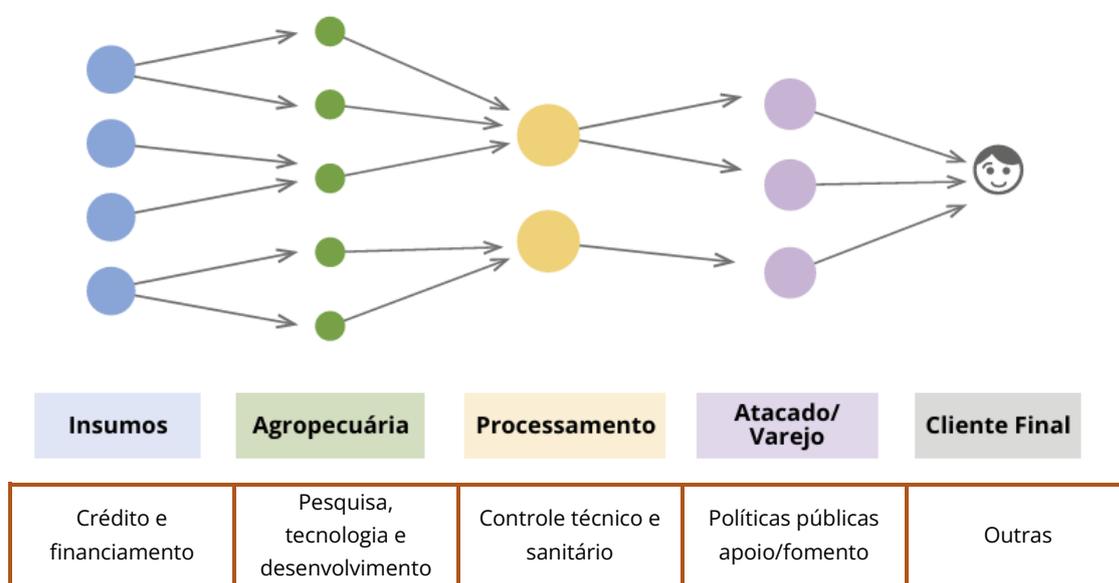
Em suma, as cadeias produtivas agropecuárias apresentam uma estrutura-padrão composta basicamente: produção e fornecimento insumos; os produtores agropecuários ou

extrativistas; a indústria de processamento (agroindústria); a comercialização no atacado e varejo; o consumidor final.

Também são importantes as atividades consideradas de apoio às cadeias produtivas, tais como, pesquisa e tecnologia, assistência técnica e capacitação, infraestrutura de processamento, transporte e comercialização, crédito e financiamento.

Todas essas etapas e atividades envolvem atuação e relacionamento entre os atores sociais nas diferentes esferas, pública e privada, e escalas local, regional, nacional ou internacional. A Figura 2 a seguir ilustra um esquema básico de uma cadeia.

Figura 2 - Cadeia produtiva agroindustrial organizada



Fonte: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), com alterações próprias

O mapeamento das atividades produtivas existentes e potenciais nas regiões do Arco Norte e Rondônia, envolve algumas especificidades, atreladas à questão da sustentabilidade e da inclusão social, que apresentam entre si importante conexão. Na Amazônia Legal, milhares de famílias vivem de atividades produtivas relacionadas aos produtos da biodiversidade da floresta, com cerca de dois milhões de pessoas no extrativismo dos produtos florestais não madeireiros (IMAFLOA, 2016). A maior parte dessas famílias constitui população tradicional, indígenas, ribeirinhos, extrativistas, etc.

A bioeconomia ocupa lugar central neste projeto, pois no contexto de real agravamento das condições climáticas e sua ameaça a manutenção da biodiversidade e da própria sobrevivência humana, é necessário foco numa economia baseada na sustentabilidade ambiental, preservação e restauração ambiental. São as populações tradicionais que ali vivem, que há muitos anos garantem a manutenção desse ecossistema, central no equilíbrio climático global. Elas detêm conhecimentos sobre os recursos naturais disponíveis, técnicas e práticas socioculturais de cultivos, benéficos à preservação ambiental. No entanto, há avanços organizacionais, tecnológicos e financeiros que podem colaborar na resolução de

gargalos produtivos, assim como no melhoramento dessas práticas, com vistas ao fortalecimento dessas atividades, suas populações e seus potenciais ganhos econômicos.

Hoje, a economia global estrutura-se em cadeias de valor, ou seja, em etapas de atividades realizadas territorialmente que agregam valor ao longo de toda a cadeia ao produto final e ao seu valor final. No projeto em questão, trata-se de relacionar potenciais cadeias produtivas de valor envolvendo produtos da biodiversidade brasileira, que são elementos das culturas locais. Contudo, essas cadeias encontram-se, grande parte das vezes desestruturadas, ou com perda de valor econômico relevante para os produtores locais, as populações regionais e a economia nacional.

Neste diagnóstico, foi feito um primeiro mapeamento de atividades produtivas identificadas nas regiões do Arco Norte e Rondônia. Cumpre frisar a importância de analisar de forma mais aprofundada essas e outras iniciativas ao longo do trabalho para avaliar as possibilidades de integrarem as carteiras de projetos estaduais, como uma perspectiva socioambiental territorial relevante no desenvolvimento socioeconômico. Vale destacar que, ao longo do trabalho será necessário identificar, se em alguns casos, se o manejo e as práticas envolvidas são sustentáveis. Este é especialmente o caso da extração de madeira, fabricação de móveis, construção naval e indústria de confecções. As missões técnicas e oficinas de planejamento a serem realizadas nas próximas etapas, possibilitará a consolidação de um panorama mais informativo a respeito dessas atividades produtivas, para construção das carteiras de projeto.

Foram levantadas informações disponíveis e sistematizadas sobre os APLs através de dados do Observatório dos Arranjos Produtivos Locais²⁵. No caso do Pará, apesar de não ser identificado APLs, a cadeia produtiva da castanha é uma das principais da região. Coletada em florestas estaduais, sob a supervisão do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (Ideflor-Bio) e com apoio da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (Emater), a produção impulsiona a geração de renda da população local e fortalece a bioeconomia.

POTENCIAL TURÍSTICO

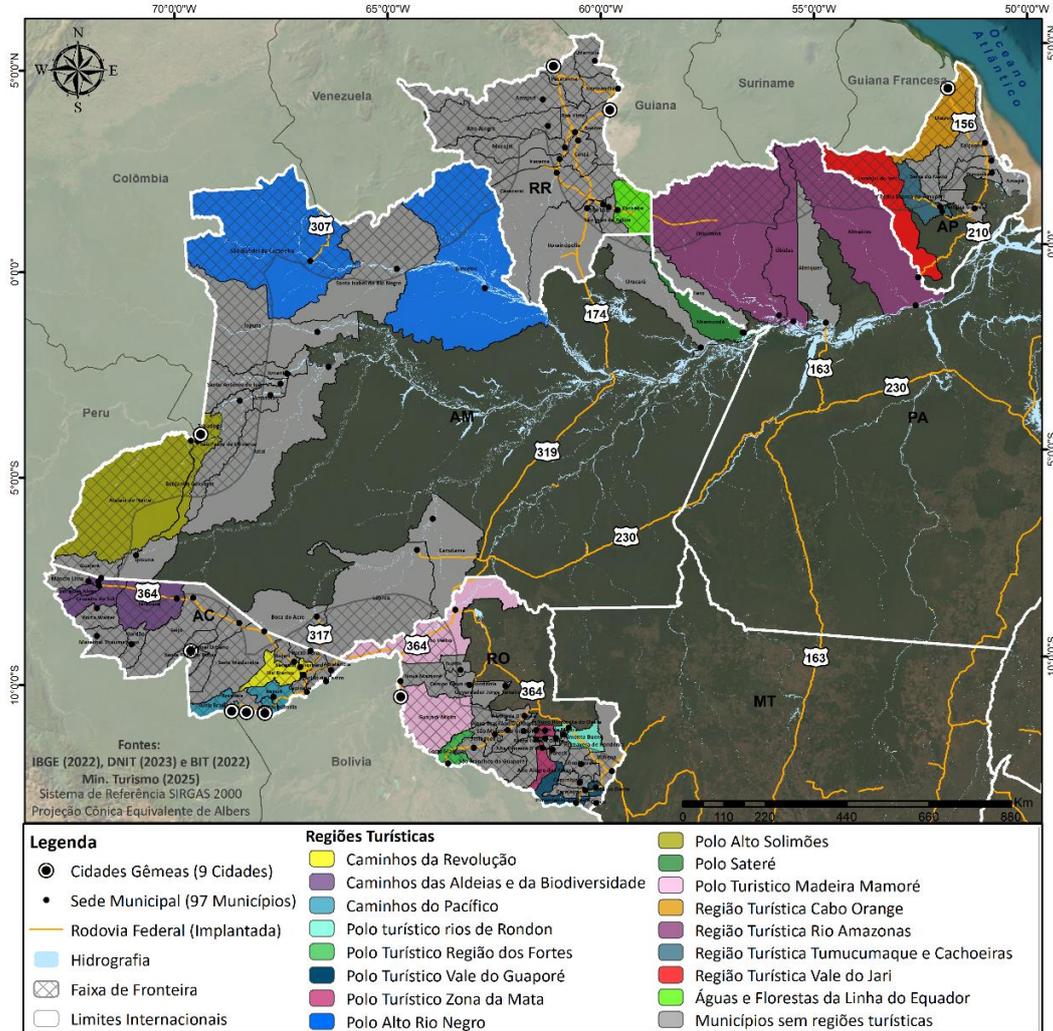
No contexto da Faixa de Fronteira, é importante observar as potencialidades e desafios de desenvolvimento de um turismo transfronteiriço, explorando oportunidades de integração entre cidades brasileiras e municípios dos países vizinhos, além de fortalecer o ecoturismo, o etnoturismo, o turismo cultural e de negócios. De acordo com os dados obtidos do Mapa do Turismo²⁶ (2025), elaborado pelo Ministério do Turismo, pode-se observar, no Mapa, a

²⁵ Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl>. Acesso em 04 de fevereiro de 2025.

²⁶ A Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas é um instrumento desenvolvido pelo Ministério do Turismo (MTur) para classificar os municípios inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro com base na sua importância e desempenho no setor turístico. Essa categorização tem como objetivo

existência de 16 regiões turísticas distribuídas ao longo do Arco Norte e Rondônia, abrangendo 28 municípios fronteiriços.

Mapa 18 - Regiões Turísticas nos municípios na Faixa de Fronteira



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Os municípios das Regiões Turísticas são classificados em cinco categorias distintas (A, B, C, D e E), de acordo com indicadores como número de empregos formais no setor de hospedagem, quantidade de estabelecimentos formais de hospedagem e estimativa de fluxo de turistas domésticos e internacionais. Municípios das categorias A, B e C possuem maior estrutura turística e movimentam um volume significativo de visitantes, sendo considerados polos turísticos regionais. Já os das categorias D e E têm menor fluxo turístico e, geralmente, atuam como municípios de apoio, fornecendo mão de obra ou produtos para destinos turísticos próximos. Essa categorização permite ao governo federal, aos gestores municipais e estaduais compreenderem melhor a dinâmica do turismo em cada área, facilitando a implementação de ações específicas para fortalecer o setor. ~

orientar a formulação de políticas públicas, a destinação de recursos e o planejamento estratégico do turismo no país.

No Pará, os três municípios da Faixa de Fronteira integram a mesma região turística, a Região do Rio Amazonas. Entre eles, Oriximiná é o que apresentar maior estimativa de turistas domésticos e internacionais, além de registrar a maior arrecadação de impostos no setor.

Tabela 8 - Dados das Regiões Turísticas do Pará

Município	Região Turística	Estimativa de Turistas Doméstico	Estimativa de Turistas Internacionais	Qtd. Estabelecimentos Formais de Hospedagem	Qtd. Estabelecimentos Formais de Empregos	Arrecadação de Impostos (R\$)	Categoria
Almeirim	Região Turística Rio Amazonas	0	0	1	15	72.625,00	D
Óbidos	Região Turística Rio Amazonas	0	4.572	3	9	403.919,00	C
Oriximiná	Região Turística Rio Amazonas	207	7.012	2	3	1.015.158,00	C
Total		207	11.584	6	27	1.491.702,00	-

Fonte: Ministério do Turismo (2025)

EIXO TEMÁTICO 4: POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Povos e Comunidades Tradicionais são reconhecidos no Brasil por suas formas próprias de organização social e cultural, muito fortemente relacionadas aos seus vínculos com o território e com a natureza. Atualmente, são classificados na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/2007²⁷), 28 segmentos de comunidades tradicionais que englobam comunidades de matriz africana, pescadores artesanais, extrativistas, caiçaras, ribeirinhos, entre tantos outros.

Os povos e comunidades tradicionais estão presentes em todas as regiões do país, mas com significativa expressão na Amazônia. Distribuídos por toda a região, os povos e comunidades tradicionais compõem a sociobiodiversidade da floresta e são agentes essenciais para sua manutenção em pé. Entretanto, não raramente estão sob pressão por dinâmicas de desenvolvimento, atividades criminais e disputas fundiárias que avançam sobre seus territórios. A proteção desses povos e comunidades, de seus modos de morar e de viver, suas práticas culturais e seus saberes, constitui dimensão essencial para qualquer projeto comprometido com o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Em relação a esses grupos sociais, há informações sistematizadas sobre povos indígenas e quilombolas, inclusive a delimitação de territórios reconhecidos e o contingente populacional. No entanto, quanto aos demais segmentos, não há registros mais consistentes em bases de dados oficiais que permitam uma visão abrangente, ao menos, de localização dos mesmos. As Unidades de Conservação dos tipos Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Floresta Estadual, por exemplo, são indicativos de presença de comunidades extrativistas no território.

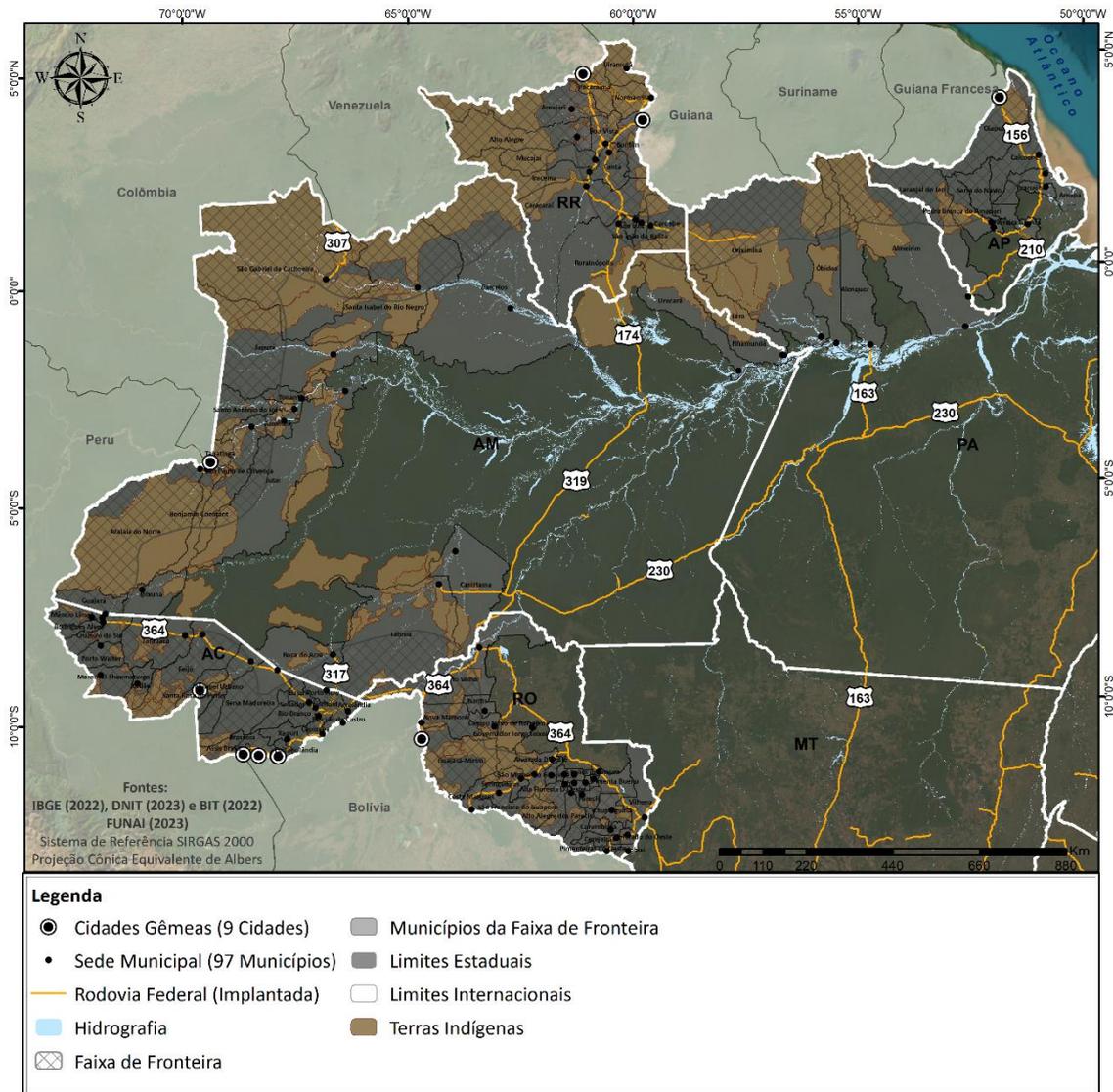
Deste modo, são apresentadas a seguir as informações existentes sobre os povos indígenas e comunidades quilombolas em bases de dados secundários. Ao longo do trabalho, informações mais específicas sobre comunidades tradicionais dos estados poderão ser trabalhadas.

POVOS INDÍGENAS

A maior parte das terras indígenas da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia está localizada nos Estados do Amazonas e de Roraima, ainda que se tenha grandes áreas demarcadas em todos os estados.

²⁷ Ver Decreto nº 8.750/2016, que “institui o Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Mapa 19 - Terras Indígenas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Conforme os dados disponíveis no sítio eletrônico da FUNAI, no Pará há cinco terras indígenas localizadas na Faixa de Fronteira. Na tabela 9 a seguir, apresenta-se a sistematização de todas as TIs encontradas no estado, com informações sobre a localização nos municípios, etnias, área e status de regularização. Sobre a situação jurídica, vale destacar que essas informações são dinâmicas devido aos próprios processos de regularização fundiária.

Tabela 9 - Terras Indígenas localizados na Faixa de Fronteira do Pará

Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status
Nhamundá/Mapuera	Nhamundá (AM), Uruará (AM), Oriximiná (PA),	Hixkaryána, Wai Wai	1.049.520	Regularizada

Nome da terra indígena	Municípios	Etnia	Área em ha	Status
	Faro (PA)			
Parque do Tumucumaque	Laranjal do Jari(AP), Almeirim(PA), Alenquer(PA), Oriximiná(PA) Óbidos(PA)	Wayana,Apalaí	3.071.068	Regularizada
Rio Paru Deste	Monte Alegre (PA), Almeirim(PA), Alenquer (PA)	Wayana,Apalaí	1.195.786	Regularizada
Trombetas/ Mapuera	Nhamundá (AM), Urucará (AM), Caroebe (RR), São João da Baliza (RR), Oriximiná (PA) Faro (PA)	Katuena,Xereu,Wai Wai,Tunayana,Sikiyana,Hixkaryána,Isolados,Karafawyana,Katuena,Waimiri Atroari	3.970.898	Regularizada
Kaxuyana-Tunayana	Oriximiná (PA)	Kaxuyana	2.184.120	Declarada

Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados da FUNAI, 2024.

As TIs existentes, independentemente do estágio do processo de reconhecimento ou demarcação, são referências essenciais para orientar o ordenamento territorial na região, bem como para formulação de programas e projetos. Entretanto, é importante observar dois aspectos relevantes em relação à questão indígena na faixa de fronteira de modo geral e no Arco Norte e Rondônia especificamente. O primeiro deles é que a noção de fronteira, que delimita e separa países, não é necessariamente uma referência para os indígenas que estão na fronteira, pois transitam indistintamente em suas terras de um lado e de outro dos países. O segundo aspecto a ser destacado é que parte significativa da população indígena não está localizada em TIs. Nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia, 44,2% da população indígena, quase a metade, está localizada fora de TIs. Há também a presença de povos isolados ou de recente contato.

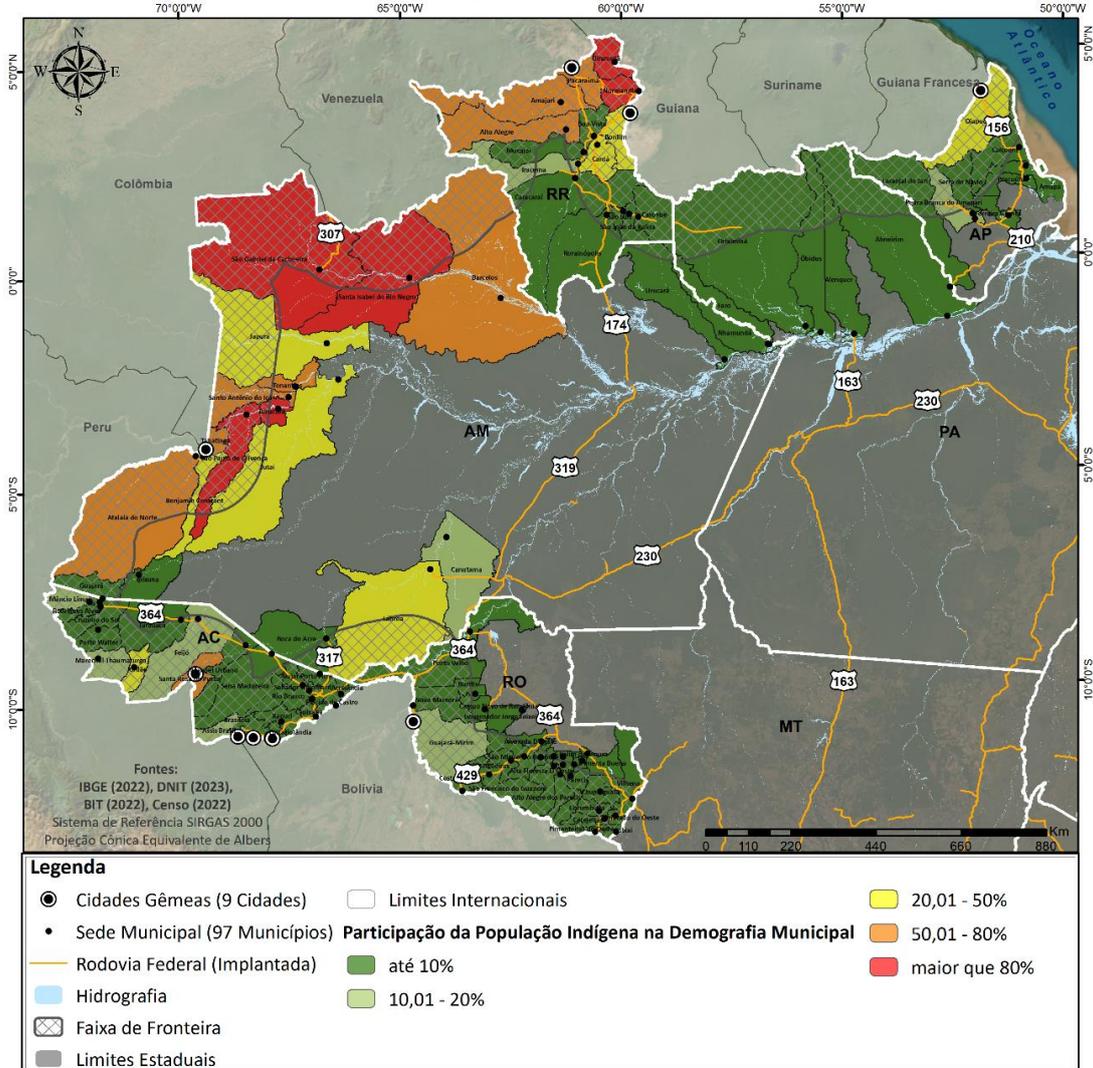
De acordo com os dados do último Censo Demográfico (IBGE, 2022), a população indígena nessa área é de 397.355 habitantes, o que representa 12% da população total dos municípios que integram a faixa de fronteira, independentemente de serem municípios com sede fora da faixa. Se forem excluídas as três capitais na faixa de fronteira (Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista) onde estão os maiores contingentes populacionais, a participação da população indígena no conjunto dos demais municípios se eleva para 18,2%.

As maiores concentrações de população indígena são identificadas em Roraima e, principalmente, no Amazonas. Juntos somam 333.383 indígenas, quase 84% do total presente nos municípios da faixa de fronteira da região Norte.

No Pará, todos os municípios fronteiriços tem porcentagem pequena da população indígena em relação a população geral. Em números absolutos, o contingente mais expressivo fica no

município de Oriximiná, cuja população indígena é de 3.805 habitantes, sendo que 85,5% destes (3.253 habitantes) estão em terras indígenas.

Mapa 20 - Percentual de população indígena na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

Para além da promoção de justiça social, a proteção dos povos indígenas, assim como de outras comunidades tradicionais, consiste também em estratégia de sustentabilidade ambiental do bioma.

O Parque do Tumucumaque, por exemplo, terra indígena localizada entre o Amapá e o Pará, é habitada por sete povos: Akurio (isolados), Citaré (isolados), Mapari (isolados), Akuriyó, Aparai, Katxuyana, Tiriyo e Wayana. O parque abriga as nascentes de todos os principais rios do Amapá, com destaque para o Oiapoque, o Jari e o Araguari (ISA,2025²⁸).

²⁸ Fonte: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/228506>

Nas últimas décadas, o avanço de frentes madeireiras, mineração e do garimpo tem intensificado os conflitos fundiários e ambientais na região.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas são parte fundamental da história do Brasil e desempenham um papel crucial na preservação de práticas culturais, ambientais e sociais que remontam ao período da escravidão. No contexto do território de fronteira do Arco Norte e Rondônia, essas comunidades enfrentam desafios específicos relacionados à titulação de terras, acesso a direitos e à preservação de suas tradições.

O Censo 2022 do IBGE revelou que o Brasil possui 8.441 localidades quilombolas²⁹ identificadas, com uma população significativa, de 1,4 milhão de pessoas, que representa parcela importante da população afro-brasileira. Os números mostram que população quilombola está presente em quase todos os estados brasileiros, mas com uma concentração maior nos estados da Bahia, Maranhão, Pará e Minas Gerais. A maior parte dessa população reside em áreas rurais e a pesquisa apontou que parte considerável das pessoas quilombolas vive em territórios oficialmente reconhecidos, com destaque para as terras tituladas. A Região Norte aparece em 3º lugar em relação à presença de população quilombola, com 1.228 (14,55%) localidades.

Na região do Arco Norte e Rondônia, foram identificados 6 territórios que se localizam dentro da Faixa de Fronteira, a maioria deles localizado no município de São Miguel do Guaporé, em Rondônia. Outros 11 territórios quilombolas estão localizados nos municípios do Arco Norte e Rondônia, porém fora da faixa. Dez destas comunidades quilombolas estão no Pará, sendo 5 em Oriximiná e 5 em Óbidos. São elas:

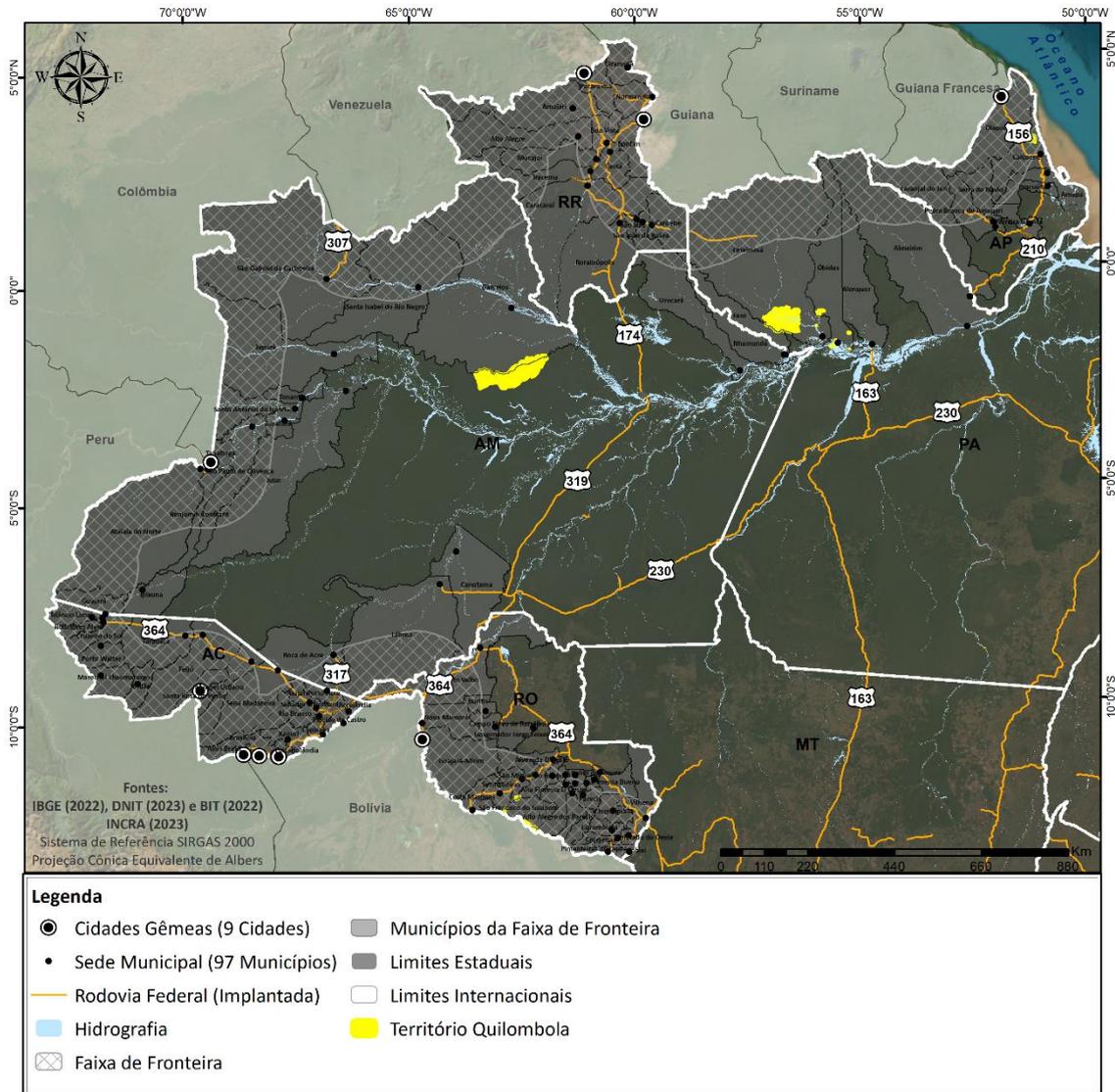
²⁹ Define-se como quilombola a pessoa residente em localidades quilombolas que se declarou quilombola. O Censo IBGE 2022 considera localidades quilombolas: 1) Territórios oficialmente delimitados: Aqueles que contam com alguma delimitação formal do INCRA ou dos órgãos estaduais e municipais; 2) Agrupamentos Quilombolas: Conjunto de 15 ou mais indivíduos quilombolas, em uma ou mais moradias espacialmente contíguas, vinculados por laços familiares ou comunitários; 3) Outras localidades quilombolas: Ocupação domiciliar dispersa em áreas rurais e urbanas; no entorno dos territórios e agrupamentos; Constatada ou potencial ocupação quilombola.

Tabela 10 - Territórios Quilombolas Certificados localizados no Pará – em territórios fora da Faixa de Fronteira

UF	COMUNIDADE QUILOMBOLA CERTIFICADA	MUNICÍPIO	Nº DE FAMÍLIAS	ETAPA DO PROCESSO DE TITULAÇÃO INCRA
PA	ALTO TROMBETAS I (Mãe Cué, Sagrado Coração de Jesus, Tapagem, Paraná do Abuí e Abuí)	Oriximiná	155	PORTARIA
PA	ALTO TROMBETAS II (Moura, Jamari, Curuçá, Juquirizinho, Juquiri Grande, Palhal, Nova Esperança e Erepecu/Último Quilombo)	Oriximiná	243	PORTARIA
PA	BOA VISTA	Oriximiná	112	TITULADO
PA	AGUA FRIA	Oriximiná	15	TITULADO
PA	NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS	Óbidos	48	PORTARIA
PA	MURATUBINHA	Óbidos	132	RTID
PA	PERUANA	Óbidos	16	TITULADO PARCIAL
PA	ARIRAMBA	Óbidos	27	RTID
PA	ARAPUCU	Óbidos	79	PORTARIA

Fonte: Elaborado pelo IBAM a partir de dados INCRA, 2025

Mapa 21 - Territórios Quilombolas na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia

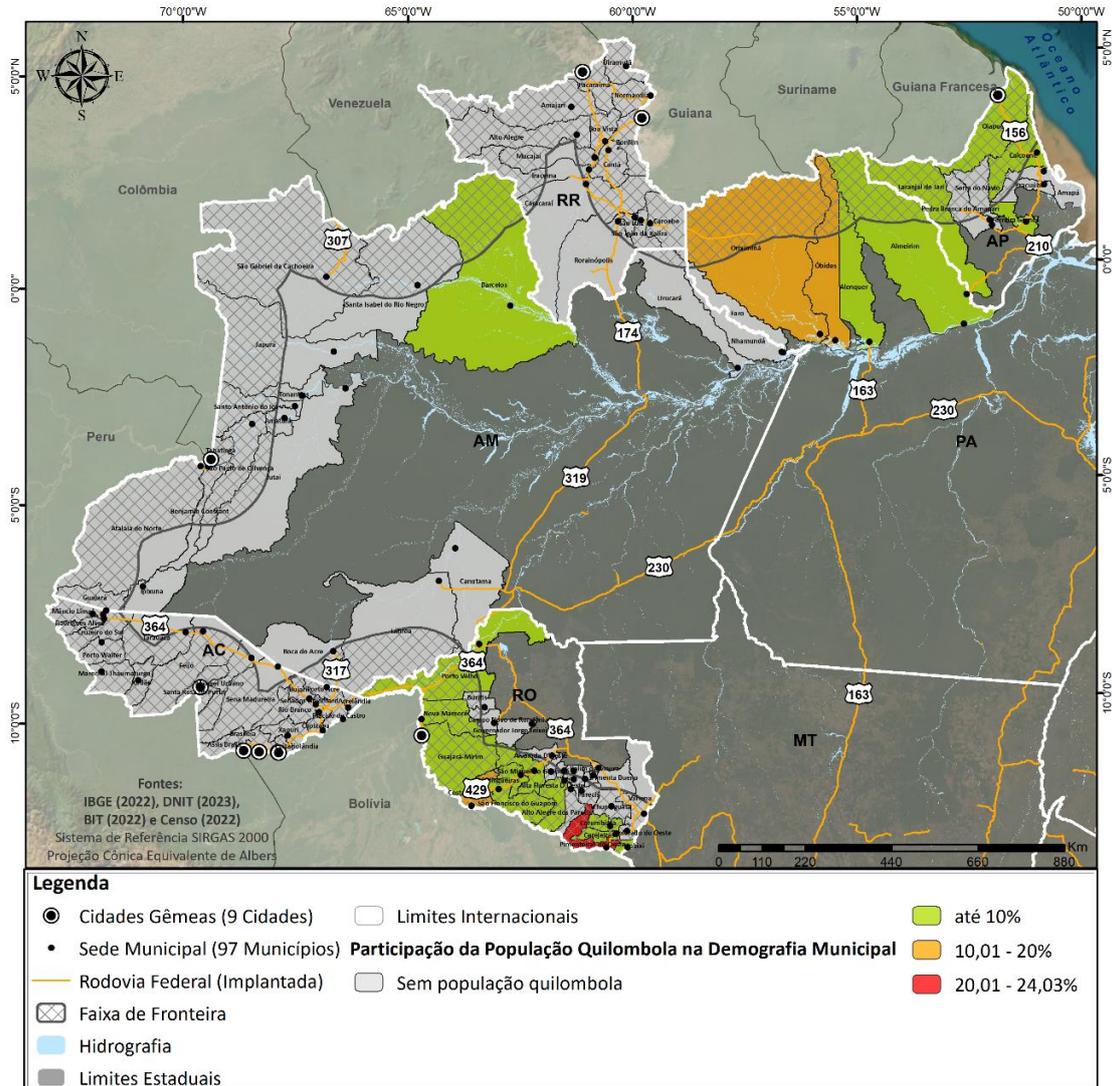


Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

No território de fronteira do Arco Norte e Rondônia, foram identificadas 21.712 pessoas quilombolas distribuídos por diversos municípios e comunidades quilombolas. Mais da metade das pessoas que se identificam como quilombolas, 53,3%, tem domicílio fora de territórios quilombolas.

No Pará, dos 5 municípios pertencentes a Faixa de Fronteira, 4 possuem população quilombola, sendo que em Oriximiná e Óbidos a porcentagem de participação dessa população é mais expressiva, acima de 10% da população total. Em Óbidos, há 6.815 pessoas quilombolas, sendo que 45,6% deste total declararam não estar em territórios oficialmente delimitados. Já em Oriximiná, há 9.451 habitantes declarados quilombolas, sendo 48,6% vivendo fora de territórios quilombolas. A figura a seguir mostra a participação da população quilombola nos municípios da faixa de fronteira do Arco Norte e Rondônia.

Mapa 22 - Percentual de população quilombola na Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários

EIXO TEMÁTICO 5: INTEGRAÇÃO REGIONAL, MIGRAÇÕES E SEGURANÇA

Processos de integração entre países fronteiriços facilitam os fluxos comerciais, políticos e culturais. No entanto, também trazem desafios, como o gerenciamento das migrações e questões de segurança. O deslocamento populacional, quando motivado por fatores econômicos e conflitos políticos, exige políticas coordenadas entre os Estados para garantia dos direitos humanos e inclusão social. Paralelamente, demanda estratégias conjuntas para combater crimes transnacionais, sem comprometer os princípios humanitários. Nesse contexto, a análise das dinâmicas migratórias e dos contextos de violência e criminalização é fundamental para compreender os desafios e oportunidades para a integração regional no contexto da fronteira amazônica.

CONTEXTOS DAS MIGRAÇÕES NO ARCO NORTE E RONDÔNIA

O crescimento da imigração venezuelana é um dos principais fenômenos de migração no Brasil, intensificado desde 2015 e tendo Roraima como principal porta de entrada. A migração haitiana, embora ainda expressiva, apresentou mudanças nos últimos anos, com muitos haitianos chegando via Chile e rotas terrestres.

A nova Lei de Migração (2017) facilitou a regularização e ampliou os direitos dos migrantes, resultando em maior controle sobre os fluxos migratórios. De acordo com relatórios anuais de migração (Oliveira 2017, 2018, 2019), a distribuição dos imigrantes no território brasileiro é desigual, com concentração no Sudeste, mas impactos significativos no Norte, especialmente em Roraima e Amazonas. Observa-se um crescimento na formalização da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, com maior absorção nos setores de serviços e construção civil.

Em 2020, a pandemia impôs restrições às fronteiras, reduzindo significativamente a entrada e saída de migrantes. Ainda assim, estados como Roraima mantiveram-se como o principal ponto de entrada, devido à crise migratória venezuelana, que levou milhares de pessoas a buscarem refúgio e novas oportunidades no Brasil. Outros estados, como o Amapá, registraram uma grande proporção de entradas, especialmente de trabalhadores e turistas, com a maior disparidade de gênero, com 80,9% dos migrantes sendo do sexo masculino. Esse dado pode indicar um fluxo significativo de trabalhadores ou turistas que ingressam no estado sem necessariamente retornar em grande escala. Enquanto isso, o Pará se consolidou como um centro regional de movimentação. Já o Amazonas e o Pará apresentaram um cenário oposto, com um número maior de saídas do que de entradas.

Com a reabertura das fronteiras e a retomada das atividades econômicas em 2021 e 2022, observou-se um movimento expressivo nos registros migratórios. Em 2021, ainda sob os efeitos da pandemia, a movimentação de migrações queda significativa em comparação

com 2020. Porém em 2022, houve um aumento expressivo no fluxo migratório com destaque para a migração de venezuelanos em Roraima e o crescimento de entradas de pessoas vindas de países como Haiti, Filipinas, Bolívia e Peru. Além disso, a mobilidade interna também foi impactada pelo retorno de brasileiros que estavam no exterior e pela intensificação da circulação transfronteiriça, especialmente nas áreas de fronteira amazônica.

No decorrer de 2023 e 2024, o fluxo migratório continuou a crescer, atingindo volumes significativos, com o Pará e o Amazonas consolidando-se como importantes corredores de passagem de migrantes e Roraima permanecendo o principal destino para refugiados venezuelanos. A diversificação das nacionalidades dos imigrantes também foi notável, refletindo a ampliação das rotas migratórias e a crescente relevância do Brasil como país de acolhimento. Em 2024, o fluxo migratório atingiu seu maior volume histórico (855.567 registros) com Roraima ainda sendo o principal destino.

CONTEXTOS DAS MIGRAÇÕES NO PARÁ

Conforme os dados mais recentes (2020-2024), o Pará apresentou o segundo fluxo migratório mais alto da região Norte, funcionando como um ponto de redistribuição para migrantes que seguem para outras regiões do Brasil. Enquanto isso, a capital Belém bateu seu recorde histórico, alcançando 237.804 registros, consolidando-se como o maior centro migratório do Norte. Na análise por estado, Santarém aparece como segundo maior centro migratório.

O volume de entradas e saídas manteve-desequilibrada ao longo dos anos, especialmente em Belém que registrou maior número de saídas do Estado. A migração masculina foi predominante, especialmente entre turistas e trabalhadores temporários. No entanto, o número de mulheres migrantes aumentou ao longo dos anos, indicando uma diversificação nos perfis migratórios.

Em relação às tipologias migratórias, a categoria de turistas figurou como uma das mais expressivas, especialmente no Amapá e no Pará, indicando uma forte presença de viajantes temporários e migração pendular. O Pará recebeu uma variedade de migrantes, com destaque para venezuelanos, haitianos e filipinos. A presença de migrantes bolivianos e peruanos também foi registrada.

CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO ARCO NORTE E RONDÔNIA

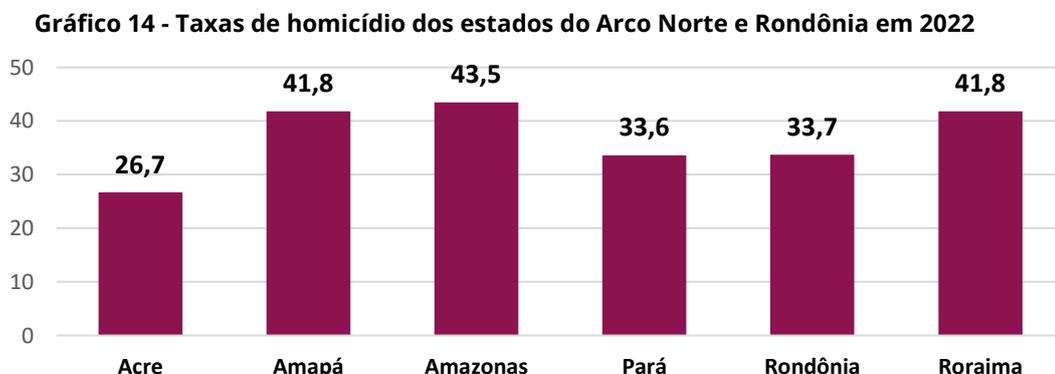
A região Norte do Brasil apresenta taxas historicamente elevadas de violência letal, com destaque para a interiorização dos homicídios, que passaram a se concentrar em municípios do interior a partir dos anos 2000. Entre 2018 e 2020, a região Norte registrou uma média de 28,7 homicídios por 100 mil habitantes³⁰, superando a média nacional de 20 homicídios por 100 mil habitantes.

³⁰ A composição da taxa média de homicídios nos municípios analisados por Santos (2024) e adotados neste relatório baseia-se em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério

A compreensão das dinâmicas da violência requer um olhar atento para os processos históricos de ocupação e exploração econômica. Durante a ditadura militar, políticas de colonização e integração territorial, como a construção da Transamazônica, estimularam intensas migrações e resultaram em conflitos fundiários. A concentração fundiária, associada à grilagem de terras e ao deslocamento de populações tradicionais, configurou um cenário de tensão que se perpetua até os dias de hoje. Além disso, a exploração econômica da região, baseada em grandes empreendimentos como a Hidrelétrica de Tucuruí e a mineração em Serra Pelada, trouxe consigo deslocamentos populacionais, desigualdades socioeconômicas e degradação ambiental, alimentando conflitos locais (Santos, 2024).

Outro fator que contribuiu para a escalada da violência é o garimpo ilegal, que cresceu significativamente nas últimas décadas. Entre 2010 e 2020, a exploração ilegal de ouro em terras indígenas aumentou 495%, afetando áreas como as dos povos Kayapó e Yanomami.

Paralelamente, facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) expandiram suas operações para a região, disputando o controle de rotas de tráfico de drogas e outros mercados ilícitos. A proximidade com países como Colômbia, Peru e Bolívia, os maiores produtores de cocaína do mundo, torna o território estratégico para o tráfico internacional, intensificando os conflitos armados e elevando as taxas de homicídio (Santos, 2024). Dentre os estados do estudo, Pará apresenta a segunda menor taxa de homicídios, conforme pode ser observado no gráfico abaixo.



Fonte: Elaborado pelo Ibam com base nos dados de Santos (2024, p. 175).

da Saúde, considerando o número de óbitos causados por agressões (CID-10 X85-Y09 - refere-se a um conjunto de causas de morte relacionadas a agressões intencionais por terceiros. É comumente utilizada para categorizar óbitos resultantes de violência interpessoal) e intervenções legais (CID-10 Y35-Y36 - códigos usados para categorizar óbitos resultantes de ações legítimas de força realizadas por agentes do Estado ou em contextos de conflito armado). Esses dados são organizados da seguinte forma: 1. Cálculo trienal: A taxa é calculada como a soma dos homicídios registrados nos anos de 2018, 2019 e 2020, dividida por três (para obter a média anual), e posteriormente dividida pela população estimada de 2020. O resultado é multiplicado por 100 mil para obter a taxa por 100 mil habitantes. 2. População de referência: Utiliza-se a estimativa populacional para o ano de 2020, disponibilizada pelo TabNet (ferramenta do DATASUS). 3. Razão de uso de Taxas Médias: A escolha por taxas médias trienais visa minimizar grandes flutuações que podem ocorrer em municípios com populações pequenas, onde uma variação de poucos casos pode distorcer a percepção de violência letal ao longo dos anos.

CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA E DE CRIMINALIDADE NO PARÁ

O estado do Pará apresenta uma dinâmica de violência marcada por homicídios, violência contra mulheres, tráfico de drogas, conflitos agrários e crimes ambientais. Os homicídios, com índices elevados, refletem a atuação de organizações criminosas e conflitos intergrupais. A violência contra mulheres, especialmente no contexto doméstico, é altamente prevalente, destacando a vulnerabilidade feminina (Santos, 2024, p. 115). Conflitos agrários e crimes ambientais estão diretamente relacionados ao avanço da exploração madeireira, mineração ilegal e grilagem de terras, afetando comunidades ribeirinhas, indígenas e quilombolas (Santos, 2024, p. 119).

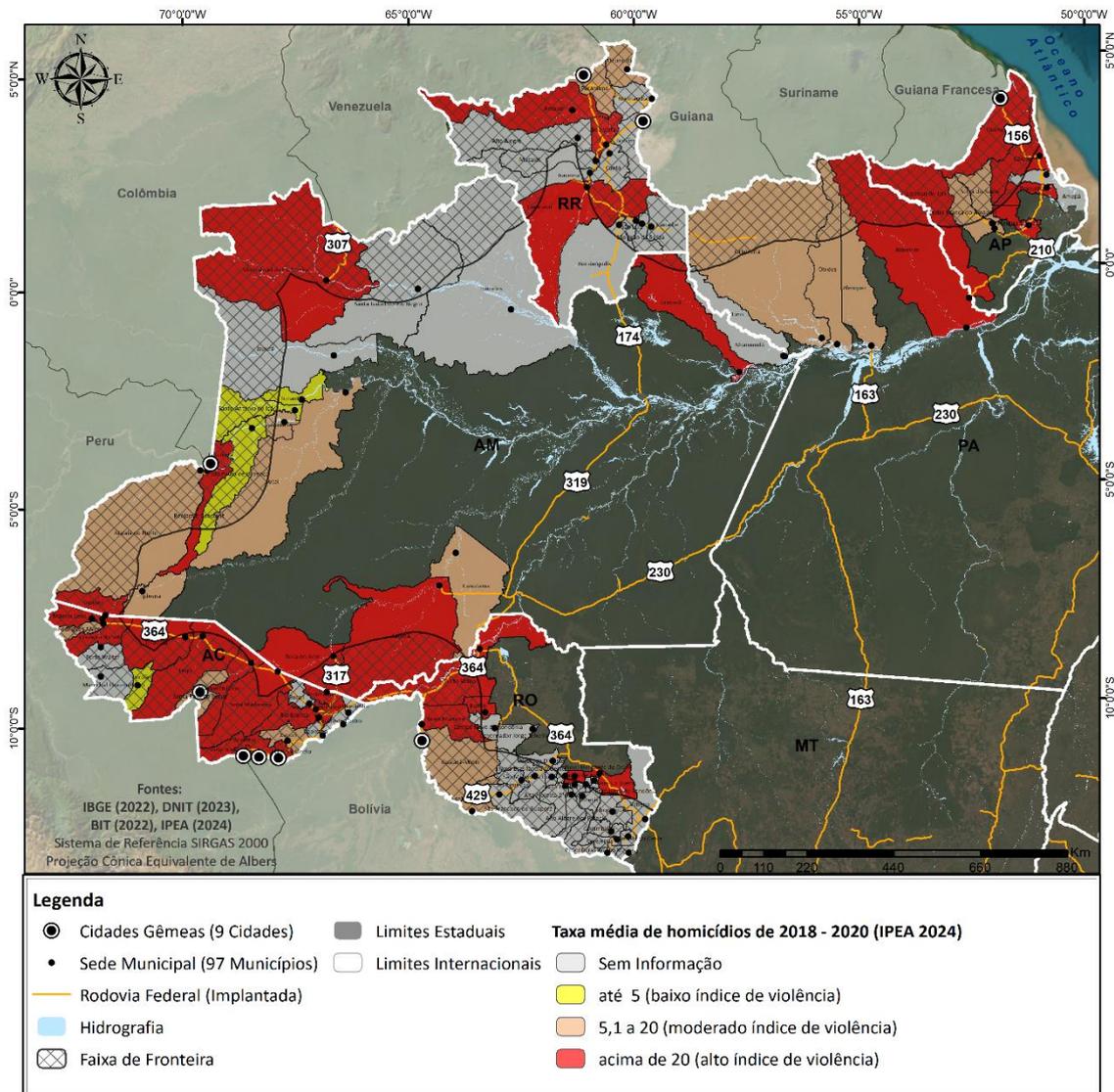
Entre os determinantes sociais da violência no Pará estão a desigualdade econômica, exclusão social, falta de acesso a serviços públicos e a presença limitada do Estado em áreas periféricas e rurais. A pobreza estrutural e a concentração fundiária agravam os conflitos agrários, enquanto a ausência de políticas públicas efetivas intensifica a vulnerabilidade das populações locais (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 78).

De acordo com o Atlas da Violência 2024, na região de fronteira, próximo ao Suriname e Guiana Francesa, o tráfico de drogas e armas, além do contrabando, intensifica a insegurança local (Santos, 2024, p. 125).

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024³¹ aponta que o estado do Pará registrou 3.112 homicídios em 2023, representando uma taxa de 38,7 homicídios por 100 mil habitantes, acima da média nacional.

³¹ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2025.

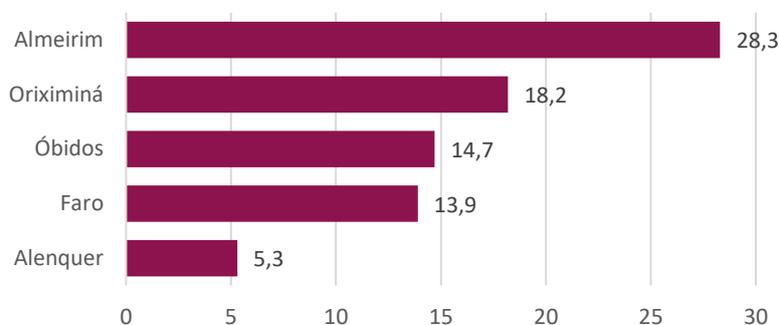
Mapa 23 - Taxa média de homicídios dos municípios da Faixa de Fronteira do Arco Norte e Rondônia



Fonte: Elaborado pelo IBAM, a partir de dados secundários.

Na análise dos dados dos municípios de Fronteira do Pará, Almeirim aparece na primeira posição, com taxa média de homicídio de 28,3 o que é considerado alto índice de violência. Em seguida, estão Oriximiná e Óbidos, com índices moderados de violência, 18,2 e 14,7, respectivamente.

Gráfico 15 - Taxas médias de homicídio nos municípios fronteiriços do estado do Pará, 2018-2020.



Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024, p. 175)

Diversas instituições atuam no enfrentamento à violência, incluindo a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), o Ministério Público Estadual e a Polícia Federal. Entre os programas de prevenção, destacam-se o Territórios pela Paz (TerPaz), focado na redução da violência em áreas de alta criminalidade por meio de ações integradas em segurança, saúde e educação; a Patrulha Maria da Penha, destinada à proteção de mulheres em situação de risco, com monitoramento contínuo das vítimas; e o Programa de Regularização Fundiária, que visa mitigar os conflitos agrários ao oferecer segurança jurídica às famílias que ocupam terras.

Quadro 6 - Síntese da dinâmica da violência e criminalidade no estado do Pará

Principais tipos de violência	Homicídios, violência contra mulheres, tráfico de drogas, conflitos agrários e crimes ambientais.
Determinantes sociais da violência	Desigualdade econômica, exclusão social, falta de acesso a serviços públicos e presença limitada do Estado em áreas periféricas e rurais.
Contexto dos municípios na faixa de fronteira	Presença de tráfico de drogas e armas, exploração sexual de crianças e adolescentes, além de limitações de fiscalização e recursos para segurança.
Instituições atuantes	Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), Ministério Público Estadual e Polícia Federal.
Programas de Prevenção	Territórios pela Paz (TerPaz), Patrulha Maria da Penha, Programa de Regularização Fundiária.

Fonte: Elaborado pelo IBAM, com informações de Santos (2024).

Execução:

ibom

Realização:



MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO